



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 80/2007

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	133
Visto:	<i>Morino</i>

MENSAGEM Nº: 79/2007

RECEBIDA EM: 11 de junho de 2007.

Nº DO PROJETO: 80/2007

SÚMULA: Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco no exercício de 2008 e dá outras providências.

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 11 de junho de 2007.

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 5 de julho de 2007.

RELATOR: Guilherme Sebastião Silverio – PMDB

VOTAÇÃO SIMPLES

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 9 de julho de 2007.

Aprovado com 8 (oito) votos a favor e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Aldir Vendruscolo – DEM, Cilmar Francisco Pastorello – PR, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV e Volmir Sabbi – PT.

Ausente o vereador Guilherme Sebastião Silverio – PMDB.

Aprovado com **emendas** de autoria dos vereadores Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Cilmar Francisco Pastorello – PR e Nelson Bertani – PDT, membros da Comissão de Orçamento e Finanças e os vereadores Aldir Vendruscolo – DEM, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Valmir Tasca – DEM, e Volmir Sabbi – PT.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 12 de julho de 2007.

Aprovado com 9 (nove) votos a favor.

Votaram a favor: Aldir Vendruscolo – DEM, Cilmar Francisco Pastorello – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV e Volmir Sabbi – PT.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 13 de julho de 2007.

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 438/2007

Lei nº 2811, de 19 de julho de 2007.

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste - Edição nº 4081, do dia 27 de julho de 2007.

REPUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste - Edição nº 4089, do dia 8 de agosto de 2007.

Visto: MOVAO

precatórios judiciais a serem pagos no exercício seguinte.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 29. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 30. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 31. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, estabelecerá o cronograma de desembolso, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 32. Para consecução das ações programáticas e com base na reestimativa da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou assunção de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratados ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 33. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2008 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, da existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 34. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 35. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 36. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, no que couber: I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

Art. 37. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 38. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 39. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR

LEI Nº 2.811, DE 19 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2008 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2008, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

- I. ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;
- II. metas e riscos fiscais;
- III. disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IV. estrutura e organização da lei orçamentária;
- V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
- VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;
- VII. programas dos Fundos e da Companhia de Mineração de Pato Branco.

CAPÍTULO I

AÇÕES PRIORITÁRIAS, FUNÇÕES DE GOVERNO, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas para o exercício de 2008, passam a partir da edição da presente lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II

METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2008, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 633, de 30 de agosto de 2006-STN. Os Demonstrativos de Metas Fiscais compreendem:

- a) Demonstrativo I – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f) Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Próprio de Previdência dos Servidores – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da renúncia de receita; e
- h) Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados e sua consolidação constituirá nas metas fiscais do município.

CAPÍTULO III

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2008, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente lei, em especial quanto:

- I. As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários.
- II. A revisão da planta de valores de imóveis urbanos.
- III. A revisão de alíquotas dos tributos de competência;
- IV. A melhoria do sistema de controle e cobrança de tributos de competência

IV. Empréstimos e às contrapartidas de programas objeto de financiamentos e de convênios com outras esferas de governo;

V. Manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, de acordo com a legislação vigente;

VI. Implantação e manutenção de obras e serviços;

VII. Implantação do programa de modernização da administração municipal;

VIII. Implantação da política de geração de empregos e renda.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

Art. 13. Constará da programação orçamentária da despesa, custos com juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito por antecipação de receita, com a manutenção das ações em execução, manutenção das estruturas administrativas e físicas das administrações direta e indireta, continuidade dos projetos em andamento e com a conservação do patrimônio público.

Art. 14. O Poder Legislativo, até o dia 30 do mês de setembro do presente exercício, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.645, de 8 de setembro de 1997 e a Emenda Constitucional nº 25/2000, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, limitada a 8% (oito por cento) da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. Caso o orçamento aprovado para o Poder Legislativo ultrapasse os limites estabelecidos no *caput* deste artigo, os valores excedentes serão objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo, cujo montante será incorporado na programação orçamentária da Secretaria de Finanças, elemento de despesa 413000 – Investimento em Regime de Execução Especial.

Art. 15. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesa de capital.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com a previdência social.

Art. 16. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem contratados no decorrer do exercício de 2008.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 17. Constará, na Lei Orçamentária, demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos dos Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

- I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;
- II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entendem-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. A Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens aos servidores definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta e da administração indireta, além de contratação de pessoal em caráter temporário para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* deste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal e próprio da administração indireta.

Art. 20. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino

CAPÍTULO III ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2008, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente lei, em especial quanto:

I. As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários.

II. À revisão da planta de valores de imóveis urbanos.

III. À revisão de aliquotas dos tributos de competência; e,

IV. Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos de competência do Município e da Dívida Ativa Municipal.

CAPÍTULO IV ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º A Proposta Orçamentária será composta pelos Anexos I, II, III e IV, que conterão:

I. Legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

II. Resumos gerais da despesa referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

III. Orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo; e,

IV. Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscais, próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco, discriminarão as despesas por órgãos e unidades orçamentárias, segundo as normas estabelecidas na Portaria nº 42/99 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e Portarias Interministerial nº 163, 180 e 211/01.

Art. 7º As programações do Fundo Municipal de Desenvolvimento, da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Saúde, serão abertos como atividade nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.

CAPÍTULO V DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º Para o exercício financeiro de 2008, fica estabelecido o montante de R\$ 81.861.000,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e sessenta e um mil reais), como limite para elaboração do Orçamento Fiscal, e de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), para o Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Parágrafo único. Dos montantes estabelecidos no *caput* deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) será consignado em Reserva de Contingência.

Art. 9º Serão classificados na programação orçamentária 99.99.04.123.9999, elemento de despesa 9.9.99.99 – Reserva de Contingência, os recursos consignados no parágrafo único do artigo 8º e no elemento de despesa 349999 – Reserva de Contingência as parcelas de dotações decorrentes de vetos por parte do Poder Executivo às emendas efetuadas à proposta orçamentária pelo Poder Legislativo.

Art. 10. A Lei Orçamentária por meio de Anexos, deverá demonstrar existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II – Metas Fiscais.

Art. 11. Na Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2007, (base de correção relativa a 30 de junho de 2007).

§ 1º. As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2007.

§ 2º. Os valores da receita e despesa apresentadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo índice para dezembro de 2007.

§ 3º. O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Art. 12. A Lei Orçamentária para 2008 destinará recursos para atender prioritariamente:

I. Despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;

II. Pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;

III. Pagamento do serviço e do principal da dívida pública;

saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* neste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal e próprio da administração indireta.

Art. 20. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96.

Art. 21. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo e decorrentes de outras despesas com pessoal executadas nos últimos três anos, a prevista para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente, nos termos do artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o disposto na Lei Complementar nº 101/00, estão definidos no Anexo II da presente Lei.

Art. 22. O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2008, custos com criação e ampliação de ações nas áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta, Fundo Municipal de Desenvolvimento e da administração indireta.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* deste artigo correrão a conta de recursos do orçamento fiscal e próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco, a serem consignados nas programações orçamentárias correspondentes.

Art. 23. As despesas consideradas irrelevantes serão processadas em regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o Art. 68, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 24. Poderão ser incorporadas emendas à Lei Orçamentária Anual, que:

I. Sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei; II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) Dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;

b) Serviço e principal da dívida;

c) Dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas;

d) Transfiram recursos próprios de administração indireta;

e) Precatórios judiciais;

f) Dotações destinadas à educação e saúde.

Art. 25. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto na presente Lei e no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 26. A Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º. Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º. Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, ficam condicionados a existência de dotação orçamentária para este fim.

§ 4º. Na Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedada a inserção de emendas que identifique instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 28. Acompanhará a Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos

operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependentes de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 39. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

§ 3º. Das limitações de gastos estabelecidos nos parágrafos anteriores, excluem-se as obrigações constitucionais e legais que afetam ao Município, precatórios regularmente inscritos, despesas decorrentes de decisões judiciais, pagamento do serviço e do principal da dívida contratada e ou fundada.

Art. 40. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo 38 da presente lei.

CAPÍTULO VII POLÍTICAS DE APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

Art. 41. As ações de fomento e desenvolvimento de políticas de apoio à implantação de indústrias, agroindústrias, atividades agropecuárias, de apoio ao comércio e serviços, programados no Anexo I, serão efetuadas através do Fundo Municipal de Desenvolvimento, por meio da concessão de empréstimos, prorrogação de prazos, refinanciamentos e composição de dívidas a empresas e produtores.

§ 1º. As coberturas dos custos decorrentes da implementação do proposto no *caput* deste artigo serão financiados com o saldo financeiro disponível no Fundo Municipal de Desenvolvimento, oriundos do recebimento de parcelas de financiamentos e com recursos do Orçamento Fiscal a serem consignados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, para esta finalidade.

§ 2º. A participação do Município no capital social de empresas privadas somente se dará com recursos alocados no Fundo Municipal de Desenvolvimento, condicionada a existência de lei específica aprovada pela Câmara Municipal.

§ 3º. As normas necessárias à operacionalização do Fundo Municipal de Desenvolvimento serão estabelecidas em Lei Municipal específica.

CAPÍTULO VIII PROGRAMAÇÃO DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO

Art. 42. Em obediência ao princípio da unidade orçamentária, fica o Poder Executivo incumbido de incluir no Orçamento do Executivo Municipal para o exercício de 2008, a proposta da Companhia de Mineração de Pato Branco.

§ 1º. Na estimativa das receitas, devem ser consideradas as transferências financeiras efetuadas pelo Município e as diretamente arrecadadas.

§ 2º. A programação das despesas deve considerar os custos de manutenção e decorrentes da ampliação das atividades.

§ 3º. O programa de trabalho da Companhia está definido no Anexo I – Ações Programáticas.

§ 4º. A Direção e os Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia ficam sujeitos à observância das normas estabelecidas nesta lei e demais legislações que disciplinam a matéria.

CAPÍTULO IX AVALIAÇÃO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS PARA OS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES, EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, OBRAS EM ANDAMENTO, EVOLUÇÃO DA RECEITA E ANEXO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Art. 43. A avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior e das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido bem como o Anexo de Obras em Andamento e o Anexo de Evolução da Receita e das Metas Bimestrais de Arrecadação poderão ser observadas respectivamente nos Demonstrativos II, III e IV e nos Anexos IV, V e VI apensos.

Art. 44. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 19 de julho de 2007.

ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal

EMPRESA	MATERIAL	Nº CONTRATA	DT. ASSIN.	PRAZO CONTRATO	VALOR CONTRATO	VENCIMENTO CONTRATO	DATA ADITIVO E PRAZO	VENCIMENTO ADITIVO	RENOVAR/LICITAR EM	SITUAÇÃO
ACESS	CORTE PEDRA MARROADA - CORTE DE PEDRA IRREGULAR - CORTE PEDRA TIPO MEIO-FIO	56708	31.05.07	180 DIAS	R\$1	30.11.05	21.11.05	08.12.05	ABERTURA NOVA LICITAÇÃO DIA 12.04.07	EM VIGOR
BOZIN & CIA LTDA	MÃO DE OBRA DE CALÇAMENTO COM PEDRA IRREGULAR - REFORMA CALÇAMENTO E COLOCAÇÃO DE MEIO-FIO E COLOCAÇÃO DE PETT PAVET	55505	28.07.06	180 DIAS	OTDE. M.	28.12.06	21.12.06	28.05.07	ABERTURA NOVA LICITAÇÃO DIA 13.04.07	EM VIGOR
BRITADOR DAL'ROSS	GRANILHA 1/8" LIMPA - GRANILHA 3/16" LIMPA - PEDRA 3/16" - PEDRA BRITA 3/4" - PEDRA BRITA 1/2" - PEDRA BRITA 3/8" - PEDRA GRADUADA - PO DE PEDRA	ATP 552/06	13.12.06	180 DIAS	---	13.06.07	---	---	FAZER NOVA LICITAÇÃO ATÉ 10.04.07	EM VIGOR
CATUSSO MAT.ELETRICOS	MATERIAL ELÉTRICO	ATP 425/06	25.04.06	180 DIAS	---	20.10.06	25.08.06	15.04.07	ABERTURA NOVA LICITAÇÃO DIA 26.04.07	EM VIGOR
CBB	EMULSÃO ASFÁLTICA RM-1C EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C	ATP 563/07	29.01.07	180 DIAS	KG	30.07.07	---	---	PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 26.04.07	EM VIGOR
Ci - Comércio de Ar Condicionado Ltda	AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MODELOS DE AR CONDICIONADO	ARP 657	30.04.07	180 DIAS	---	30.10.07	---	---	PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 20.08.07	---
DAGUIMAR M PRADO (VALMOR)	ASSENTAMENTO DE PAVER	CONTR. 1019/06	29.01.07	12 MESES	M²	29.01.05	---	---	PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 15.11.07	---
DERIVADOS DE CIMENTO DUOVIZINHENSE	LAJOTA 47X47X4 - MEIO FIO COM SARJETA - MEIO FIO SEM SARJETA -	ATA 474/06	10.07.06	365 DIAS	---	10.07.07	---	---	PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 26.05.07	EM VIGOR
EMPRESA	MATERIAL	Nº CONTRATA	DT. ASSIN.	PRAZO CONTRATO	VALOR CONTRATO	VENCIMENTO CONTRATO	DATA ADITIVO E PRAZO	VENCIMENTO ADITIVO	RENOVAR/LICITAR EM	SITUAÇÃO
CATUSSO MAT.ELETRICOS	MATERIAL HIDRÁULICO	ATP 626/07	18.02.07	180 DIAS	---	18.08.07	---	---	PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 30.06.07	EM VIGOR
CONSTRUTORA LIBERAL	MÃO DE OBRA DE MURO DE PEDRA SIMPLES E DUPLO COM PEDRA DE OBRA	CONTRATO 914/06	01.06.06	180 DIAS	---	31.12.06	21.12.06	30.06.07	ABERTURA EM 28.04.07	EM VIGOR
DARTA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA	15.000 ML DE REDE COLETORA DE ESGOTO	CONTRATO 893/06	25.04.06	240 DIAS	506.000,00	15.11.07	---	---	---	CONTRATO ENCERRADO
EL FRANCO & CIA LTDA	MATERIAIS DIVERSOS	ARP 546/06	12.12.06	180 DIAS	---	13.06.07	---	---	PEDIR NOVA LICITAÇÃO 30.03.07	EM VIGOR
ELETROTRAFO	EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA	CONTRATO 917/06	25.05.06	30 DIAS	555.025,81	VER	SERVIÇO NÃO EXECUTADO	---	LIBERADO SOMENTE UNIV. FEDERAL	CONCLUÍDO E PAGO
FL OLIVEIRA ENG. E TOPOGRAFIA LTDA	CONTRATO PRESTAÇÃO SERVIÇOS ENG. FÍSICO	CONTRATO 1656	17.04.07	120 DIAS	7.200,00	25.08.07	---	---	VER SE RENOVA OU FAZ OUTRO	---
GERALDO PRADELA PRODUTOR RURAL	AQUISIÇÃO DE GRAMA EM LEIVA ESMERALDA E SEMPRE LIVRE	ARP 542/06	23.10.06	180 DIAS	---	23.03.07	---	---	ABERTURA EM 02.05.07	EM VIGOR
IBETTA IND. PRÉ MOLDADOS LTDA	MATERIAIS DIVERSOS	ARP 545/06	13.12.06	180 DIAS	---	13.06.07	---	---	PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 30.03.07	EM VIGOR
IPIRANGA LUBRIMULTI LUBRIMOBIL SAFRA	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ÓLEO LUBRIFICANTE	ARP 627 - 628 - 629 - 630	21.03.07	180 DIAS	21.05.07	---	---	---	PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 20.07.07	EM VIGOR
EMPRESA	MATERIAL	Nº CONTRATA	DT. ASSIN.	PRAZO CONTRATO	VALOR CONTRATO	VENCIMENTO CONTRATO	DATA ADITIVO E PRAZO	VENCIMENTO ADITIVO	RENOVAR/LICITAR EM	SITUAÇÃO

	MATERIAL	Nº CONTRATA	DT. ASSIN.	PRAZO CONTRATO	VENCIMENTO CONTRATO	Nº ADITIVO	PRAZO	
TUPY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	BROXA MÉDIA - BROXA RETANGULAR GRANDE - BARBO PARA ROLO SEM ROSCA - PREGO 10X18 - PREGO 13X15 - PREGO 15X21 - PREGO 15X24 - PREGO 15X25 - PREGO 15X28 - PREGO 22X42 - PREGO 14X15 - ROLO ACRÍLICO DE L. - ROLO DE TINTURA - ROLO DE ESPUMA 5CM - ROLO DE ESPUMA	RP 326/06	15.05.05	180 dias	12.03.05			PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 30.03.07 EM VIGOR
TATTOE HOAL	MATERIAS DIVERSOS	ARP 547/06	12.12.06	180 DIAS	13.06.07			PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 30.03.07
TURFORTE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	AQUISIÇÃO DE TUBOS, CALHAS, PALANQUES, JANELAS, ABRIGOS PARA PONTO DE ÔNIBUS COM MONTAGEM EM CONCRETO	ARP 636/07	27.03.07	365 DIAS	27.03.08			PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 15.01.08
VILA ROMANIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	MATERIAS DIVERSOS	ATA 548/06	12.12.06	180 DIAS	13.06.07			PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 30.03.07 EM VIGOR
ZOLLET TINTAS	MATERIAS DIVERSOS	ATA 549/06	12.12.06	180 DIAS	13.06.07			PEDIR NOVA LICITAÇÃO EM 30.03.07 EM VIGOR

EMPRESA	MATERIAL
ACESS	CORTE PEDRA MARROADA - CORTE DE PEDRA IRREGULAR - CORTE PEDRA TIPO MEIO-FIO
BOZIN & CIA LTDA	MÃO DE OBRA DE CALÇAMENTO COM PEDRA IRREGULAR - REFORMA CALÇAMENTO E COLOCAÇÃO DE MEIO-FIO E COLOCAÇÃO DE PETT PAVET
BRITADOR DAL'ROSS	GRANILHA 1/8" LIMPA - GRANILHA 3/16" LIMPA - PEDRA 3/16" - PEDRA BRITA 3/4" - PEDRA BRITA 1/2" - PEDRA BRITA 3/8" - PEDRA GRADUADA - PO DE PEDRA
CATUSSO MAT.ELETRICOS	MATERIAL ELÉTRICO
CBB	EMULSÃO ASFÁLTICA RM-1C EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C
DAGUIMAR M PRADO (VALMOR)	ASSENTAMENTO DE PAVER
DERIVADOS DE CIMENTO DUOVIZINHENSE	LAJOTA 47X47X4 - MEIO FIO COM SARJETA - MEIO FIO SEM SARJETA -
CATUSSO MAT.ELETRICOS	MATERIAL HIDRÁULICO
CONSTRUTORA LIBERAL	MÃO DE OBRA DE MURO DE PEDRA SIMPLES E DUPLO COM PEDRA DE OBRA
E.L.FRANCO & CIA LTDA	MATERIAIS DIVERSOS
ELETROTRAFO	EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA
GERALDO PRADELA PRODUTOR RURAL	AQUISIÇÃO DE GRAMA EM LEIVA ESMERALDA E SEMPRE LIVRE
IBETTA IND. PRÉ MOLDADOS LTDA	MATERIAIS DIVERSOS
IPIRANGA LUBRIMULTI LUBRIMOBIL SAFRA	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ÓLEO LUBRIFICANTE
LIBERAL	MÃO DE OBRA DE MURO DE PEDRA SIMPLES E DUPLO COM PEDRA DE OBRA
MARILICE DUARTE & CIA LTDA	AQUISIÇÃO DE 10.000 PEDRAS PARA MURO DE 40 X 40 X 40 CM
NINO CONSTRUÇÕES LTDA	MÃO DE OBRA DE CALÇADA NOVA E REFORMA DE CALÇADA COM LAJOTA 47X47X4
PASTORELLO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ARP 543/06 - MATERIAIS DIVERSOS
PARZIAELLO & CIA LTDA	MATERIAIS DIVERSOS

IBETTA IND. PRÉ-MOLDADOS LTDA	MATERIAS DIVERSOS	ARP 545/06	13.12.06	180 DIAS	***	13.06.07	***	RENOVAR LICITAÇÃO EM 30.03.07	EM VIGOR
IPRANGA LUBRIMULTI LUBRIMOBIL SAFRA	AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL E ÓLEO LUBRIFICANTE	ARP 527 - 528 - 529 - 530	21.02.07	180 DIAS	***	21.02.07	***	RENOVAR LICITAÇÃO EM 30.03.07	EM VIGOR
EMPRESA	MATERIAL	Nº CONTRATO	DT. ASSIN.	PRAZO CONTRATO	VALOR CONTRATO	VENCIMENTO CONTRATO	DATA ADITIVO E PRAZO	VENCIMENTO ADITIVO	SITUAÇÃO
LIBERAL	MÃO DE OBRA DE MURO DE PEDRA SIMPLES E DUPLO COM PEDRA DE OBRA	CONT. 514	31.08.06	30.06.07				RENOVAR LICITAÇÃO EM ABRIL 07	
MARILICE DUARTE & CIA LTDA	AQUISIÇÃO DE 10.000 PEDRAS PARA MURO DE 40 X 40 X 40 CM	CONTRATO 091/06	24.04.06	20.000 PEDRAS	48.000,00	ATÉ O LIMITE DE PEDRAS	21.12.06	29.07.07	FAZER NOVA LICITAÇÃO
NINO CONSTRUÇÕES LTDA	MÃO DE OBRA DE CALÇADA NOVA E REFORMA DE CALÇADA COM LAJOTA 47X47X4	CONTRATO 950/06	09.02.06	31.12.07	18.450,00	31.12.06	02/106	29.06.07	NOVA LICITAÇÃO EM 29.04.07
PASTORELLO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ARP 543/06 - MATERIAIS DIVERSOS	ATP 543/06	13.12.06	180 DIAS	***	13.05.07	***	13.04.07	RENOVAR LICITAÇÃO EM 30.03.07
PARZIAELLO & CIA LTDA	MATERIAS DIVERSOS	ARP 544/06	13.12.06	180 DIAS	***	13.06.07	***	13.04.07	RENOVAR LICITAÇÃO EM 30.03.07
PRÉ-MOLDADOS SÃO CRISTOVÃO	CONSTRUÇÃO COBERTURA EM PRÉ-MOLDADO NA ESCOLA GÊNESIS	CONT. 1044/2007	23.03.07	30 DIAS	***		***		
RICARDO GERMANO K. IHENFELD	PRESTAÇÃO SERVIÇOS PLANO DIRETOR DE PATO BRANCO	CONT. 1953/07	09.04.07	120 DIAS	09.05.07	***	***	***	VER SE O TRABALHO FOI CONCLUÍDO E/OU RENOVAR - 4 MESES
MATERIAL	Nº CONTRATO	DT. ASSIN.	PRAZO CONTRATO	VENCIMENTO CONTRATO	Nº ADITIVO	PRAZO VENCIMENTO ADITIVO			
REPAVI	CONCRETO ASFÁLTICO USINADO	ARP 522/06	19.02.06	180 DIAS	19.03.07	***	***		ABERTURA EM 27.04.07
SINASC	AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO	ARP 485/06	21.07.06	365 DIAS	***	21.07.07	***		RENOVAR LICITAÇÃO EM 30.04.07
SUPERMIX CONCRETO	CONCRETO USINADO FCK 15 MPA CONCRETO USINADO FCK 18 MPA CONCRETO USINADO FCK 20 MPA CONCRETO USINADO FCK 25 MPA	ATP 589/07	08.02.07	180 DIAS	08.02.07	***	***		RENOVAR LICITAÇÃO EM 30.05.07
SUZIM MAT. CONSTRUÇÃO	MATERIAS DIVERSOS	ARP 550/06	13.12.06	180 DIAS	***	13.06.07	***		RENOVAR LICITAÇÃO EM 30.03.07
SINALPAVI - Sinalização Viária	SINALIZAÇÃO DE RUAS - MICRO ESFERA DROPLUX E MICRO ESFERA PREMIX	CONTRATO 1043/07	28.03.07	31.12.07	***	31.12.07	***		RENOVAR LICITAÇÃO EM 15.10.07
SINATRAF - ENGENHARIA E COMÉRCIO	TINTAS E DILUENTES MATERIAL DE SINALIZAÇÃO DE RUAS	CONTRATO 1042/07	31.12.07	31.12.07	***	31.12.07	***		RENOVAR LICITAÇÃO EM 15.10.07

MARILICE DUARTE & CIA LTDA	AQUISIÇÃO DE 10.000 PEDRAS PARA MURO DE 40 X 40 X 40 CM	
NINO CONSTRUÇÕES LTDA	MÃO DE OBRA DE CALÇADA NOVA E REFORMA DE CALÇADA COM LAJOTA 47X47X4	
PASTORELLO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ARP 543/06 - MATERIAIS DIVERSOS	
PARZIAELLO & CIA LTDA	MATERIAS DIVERSOS	
PRÉ-MOLDADOS SÃO CRISTOVÃO	CONSTRUÇÃO COBERTURA EM PRÉ-MOLDADO NA ESCOLA GÊNESIS	
RICARDO GERMANO K. IHENFELD	PRESTAÇÃO SERVIÇOS PLANO DIRETOR DE PATO BRANCO	
REPAVI	CONCRETO ASFÁLTICO USINADO	
SINASC	AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO	
SUPERMIX CONCRETO	CONCRETO USINADO FCK 15 MPA CONCRETO USINADO FCK 18 MPA CONCRETO USINADO FCK 20 MPA CONCRETO USINADO FCK 25 MPA	
SUZIM MAT. CONSTRUÇÃO	MATERIAS DIVERSOS	
SINALPAVI - Sinalização Viária	SINALIZAÇÃO DE RUAS - MICRO ESFERA DROPLUX E MICRO ESFERA PREMIX	
SINATRAF - ENGENHARIA E COMÉRCIO	TINTAS E DILUENTES MATERIAL DE SINALIZAÇÃO DE RUAS	
TUPY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	BROXA MÉDIA - BROXA RETANGULAR GRANDE - GARFO PARA ROLO SEM ROSCA - PREGA 10X10 - PREGA 13X15 - PREGO 15X21 - PREGO 16X24 - PREGO 19X30 - PREGO 19X36 - PREGO 22X42 - PREGO 14X60 - ROLO ACRÍLICO DE LÁ - ROLO DE TEXTURA - ROLO DE ESPUMA 5CM - ROLO DE ESPUMA	
TATTO E NOAL	MATERIAS DIVERSOS	
CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	AQUISIÇÃO DE TUBOS, CALHAS, PALANQUES, ANÉIS, ABRIGOS PARA PONTO DE ÔNIBUS COM MONTAGEM EM CONCRETO	
VILA ROMANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	MATERIAS DIVERSOS	
ZOLLET TINTAS	MATERIAS DIVERSOS	

SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBRAS EM ANDAMENTO												
EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	Nº	VALOR CONTRATO	DT. ASSIN.	DT. ORDEM DE SERVIÇO	PRAZO EXECUÇÃO	VENCIMENTO CONTRATO	ADITIVO DE DATA	Local da Obra	% executada
DARTY COIST. CIVIL	ESCOLA ROCHA POMBO	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA ROCHA POMBO	1037/07	65,11	188.951,84	15.03.07		120 DIAS			Rua Paraná 390, Capão Grande	0%
FRONTER	CENTRO SAÚDE DOUGLAS CARDOSO NASCIMENTO	CONSTRUÇÃO CENTRO SAÚDE DOUGLAS C. NASCIMENTO LOTE 02 Q. 53 COM 755,50	1019/07	785,50	596.356,58	29.01.07	15.02.07	210 DIAS	15.09.07		Lote 4 quadra 53, Rua Paraná	4,20%
FATRON	CASA ABRIGO ESPERANÇA	REFORMA GLOBAL	CONTRATO 381/06	150,00	64472,81	03.10.06	31.10.06	120 DIAS	30.01.06	EM ANDAMENTO	Rua das Garças, 70	75%
LIBERAL	PARQUE DO BAIRRO PLANALTO	PLANTIO DE PARQUE PLANALTO DO BAIRRO PLANALTO	1015/07	26.730	35.898,22	19.01.07		150 DIAS		EM ANDAMENTO	Rua dos Parques, Planalto	0%
	COZINHA NO PARQUE EXPOSIÇÕES	EXECUÇÃO COZINHA NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	1012/07	47.541M	48.959,43	31.01.07	13.02.07	60 DIAS	13.04.07	EM ANDAMENTO	Parque de Exposições	40%
HIDACON	CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA TERRA	CONSTRUÇÃO DE 50 UNID. HABITACIONAIS COM 33,54 M² CADA TOTALIZANDO 1.678,00 M²	1034/07	32,84 CADA	559.163,19	01.03.07		330 D			Chácara 101, bairro Avandô	0%
RPH	UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	REFORMA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL PR 493 KM 01	1027/07	1.128,75	79592,45	15.02.07		120 DIAS			PR 493 KM 01	0%
EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	Nº	VALOR CONTRATO	DT. ASSIN.	DT. ORDEM DE SERVIÇO	PRAZO EXECUÇÃO	VENCIMENTO CONTRATO	ADITIVO DE DATA	Local da Obra	% executada
PREFEITURA	PARQUE AMBIENTAL GRALHA AZUL	CONSTRUÇÃO DO PARQUE GRALHA AZUL		101.820,01	193621,32	28.02.2007	09.02.07	380 DIAS	09/07		Bairro Gralha Azul	5%

Visto: *Marcelo*

SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBRAS CONCLUÍDAS

EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	VALOR CONTRAT.	DT. ASSIN.	DT. ORDEM SERVIÇO	PRazo EXECUÇÃO	VENCTO CONTRAT.	ADITIVO RS E DATA
ACESS	CENTRO SAÚDE - POSTO	PINTURA EXTERNA E INTERNA	579/05	10.698,44	09.05.05		30 DIAS	09.08.05	CONCLUÍDA
FATROH	PAVILHÃO ESCOLAR CRISTO REI	AMPLIAÇÃO SANITÁRIOS, BANHEIROS E COZINHA	747/05	96.482,00	23.05.05	31.01.06	60 D	30.03.06	CONCLUÍDA
	ESCOLA LIONS CLUB	REFORMA PINTURA E COBERTURA	858/05	28.770,95					CONCLUÍDA
CAVALHEIRO	PAVILHÃO JARDIM FLORESTA	AMPLIAÇÃO SANITÁRIOS, BAR E COZINHA	748/05	83.199,43	26.09.05	10.10.05	60 DIAS	08.12.05	CONCLUÍDA
	ARQUIBANCADA E ESCADARIA S. CRISTOVÃO	CONSTRUÇÃO ARQUIBANCADA E ESCADARIA S. CRIST	735/05	17.829,45	12.09.05	21.09.05	60 DIAS	19.11.05	CONCLUÍDA
	ESCADARIA AV. TUPI	CONSTRUÇÃO ESCADARIA AV. TUPI	735/05	3.455,40	12.09.05	21.09.05	30 DIAS		CONCLUÍDA
	CRECHE CRIAÇÃO FELIZ	REFORMA E PINTURA DA CRECHE	724/05	4.348,90	30.08.05	05.09.05	30 DIAS	06.10.05	CONCLUÍDA
LIBERAL	GRUPO ANCHIETA	REFORMA GLOBAL GRUPO	734/05	39.606,95	09.09.05	20.09.05	60 DIAS	18.11.05	CONCLUÍDA
	AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO ESCOLAR BORTOT	CONSTRUÇÃO BANHEIROS MASCULINO E FEMININO	732/05	36.511,50	09.09.05	20.09.05	60 DIAS	18.11.05	CONCLUÍDA
	ESCOLA JOSÉ FRANCHI	REFORMA GLOBAL NA ESCOLA	721/05	6.200,05	24.08.05	05.09.05	60 DIAS		CONCLUÍDA
	CEMITÉRIO BORTOT	CONSTRUÇÃO DE 92 URINAS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL	872/05	16.556,90	23.08.05		60 DIAS		CONCLUÍDA
	ESCOLA UDIR CAITU	REFORMAS NA ESCOLA	822/05	14.814,00	06.04.05	***	30 DIAS		CONCLUÍDA

SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	VALOR CONTRAT.	DT. ASSIN.	DT. ORDEM SERVIÇO	PRazo EXECUÇÃO	VENCTO CONTRAT.	ADITIVO RS
MLAH	ALBERQUE DOM SAMARITANO	REFORMA BANHEIROS E SALAS DE AULA	575/05	12.550,22	21.07.05	19.10.05	60 D	12.01.06	CONCLUÍDA
	ESCOLA MUN. SÃO		119.851,52	28.22,25	08.02.06	30 DIAS			CONCLUÍDA
	COMPLEXO ESPORTIVO LA SALLE	CONCLUSÃO COMPLETO ESPORTIVO LA SALLE	715/05	108.545,33	19.08.05	28.08.05	60 DIAS	26.11.05	CONCLUÍDA
	CONSULTÓRIO QUODITOLÓGICO ALVORADA	REFORMA CONSULTÓRIO		9.745,37					CONCLUÍDA
FRONTER	A P A E	REFORMA APAE	807/05	61.972,00	02.12.05	06.12.05	60 DIAS	06.02.06	CONCLUÍDA
	ESCOLA MUN. UNIÃO E CEI	REFORMA DA CÉTE DA ESCOLA	892/05	20.496,52	15.07.05	01.08.05	60 DIAS	30.09.05	CONCLUÍDA
	GABINETE	REFORMA GABINETE SALAS IMPRESSA E OUTRAS	816/05	43.749,11	05.01.06		60 DIAS	08.03.06	CONCLUÍDA
	HORTO FLORESTAL	REFORMA HORTO FLORESTAL	772/05	33.369,79	20.10.05	23.01.06	60 D	23.03.06	CONCLUÍDA
	REFORMA PREFEITURA MUNICIPAL	REFORMA PISO TERREÇO PREFEITURA MUNICIPAL	859/05	85.240,72	08.05.06	22.05.06	60 D	22.06.06	CONCLUÍDA
	JARDIM PRIMAVERA	3 SALAS PRÉ ESCOLA	802/05	2.596,88	22.11.05	01.06.05	60 DIAS	30.08.05	CONCLUÍDA

SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	VALOR CONTRAT.	DT. ASSIN.	DT. ORDEM SERVIÇO	PRazo EXECUÇÃO	VENCTO CONTRAT.	ADITIVO RS
RPII	TOCA DO COELHO	REFORMA CENTRO EDUCAÇÃO TOCA DO COELHO	752/05	15.066,39	29.05.05	10.10.05	60 DIAS	08.12.05	CONCLUÍDA
	POSTO SAÚDE COMUNIDADE SÃO MIGUEL	REFORMA POSTO SAÚDE	746/05	3.342,85	21.05.05	10.10.05	30 DIAS	10.11.05	CONCLUÍDA
	PAVILHÃO VILA IZABEL	AMPLIAÇÃO VILA IZABEL	737/05	64.077,34	15.05.05	21.10.05	60 DIAS	19.12.05	CONCLUÍDA
	LAR DE IDOSOS CENTRO DIA	REFORMA GLOBAL	775/05	23.795,77	25.10.05	07.11.05	60 D	07.01.06	CONCLUÍDA
	GRUPO DOLIVAR LAVARDA	REPAROS GRUPO	771/05	15.766,73	18.10.05		60 D	25.08.05	CONCLUÍDA
HIHO	COMPLEXO ESPORTIVO DOLIVAR LAVARDA	REFORMA	934/06	137.412,20	28.06.06		30 D		CONCLUÍDA
	PALCO PARQUE EXPOSIÇÕES	REFORMA PALCO PARA SHOWS	***	14.548,51	***	***	225		CONCLUÍDA
	LAR DE IDOSOS CENTRO DIA	REFORMA GLOBAL	852/05	10.328,52	22.11.05	07.11.05	60 D	07.01.06	CONCLUÍDA

SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBRAS CONCLUÍDAS

EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	VALOR CONTRAT.	DT. ASSIN.	DT. ORDEM SERVIÇO	PRazo EXECUÇÃO	VENCTO CONTRAT.	ADITIVO RS
---------	------	----------	-----------	----------------	------------	-------------------	----------------	-----------------	------------

Transferências da União	29.480	29.175	33.459	32.196	41.036	45.143
Participações na Receita da União	29.480	29.175	33.459	32.196	41.036	45.143
Demais Transferências da União	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Estados	13.110	14.133	19.767	18.163	20.969	22.958
Participações na Receita do Estado	13.110	14.133	19.767	18.163	20.969	22.958
Outras Receitas do Estado	-	-	-	-	-	-
Demais Transferências do Estado	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios	5.279	5.911	6.818	7.856	8.442	7.086
Transferências do FUNDEF	5.279	5.911	6.818	7.856	8.442	7.086
Transferências Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	90	395	60	-	-	-
Demais Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	10.701	7.106	3.953	4.420	9.577	10.406
Impostos e Juros de Mora	1.595	1.435	850	1.000	1.805	1.936
Indenizações e Restituições	10	150	10	20	81	69
Receita da Dívida Ativa	8.901	4.591	2.710	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Tributária	8.901	4.591	2.710	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-	-	-	-
Receitas Diversas	195	930	343	400	993	1.143
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.460	1.681	50	100	3.876	4.298
Operações de Crédito (III)	3.410	1.107	-	-	3.725	4.298
Alienação de Bens (IV)	50	100	50	100	151	-
Amortização de Empréstimos (V)	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	474	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-
Transferências Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições P	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	474	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II)	-	474	-	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I) + (VI)	71.150	76.808	82.107	81.761	101.540	111.825
Receita não-Financeira	3.460	1.681	50	100	3.876	4.298

DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.553	61.023	68.247	66.833	86.148	94.681
Pessoal e Encargos Sociais	22.118	25.967	29.089	20.297	37.255	40.859
Aposentadorias	580	603	660	687	770	847
Pensões	89	90	95	100	110	121
Demais Despesas com Pessoal e Encargos	21.469	25.274	28.334	29.500	36.375	38.930
Juros e Encargos da Dívida (IX)	576	550	571	600	686	733
Outras Despesas Correntes	27.659	34.508	38.587	35.933	48.227	53.049
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
Compensações Previdenciárias de Apos	-	-	-	-	-	-
Compensações Previdenciárias de Pens	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas com Outras Despesas	27.659	34.508	38.587	35.933	48.227	53.049
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (I)	49.977	50.473	65.676	66.230	85.482	93.548
DESPESAS DE CAPITAL (X)	10.654	11.553	11.115	13.952	15.180	16.698
Investimentos	7.477	8.424	7.838	9.277	11.258	12.452
Inversões Financeiras	722	479	710	750	825	912
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integral	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	722	479	710	750	825	912
Amortização da Dívida (XIV)	1.655	2.630	2.567	2.935	2.555	3.294
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (X)	8.200	8.503	8.549	10.027	12.165	13.402
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	180	172	154	205	225	245
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X) + (XV)	58.375	69.554	74.418	76.482	97.692	107.600
RESULTADO PRIMÁRIO (IX) - (XVIII)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-

Resultado Primário 3.460 1.681 50 100 3.876 4.298

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadora de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito MunicipalMauro José Sbarain
Secretário de FinançasCarmem Maria Calza
ContadoraPrefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2008

IIHO	LAR DE IDOSOS CENTRO DIA	REFORMA GLOBAL	77505	22.739,77	25.10.05	07.11.05	55 D	07.01.05	CONCLUIDA
	GINÁSIO DOLYVAR LAVARDA	REPAROS GERAL	77105	15.785,73	18.10.05		55 D	28.08.05	CONCLUIDA
	COMPLEXO ESPORTIVO DOLYVAR LAVARDA	REFORMAS	92405	137.412,20	28.08.05		35 D		CONCLUIDA
	PALCO PARQUE EXPOSIÇÕES	REFORMA PALCO PARA SHOWS	14.345,91				225		CONCLUIDA
	LAR DE IDOSOS CENTRO DIA	REFORMA GLOBAL	90305	10.836,32	22.11.05	07.11.05	55 D	07.01.05	CONCLUIDA

SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBRAS CONCLUÍDAS									
EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	VALOR CONTRAT.	DT. ASSIN.	DT. ORDEM SERVIÇO	PRazo EXECUÇÃO	VERIFIC. CONTRAT.	ADITIVO Nº E DATA
DANTA	ESGOTO 15 ANOS, 113 DIVERSAS RUAS								
									CONCLUIDA
									CONCLUIDA
									CONCLUIDA

SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	VALOR CONTRAT.	DT. ASSIN.	DT. ORDEM SERVIÇO	PRazo EXECUÇÃO	VERIFIC. CONTRAT.	ADITIVO Nº E DATA

SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (I)	9.111	6.807	6.650	6.600	6.700	6.500
Dívida Imobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	9.111	6.807	6.650	6.600	6.700	6.500
DEDUÇÕES (II)	1.671	(251)	2.475	3.000	2.300	1.400
Ativo Disponível	2.714	4.927	6.881	6.000	6.800	6.200
Reservas Financeiras	330	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	(1.402)	(5.178)	(4.405)	-	(4.500)	(4.800)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)	7.440	6.858	4.175	600	4.400	5.100
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II-V)	7.440	6.858	4.175	600	4.400	5.100
Resultado Nominal	2.185	(532)	(2.683)	(2.575)	3.800	700

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	71.150	78.132	82.107	81.781	101.940	111.825
Receitas Tributárias	5.959	15.213	14.876	14.148	13.642	20.516
Impostos	7.355	9.205	9.640	10.500	12.154	12.475
Taxas	2.404	5.008	4.976	3.500	5.328	6.880
Contribuição de Melhoria	200	1.000	500	145	161	177
Receitas de Contribuições	1.580	2.769	2.380	4.300	3.473	3.720
Contribuições Sociais	90	1.159	350	2.500	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Geral	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Civil	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Civil	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Pensionista Civil	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Pensionista Militar	-	-	-	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Especial	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária entre Regimes	40	1.117	325	1.000	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	40	52	55	1.500	-	-
Contribuições Econômicas	1.500	1.500	2.000	1.800	3.473	3.720
Receita Patrimonial Líquida	825	715	558	400	914	1.024
Receita Patrimonial	635	715	558	400	914	1.024
Receitas Imobiliárias	220	250	120	150	303	382
Receitas de Valores Mobiliários	415	495	438	250	611	643
Receitas de Concessões e Permissões	-	-	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	48	-	-	64	71
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	215	985	237	280	819	901
Transferências Correntes	47.959	49.814	50.104	58.215	58.450	75.187
Transferências Intergovernamentais	47.959	49.219	50.044	58.215	58.450	75.187

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2008

LRf art 4º § 3º

R\$ milhares

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações Judiciais Diversas	321	Fazer o devido remanejamento de recursos no Orçamento do Município dentro da legalidade	321
Desapropriar imóveis de interesse do Município	250	Fazer as alterações necessárias no Orçamento do Município observando a legalidade	250
TOTAL	571	TOTAL	571

FONTE: Assessoria Jurídica

FONTE: Gabinete do Prefeito e Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

TOTAL DE DESPESAS

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	67.894	66.148	94.681
Pessoal e Encargos Sociais	31.158	37.255	40.859
Aposentadorias	597	770	847
Pensões	100	110	121
Demais Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	29.500	36.375	39.930
Juros e Encargos da Dívida (IX)	603	368	733
Outras Despesas Correntes	35.933	48.227	53.049
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensações Previdenciárias de Aposentadorias entre RPPs	-	-	-
Compensações Previdenciárias de Pensões entre RPPs e o RGPS	-	-	-
Demais Despesas com Outras Despesas Correntes	35.933	48.227	53.049
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	66.230	65.462	93.943
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.962	15.180	16.598
Investimentos	9.277	11.258	12.492
Inversões Financeiras	750	829	912
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	750	829	912
Amortização da Dívida (XIV)	3.935	2.995	3.294
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.027	12.185	13.403
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	205	226	249
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	76.462	97.893	107.600
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	-	-	-
TOTAL	81.681	101.554	111.627

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças - Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 248/2003	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2008	2009	2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	81.781	101.940	111.825
Receitas Tributárias	14.148	18.642	20.516
Impostos	10.500	12.154	13.478
Taxas	3.500	6.328	6.860
Contribuição de Melhoria	148	181	177
Receitas de Contribuições	4.300	3.473	3.720
Contribuições Sociais	2.500	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	-	-
Contribuição de Pensionista Civil	-	-	-
Contribuição de Pensionista Militar	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Geral	-	-	-
Compensação Previdenciária entre Regime Geral e os RPPS	1.000	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	1.500	-	-
Contribuições Econômicas	1.800	3.473	3.720
Receita Patrimonial/Líquida	400	914	1.024
Receita Patrimonial	400	914	1.024
Receitas Imobiliárias	150	303	382
Receitas de Valores Mobiliários	250	611	642
Receitas de Concessões e Permissões	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-
Receita Agropecuária	-	54	71
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	280	816	801
Transferências Correntes	58.215	68.460	75.187
Transferências Intergovernamentais	58.215	68.460	75.187
Transferências da União	32.155	41.039	45.143
Participações na Receita da União	32.155	41.039	45.143
Demais Transferências da União	-	-	-
Transferências dos Estados	16.163	20.969	22.958
Participações na Receita do Estado	16.163	20.969	22.958
Outras Receitas do Estado	-	-	-
Demais Transferências do Estado	-	-	-
Transferências dos Municípios	7.856	8.442	7.086
Transferências do FUNDEF	7.856	8.442	7.086
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-
Demais Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	4.420	9.677	10.408
Multas e Juros de Mora	1.000	1.805	1.956
Indenizações e Restituições	20	81	59
Receita da Dívida Ativa	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Tributária	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-
Receitas Diversas	400	892	1.142
RECEITAS DE CAPITAL (II)	100	3.876	4.295
Operações de Crédito (III)	-	3.728	4.295
Alienação de Bens (IV)	100	151	-
Amortização de Empréstimos (V)	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II) + (III) + (IV) + (V)	100	3.876	4.295
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I) + (VI)	81.781	101.940	111.825
TOTAL	81.781	105.816	116.123

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadora de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito MunicipalMauro José Sbarain
Secretário de FinançasPrefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Projeção Atuarial do RPPSPrefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2008

LRF, art 4º § 2º, inciso III	R\$ milhares		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	2005	2004
Patrimônio/Capital	37.980	37.878	34.905
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-
TOTAL	37.980	37.878	34.905

LRF, art 4º § 2º, inciso III	R\$ milhares		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	2005	2004
Patrimônio/Capital	37.980	37.878	34.905
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-
TOTAL	37.980	37.878	34.905

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadora de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito MunicipalMauro José Sbarain
Secretário de FinançasCarmem Maria Calza
ContadoraPrefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2008

LRF, art 4º § 2º, inciso III	R\$ milhares		
RECEITAS REALIZADAS	2006	2005	2004
RECEITAS DE CAPITAL	(a)	(b)	(c)
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	78	50	70
Alienação de Bens Móveis	78	50	44
Alienação de Bens Imóveis	-	-	26
TOTAL (I)	78	50	70

LRF, art 4º § 2º, inciso III	R\$ milhares		
DESPESAS LIQUIDADAS	2006	2005	2004
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	(d)	(e)	(f)
Investimentos	5.474	7.108	7.131
Inversões Financeiras	873	269	289
Amortização da Dívida	1.524	1.372	1.372
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL (II)	7.871	8.749	8.792
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I) - (II)	(-7.793)	(-8.699)	(-8.722)

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadora de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito MunicipalMauro José Sbarain
Secretário de FinançasCarmem Maria Calza
ContadoraPrefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2008

LRF, art 4º § 2º, inciso IV, alínea a	R\$ milhares		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2005	2006
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RECEBIDAS PELO RPPS	-	-	-
Contribuição Patrimonial do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patrimonial do Exercício Anterior	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPARAÇÕES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2005	2006
ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	-	-	-

Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (IV) = (B) - (E) - (V)			
RECEITA PRIMARIA TOTAL (IV) = (B) - (V)	81.751	101.543	111.625
TOTAL	21.361	125.515	115.123

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Projeção Atuarial do RPPS
2008

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d) = (a+b-c)	

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Não Houve Movimentação no Período - 2008

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2008

LRF, art. 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente (a)	2007		2008		2009		2010	
		Valor Corrente (b)	% PIB (c) = (b/a) x 100	Valor Corrente (d)	% PIB (e) = (d/a) x 100	Valor Corrente (f)	% PIB (g) = (f/a) x 100	Valor Corrente (h)	% PIB (i) = (h/a) x 100
Receita Total	51.651	75.813	13,752	105.512	19,251	17,363	118,123	95,173	19,712
Receita Não-Financeira (I)	51	3.514	77	101.543	19,251	17,363	118,123	95,173	19,712
Despesa Total	51.651	75.813	13,752	101.543	19,251	17,363	118,123	95,173	19,712
Despesa Não-Financeira (II)	27.752	12,165	23,550	57,393	11,115	10,700	91,595	18,235	35,344
Resultado Primário (II - I)	(27.752)	(12.165)	(23,550)	(49.792)	(9,938)	(9,938)	(4.426)	(4,426)	(9,000)
Resultado Nominal	(12.165)	(23,550)	(47,100)	(49.792)	(9,938)	(9,938)	(4.426)	(4,426)	(9,000)
Divida Pública Consolidada	5.923	5,412	1,123	5.923	5,412	5,923	5,412	5,923	5,412
Divida Consolidada Líquida	5.923	5,412	1,123	5.923	5,412	5.923	5,412	5.923	5,412

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2008

LRF, art. 4º, § 2º, inciso I

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2006		Metas Realizadas em 2006		Variação	
	Valor (a)	% PIB (b)	Valor (c)	% PIB (d)	Valor (e) = (c-a)	% (f) = (e/a) x 100
Receita Total	77.813	13,752	59.385	11,860	(18.428)	-23,69%
Receita Não-Financeira (I)	75.605	13,004	55.977	11,709	(19.628)	-25,95%
Despesa Total	72.784	12,355	65.574	11,132	(7.210)	-9,91%
Despesa Não-Financeira (II)	59.554	11,807	52.454	10,708	(7.100)	-11,92%
Resultado Primário (II - I)	7.052	1,197	6.484	1,151	(568)	-8,05%
Resultado Nominal	(562)	(0,09)	(9.375)	(1,875)	(8.813)	-1,57%
Divida Pública Consolidada	6.607	1,121	6.607	1,121	-	0,00%
Divida Consolidada Líquida	6.607	1,121	6.607	1,121	-	0,00%

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ANUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2008

LRF, art. 4º, § 2º, inciso I

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Valor Corrente (a)	% PIB (b)	Valor Corrente (c)	% PIB (d)	Valor Corrente (e)	% PIB (f)	Valor Corrente (g)	% PIB (h)	Valor Corrente (i)	% PIB (j)	Valor Corrente (k)	% PIB (l)
Receita Total	51.651	13,752	75.813	13,752	105.512	19,251	17,363	118,123	95,173	19,712	118,123	19,712
Receita Não-Financeira (I)	51	0,01	3.514	77	101.543	19,251	17,363	118,123	95,173	19,712	118,123	19,712
Despesa Total	51.651	13,752	75.813	13,752	105.512	19,251	17,363	118,123	95,173	19,712	118,123	19,712
Despesa Não-Financeira (II)	27.752	55,85	12,165	23,550	57.393	11,115	10,700	91,595	18,235	35,344	91,595	18,235
Resultado Primário (II - I)	(27.752)	(55,85)	(12.165)	(23,550)	(49.792)	(9,938)	(9,938)	(4.426)	(4,426)	(9,000)	(4.426)	(9,000)
Resultado Nominal	(12.165)	(23,550)	(23,550)	(47,100)	(49.792)	(9,938)	(9,938)	(4.426)	(4,426)	(9,000)	(4.426)	(9,000)
Divida Pública Consolidada	5.923	1,123	5.923	1,123	5.923	1,123	5.923	1,123	5.923	1,123	5.923	1,123
Divida Consolidada Líquida	5.923	1,123	5.923	1,123	5.923	1,123	5.923	1,123	5.923	1,123	5.923	1,123

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Pessoa Física			
RECAPESAS PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2005	2006
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previd. de aposent RPPS e RGPS			
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Nota:

- Saldo das disponibilidades financeiras do exercício 2003:

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2008

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ milhares

RENTABILIDADE DE RECEITA BENEFICIÁRIO	COMPENSAÇÃO		
	2008	2009	2010

TOTAL

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2008

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ milhares

EVENTO	Valor Previsto 2003	
	2003	2008
Aumento Permanente da Receita		
(+) Transferências Constitucionais		4.355
(-) Transferências ao FUNDEF		517
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)		3.838
Redução Permanente da Despesa (II)		
Margem Bruta (II) = (I) - (II)		3.783
Saldo Líquido (IV)		
Margem Líquida de Expansão do DOCC (II - IV)		3.758

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Anexo 1 LDO - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão/Unidade Executor	Valor (a)	% PIB (b)	Valor (c)	% PIB (d)	Valor (e)	% PIB (f)
------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

LRF, art. 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente (a)	2003		2004		2005		2006	
		Valor Corrente (b)	% PIB (c) = (b/a) x 100	Valor Corrente (d)	% PIB (e) = (d/a) x 100	Valor Corrente (f)	% PIB (g) = (f/a) x 100	Valor Corrente (h)	% PIB (i) = (h/a) x 100
Receita Total	51.651	75.813	13,752	105.512	19,251	17,363	118,123	95,173	19,712
Receita Não-Financeira (I)	51	3.514	77	101.543	19,251	17,363	118,123	95,173	19,712
Despesa Total	51.651	75.813	13,752	105.512	19,251	17,363	118,123	95,173	19,712
Despesa Não-Financeira (II)	27.752	12,165	23,550	57.393	11,115	10,700	91,595	18,235	35,344
Resultado Primário (II - I)	(27.752)	(12.165)	(23,550)	(49.792)	(9,938)	(9,938)	(4.426)	(4,426)	(9,000)
Resultado Nominal	(12.165)	(23,550)	(47,100)	(49.792)	(9,938)	(9,938)	(4.426)	(4,426)	(9,000)
Divida Pública Consolidada	5.923	5,412	1,123	5.923	5,412	5.923	5,412	5.923	5,412
Divida Consolidada Líquida	5.923	5,412	1,123	5.923	5,412	5.923	5,412	5.923	5,412

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Nominal	10.723	3.255	9.125	12.500	9.500	7.800
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (I)	9.111	6.507	6.507	6.500	6.700	6.500
Divida Imobiliária						
Outras Dívidas	9.111	6.507	6.507	6.500	6.700	6.500
DEDUÇÕES (II)	1.571	(251)	2.475	6.000	3.300	1.400
Ativo Disponível	2.714	4.927	9.081	6.000	6.500	8.200
Receitas a Receber Processadas	395					
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	7.540	6.758	4.032	5.500	3.400	5.100
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (I - II - V)	7.540	6.758	4.032	5.500	3.400	5.100

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 80/2007

MENSAGEM Nº: 79/2007

RECEBIDA EM: 11 de junho de 2007.

Nº DO PROJETO: 80/2007

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	130
Visto:	Morilo

SÚMULA: Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco no exercício de 2008 e dá outras providências.

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 11 de junho de 2007.

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 5 de julho de 2007.

RELATOR: Guilherme Sebastião Silverio – PMDB

VOTAÇÃO SIMPLES

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 9 de julho de 2007.

Aprovado com 8 (oito) votos a favor e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Aldir Vendruscolo – DEM, Cilmar Francisco Pastorello – PR, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV e Volmir Sabbi – PT.
Ausente o vereador Guilherme Sebastião Silverio – PMDB.

Aprovado com **emendas** de autoria dos vereadores Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Cilmar Francisco Pastorello – PR e Nelson Bertani – PDT, membros da Comissão de Orçamento e Finanças e os vereadores Aldir Vendruscolo – DEM, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Valmir Tasca – DEM, e Volmir Sabbi – PT.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 12 de julho de 2007.

Aprovado com 9 (nove) votos a favor.

Votaram a favor: Aldir Vendruscolo – DEM, Cilmar Francisco Pastorello – PR, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV e Volmir Sabbi – PT.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 13 de julho de 2007.

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 438/2007

Lei nº 2811, de 19 de julho de 2007.

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste - Edição nº 4081, do dia 27 de julho de 2007.

06 Pato Branco, 27 de julho 2007

Edição 4081

Câmara Municipal de
Pato Branco
PUBLICAÇÕES LEGAIS 129
Visto: MONAJO

DIÁRIO DO SUDOESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO - PR
Decreto nº 1812/2007

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências - Valdir Picolotto, Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 880, de 06 de novembro de 2006.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Vitorino, um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 30.000,00** (vinte mil reais), para reforçar a seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

0800 - Departamento de Saúde e Bem Estar Social

0802 - Div. De Saúde

10.301.0008.2018 - Manter o Dpto. de Saúde

3.3.90.39-125 - Outros Serv. Terceiros - P. Jurídica - 1303 **R\$ 30.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto pelo artigo anterior é indicado como recurso do excesso de arrecadação da seguinte Fonte de Recurso:

SAÚDE / Percentual s/ Receita de Impostos 1303 **R\$ 30.000,00**

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vitorino, em 24 de julho de 2007.

Valdir Picolotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA - PR
PORTARIA Nº 113/2007.

O Prefeito Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e obedecendo as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e normas complementares,

RESOLVE:

Adjudicar o objeto e homologar o resultado da Licitação, objeto do Pregão Presencial nº 4/2007 e do Processo de Licitação n.º 29/07 de 18 de julho de 2007, para aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza, para atender as famílias com maior vulnerabilidade e situação de pobreza, incluídas no projeto "Promovendo a Família", sendo vencedoras as Empresas: Supermercado Imãos Dapont Ltda, Anjos e Veloso Ltda e J. O. Silva Sobrinho & Cia Ltda.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RENASCENÇA, em 26 de julho de 2007.

GERALDO GIACOMINI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.811, DE 19 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2008 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2008, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento em

Art. 7º As programações do Fundo Municipal de Desenvolvimento, da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Saúde, serão abertas como atividade nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.

CAPÍTULO V
DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º Para o exercício financeiro de 2008, fica estabelecido o montante de **R\$ 81.861.000,00** (Oitenta e Um Milhões Oitocentos e Sessenta e Um Mil Reais), como limite para elaboração do Orçamento Fiscal, e de **R\$ 140.000,00** (Cento e Quarenta Mil Reais), para o Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Parágrafo único. Dos montantes estabelecidos no caput deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento) será consignado em Reserva de Contingência.

Art. 9º Serão classificadas na programação orçamentária 99.99.04.123.9999, elemento de despesa 9.99.99 - Reserva de Contingência, os recursos consignados no parágrafo único do artigo 8º.

Art. 10. O Projeto de Lei do Orçamento, por meio de Anexos, deverá demonstrar a existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II - Metas Fiscais.

Art. 11. No Projeto de Lei Orçamentária Anual as parcelas de dotações decorrentes de vetos por parte do Poder Executivo às emendas efetuadas à proposta orçamentária pelo Poder Legislativo.

Art. 12. O Projeto de Lei do Orçamento para 2008 destinará recursos para atender prioritariamente:

I. Despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;
II. Pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;
III. Pagamento do serviço e do principal da dívida pública;
IV. Empréstimos e às contrapartidas de programas objeto de financiamentos e de convênios com outras esferas de governo;
V. Manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, de acordo com a legislação vigente;

VI. Implantação e manutenção de obras e serviços;
VII. Implantação do programa de modernização da administração municipal;
VIII. Implantação de política de geração de emprego e renda.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

Art. 13. Constará da programação orçamentária da despesa, custos com juros e encargos decorrentes de operações de crédito por antecipação de receita, com a manutenção das ações em execução, manutenção das estruturas administrativas e físicas das administrações direta e indireta, continuidade dos projetos em andamento e com a conservação do patrimônio público.

Art. 14. O Poder Legislativo, até o dia 30 do mês de setembro do presente exercício, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.845, de 8 de setembro de 1997 e a Emenda Constitucional nº 25/2000, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, limitada a 8% (oito por cento) de receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 156 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. Caso o orçamento aprovado para o Poder Legislativo ultrapasse os limites estabelecidos no caput deste artigo, os valores excedentes serão objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo, cujo montante será incorporado na programação orçamentária da Secretaria de Finanças, elemento de despesa 413000 - Investimento em Regime de Execução Especial.

Art. 15. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesa de capital.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com a previdência social.

Art. 16. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem recebidas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a cobertura de despesas de natureza financeira.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a cobertura de despesas de natureza institucional de cursos antes da Federação.

Art. 18. Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagos no exercício seguinte.

Art. 19. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar concordância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 20. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 21. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gastos à capacidade ou arrecadação, estabelecerá o cronograma de desenvolvimento, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 22. Para consecução das ações programáticas e com base na restituição da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou outorga de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratuados ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 23. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2008 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, de existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 24. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 25. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 26. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, no que couber.

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do labor municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão de administração indireta.

Art. 27. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do seu orçamento, através de abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 28. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 29. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou de constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e do movimento financeiro.

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira até sua total quitação.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Art. 29. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar concordância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 30. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 31. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gastos à capacidade ou arrecadação, estabelecerá o cronograma de desenvolvimento, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 32. Para consecução das ações programáticas e com base na restituição da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou outorga de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratuados ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 23. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2008 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, de existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 24. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 25. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 26. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, no que couber.

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do labor municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão de administração indireta.

Art. 27. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do seu orçamento, através de abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 28. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 29. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou de constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e do movimento financeiro.

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira até sua total quitação.

Art. 16. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem recebidas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a cobertura de despesas de natureza financeira.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a cobertura de despesas de natureza institucional de cursos antes da Federação.

Art. 18. Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagos no exercício seguinte.

Art. 19. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar concordância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 20. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 21. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gastos à capacidade ou arrecadação, estabelecerá o cronograma de desenvolvimento, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 22. Para consecução das ações programáticas e com base na restituição da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou outorga de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratuados ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 23. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2008 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, de existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 24. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 25. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 26. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, no que couber.

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do labor municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão de administração indireta.

Art. 27. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do seu orçamento, através de abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 28. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 29. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou de constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e do movimento financeiro.

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira até sua total quitação.

Art. 16. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem recebidas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a cobertura de despesas de natureza financeira.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a cobertura de despesas de natureza institucional de cursos antes da Federação.

Art. 18. Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagos no exercício seguinte.

Art. 19. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar concordância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 20. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 21. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gastos à capacidade ou arrecadação, estabelecerá o cronograma de desenvolvimento, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 22. Para consecução das ações programáticas e com base na restituição da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou outorga de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratuados ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 23. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2008 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, de existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 24. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 25. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 26. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, no que couber.

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do labor municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão de administração indireta.

Art. 27. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do seu orçamento, através de abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 28. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 29. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou de constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e do movimento financeiro.

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira até sua total quitação.

Art. 16. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem recebidas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a cobertura de despesas de natureza financeira.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a cobertura de despesas de natureza institucional de cursos antes da Federação.

Art. 18. Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagos no exercício seguinte.

Art. 19. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar concordância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 20. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 21. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gastos à capacidade ou arrecadação, estabelecerá o cronograma de desenvolvimento, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 22. Para consecução das ações programáticas e com base na restituição da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou outorga de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratuados ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 23. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2008 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, de existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 24. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 25. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 26. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, no que couber.

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do labor municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão de administração indireta.

Art. 27. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do seu orçamento, através de abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 28. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 29. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou de constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante

metas, funções de governo, metas e riscos fiscais. Diretrizes gerais para elaboração financeira e políticas de fomento e desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2008 e das demais providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2008, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

- I. ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;
- II. metas e riscos fiscais;
- III. disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IV. estrutura e organização da lei orçamentária;
- V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
- VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;
- VII. programas dos Fundos e da Companhia de Mineração de Pato Branco.

CAPÍTULO I AÇÕES PRIORITÁRIAS, FUNÇÕES DE GOVERNO, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas para o exercício de 2008, passam a partir da edição da presente lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2008, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 633, de 30 de agosto de 2008-STN. Os Demonstrativos de Metas Fiscais compreendem:

- a) Demonstrativo I – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Rua Caramuru, 271 - Fone/Fax: (46) 3220-1544 - 85501-060 - Pato Branco - Paraná.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f) Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Próprio de Previdência dos Servidores – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da renúncia da receita;
- h) Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados e sua consolidação constituirá nas metas fiscais do município.

CAPÍTULO III ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2008, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente lei, em especial quanto:

- I. As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários;
- II. A revisão da planta de valores de imóveis urbanos;
- III. A revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV. Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos de competência do Município e da Dívida Ativa Municipal.

CAPÍTULO IV ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º A Proposta Orçamentária será composta pelos Anexos I, II, III e IV, que conterão:

- I. Legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

- II. Resumos gerais da despesa referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;
- III. Orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo;

- IV. Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscais, próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco, discriminando as despesas por órgãos e unidades orçamentárias, segundo as normas estabelecidas na Portaria nº 42/99 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e Portarias Interministeriais nºs 183, 180 e 211/01.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Art. 16. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem contratados no decorrer do exercício de 2008.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 17. Constará do Projeto de Lei Orçamentária demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos dos Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

- 8% (seis por cento) para o Legislativo;
- 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entendem-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reequilíbrio de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens aos servidores definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta e da administração indireta, além de contratação de pessoal em caráter temporário para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput deste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal e próprio da administração indireta.

Art. 20. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 80% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96.

Art. 21. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo e decorrentes de outras despesas com pessoal executadas nos últimos três anos, a prevista para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente, nos termos do artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o disposto na Lei Complementar nº 101/00, estão definidos no Anexo II da presente Lei.

Art. 22. O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2008, custos com criação e ampliação de ações nas áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta, Fundo Municipal de Desenvolvimento e da administração indireta.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput deste artigo correrão à conta de recursos do orçamento fiscal e próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco, a serem consignados nas programações orçamentárias correspondentes.

Art. 23. As despesas consideradas irrelevantes serão processadas em regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o Art. 68, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 24. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas, que:

- I. Sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;
- II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
 - a) Dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
 - b) Serviço e principal da dívida;
 - c) Dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas;
 - d) Transferências próprias de administração indireta;
 - e) Precatórios judiciais;
 - f) Dotações destinadas à educação e saúde.

Art. 25. É vedada a inclusão no projeto de lei orçamentária de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, dotação limitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto na presente Lei e no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 26. O Projeto de Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 e 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º. Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

Rua Caramuru, 271 - Fone/Fax: (46) 3220-1544 - 85501-060 - Pato Branco - Paraná



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

§ 3º. Das limitações de gastos estabelecidos nos parágrafos anteriores, excluem-se as obrigações constitucionais e legais que afetam ao Município, precatórios regularmente inscritos, despesas decorrentes de decisões judiciais, pagamento do serviço e do principal da dívida contratada e ou fundada.

Art. 40. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo 39 da presente lei.

CAPÍTULO VII POLÍTICAS DE APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

Art. 41. As ações de fomento e desenvolvimento de políticas de apoio à implantação de indústrias, agroindústrias, atividades agropecuárias, de apoio ao comércio e serviços, programados no Anexo I, serão efetuadas através do Fundo Municipal de Desenvolvimento, por meio da concessão de empréstimos, prorrogação de prazos, refinanciamentos e composição de dívidas a empresas e produtores.

§ 1º. As coberturas dos custos decorrentes da implementação do projeto no caput deste artigo serão financiados com o saldo financeiro disponível no Fundo Municipal de Desenvolvimento, oriundos do recebimento de parcelas de financiamentos e com recursos do Orçamento Fiscal a serem consignados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, para esta finalidade.

§ 2º. A participação do Município no capital social de empresas privadas somente se dará com recursos alocados no Fundo Municipal de Desenvolvimento, condicionada a existência de lei específica aprovada pela Câmara Municipal.

§ 3º. As normas necessárias à operacionalização do Fundo Municipal de Desenvolvimento serão estabelecidas em Lei Municipal específica.

CAPÍTULO VIII PROGRAMAÇÃO DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO

Art. 42. Em obediência ao princípio da unidade orçamentária, fica o Poder Executivo incumbido de incluir no Orçamento do Executivo Municipal para o exercício de 2008, a proposta da Companhia de Mineração de Pato Branco.

§ 1º. Na estimativa das receitas, devem ser consideradas as transferências financeiras efetuadas pelo Município e as diretamente arrecadadas.

§ 2º. A programação das despesas deve considerar os custos de manutenção e decorrentes da ampliação das atividades.

§ 3º. O programa de trabalho da Companhia está definido no Anexo I – Ações Programáticas.

§ 4º. A Direção e os Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia ficam sujeitos à observância das normas estabelecidas nesta lei e demais legislações que disciplinam a matéria.

CAPÍTULO IX

AVALIAÇÃO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS PARA OS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES, EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, OBRAS EM ANDAMENTO, EVOLUÇÃO DA RECEITA E ANEXO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Rua Caramuru, 271 - Fone/Fax: (46) 3220-1544 - 85501-060 - Pato Branco - Paraná



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Art. 43. A avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior e, das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido bem como o Anexo de Obras em Andamento e o Anexo de Evolução da Receita e das Metas Bimestrais de Arrecadação poderão ser observadas respectivamente nos Demonstrativos II, III e IV e nos Anexos IV, V e VI espessos.

Art. 44. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO VIGANO
Prefeito Municipal

Fl. 20

Visto: 16/03/2016

[illegible]

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										

[illegible]

Ordem	Descrição	Quantidade	Valor
01	1.000 kg de Cimento Portland	1.000	100.000,00
02	1.000 kg de Areia de Rio	1.000	100.000,00
03	1.000 kg de Brita 4	1.000	100.000,00
04	1.000 kg de Brita 3	1.000	100.000,00
05	1.000 kg de Brita 2	1.000	100.000,00
06	1.000 kg de Brita 1	1.000	100.000,00
07	1.000 kg de Brita 0	1.000	100.000,00
08	1.000 kg de Brita 0,5	1.000	100.000,00
09	1.000 kg de Brita 0,25	1.000	100.000,00
10	1.000 kg de Brita 0,125	1.000	100.000,00
11	1.000 kg de Brita 0,0625	1.000	100.000,00
12	1.000 kg de Brita 0,03125	1.000	100.000,00
13	1.000 kg de Brita 0,015625	1.000	100.000,00
14	1.000 kg de Brita 0,0078125	1.000	100.000,00
15	1.000 kg de Brita 0,00390625	1.000	100.000,00
16	1.000 kg de Brita 0,001953125	1.000	100.000,00
17	1.000 kg de Brita 0,0009765625	1.000	100.000,00
18	1.000 kg de Brita 0,00048828125	1.000	100.000,00
19	1.000 kg de Brita 0,000244140625	1.000	100.000,00
20	1.000 kg de Brita 0,0001220703125	1.000	100.000,00
21	1.000 kg de Brita 0,00006103515625	1.000	100.000,00
22	1.000 kg de Brita 0,000030517578125	1.000	100.000,00
23	1.000 kg de Brita 0,0000152587890625	1.000	100.000,00
24	1.000 kg de Brita 0,00000762939453125	1.000	100.000,00
25	1.000 kg de Brita 0,000003814697265625	1.000	100.000,00
26	1.000 kg de Brita 0,0000019073486328125	1.000	100.000,00
27	1.000 kg de Brita 0,00000095367431640625	1.000	100.000,00
28	1.000 kg de Brita 0,000000476837158203125	1.000	100.000,00
29	1.000 kg de Brita 0,0000002384185791015625	1.000	100.000,00
30	1.000 kg de Brita 0,00000011920928955078125	1.000	100.000,00
31	1.000 kg de Brita 0,000000059604644775390625	1.000	100.000,00
32	1.000 kg de Brita 0,0000000298023223876953125	1.000	100.000,00
33	1.000 kg de Brita 0,00000001490116119384765625	1.000	100.000,00
34	1.000 kg de Brita 0,000000007450580596923828125	1.000	100.000,00
35	1.000 kg de Brita 0,0000000037252902984619140625	1.000	100.000,00
36	1.000 kg de Brita 0,00000000186264514923095703125	1.000	100.000,00
37	1.000 kg de Brita 0,000000000931322574615478515625	1.000	100.000,00
38	1.000 kg de Brita 0,0000000004656612873077392578125	1.000	100.000,00
39	1.000 kg de Brita 0,00000000023283064365386962890625	1.000	100.000,00
40	1.000 kg de Brita 0,000000000116415321826934814453125	1.000	100.000,00
41	1.000 kg de Brita 0,0000000000582076609134674071875	1.000	100.000,00
42	1.000 kg de Brita 0,00000000002910383045673370359375	1.000	100.000,00
43	1.000 kg de Brita 0,000000000014551915228366851796875	1.000	100.000,00
44	1.000 kg de Brita 0,0000000000072759576141834258984375	1.000	100.000,00
45	1.000 kg de Brita 0,00000000000363797880709171294921875	1.000	100.000,00
46	1.000 kg de Brita 0,000000000001818989403545856474609375	1.000	100.000,00
47	1.000 kg de Brita 0,0000000000009094947017729282373046875	1.000	100.000,00
48	1.000 kg de Brita 0,00000000000045474735088646141865234375	1.000	100.000,00
49	1.000 kg de Brita 0,000000000000227373675443230709326171875	1.000	100.000,00
50	1.000 kg de Brita 0,0000000000001136868377216153546630859375	1.000	100.000,00
51	1.000 kg de Brita 0,00000000000005684341886080767733154296875	1.000	100.000,00
52	1.000 kg de Brita 0,000000000000028421709430403838665771484375	1.000	100.000,00
53	1.000 kg de Brita 0,0000000000000142108547152019193328857421875	1.000	100.000,00
54	1.000 kg de Brita 0,00000000000000710542735760095966644287109375	1.000	100.000,00
55	1.000 kg de Brita 0,000000000000003552713678800479833222435546	1.000	100.000,00
56	1.000 kg de Brita 0,000000000000001776356839400239916611217773	1.000	100.000,00
57	1.000 kg de Brita 0,000000000000000888178419700119958305608887	1.000	100.000,00
58	1.000 kg de Brita 0,000000000000000444089209850059979152804443	1.000	100.000,00
59	1.000 kg de Brita 0,000000000000000222044604925029989576402221	1.000	100.000,00
60	1.000 kg de Brita 0,00000000000000011102230246251499478820111	1.000	100.000,00
61	1.000 kg de Brita 0,000000000000000055511151231257497394100555	1.000	100.000,00
62	1.000 kg de Brita 0,000000000000000027755575615628748697050277	1.000	100.000,00
63	1.000 kg de Brita 0,000000000000000013877787807814374348525138	1.000	100.000,00
64	1.000 kg de Brita 0,000000000000000006938893903907187174262569	1.000	100.000,00
65	1.000 kg de Brita 0,000000000000000003469446951953593887131284	1.000	100.000,00
66	1.000 kg de Brita 0,000000000000000001734723475976796943565642	1.000	100.000,00
67	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000867361737988398471782821	1.000	100.000,00
68	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000433680868994199235891410	1.000	100.000,00
69	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000216840434497099617945705	1.000	100.000,00
70	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000108420217248549808972852	1.000	100.000,00
71	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000054210108624274904486426	1.000	100.000,00
72	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000027105054312137452243213	1.000	100.000,00
73	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000013552527156068726121606	1.000	100.000,00
74	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000006776263578034363060803	1.000	100.000,00
75	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000003388131789017181530401	1.000	100.000,00
76	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000001694065894508590765200	1.000	100.000,00
77	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000847032947254295382600	1.000	100.000,00
78	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000423516473627147691300	1.000	100.000,00
79	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000211758236813573845650	1.000	100.000,00
80	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000105879118406786922825	1.000	100.000,00
81	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000052939559203393461412	1.000	100.000,00
82	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000026469779601696730706	1.000	100.000,00
83	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000013234889800848365353	1.000	100.000,00
84	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000006617444900424182676	1.000	100.000,00
85	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000003308722450212091338	1.000	100.000,00
86	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000001654361225106045669	1.000	100.000,00
87	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000827180612553022784	1.000	100.000,00
88	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000413590306276511392	1.000	100.000,00
89	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000206795153138255696	1.000	100.000,00
90	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000103397576569127848	1.000	100.000,00
91	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000051698788284563924	1.000	100.000,00
92	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000025849394142281962	1.000	100.000,00
93	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000012924697071140981	1.000	100.000,00
94	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000006462348535570490	1.000	100.000,00
95	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000003231174267785245	1.000	100.000,00
96	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000001615587133892622	1.000	100.000,00
97	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000807793566946311	1.000	100.000,00
98	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000403896783473155	1.000	100.000,00
99	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000201948391736578	1.000	100.000,00
100	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000100974195868289	1.000	100.000,00
101	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000050487097934144	1.000	100.000,00
102	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000025243548967072	1.000	100.000,00
103	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000012621774483536	1.000	100.000,00
104	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000006310887241768	1.000	100.000,00
105	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000003155443620884	1.000	100.000,00
106	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000001577721810442	1.000	100.000,00
107	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000788860905221	1.000	100.000,00
108	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000394430452610	1.000	100.000,00
109	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000197215226305	1.000	100.000,00
110	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000098607613152	1.000	100.000,00
111	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000049303806576	1.000	100.000,00
112	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000024651903288	1.000	100.000,00
113	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000012325951644	1.000	100.000,00
114	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000006162975822	1.000	100.000,00
115	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000003081487911	1.000	100.000,00
116	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000001540743955	1.000	100.000,00
117	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000770371977	1.000	100.000,00
118	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000385185988	1.000	100.000,00
119	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000192592994	1.000	100.000,00
120	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000096296497	1.000	100.000,00
121	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000048148248	1.000	100.000,00
122	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000024074124	1.000	100.000,00
123	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000012037062	1.000	100.000,00
124	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000006018531	1.000	100.000,00
125	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000003009265	1.000	100.000,00
126	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000001504632	1.000	100.000,00
127	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000000752316	1.000	100.000,00
128	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000000376158	1.000	100.000,00
129	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000000188079	1.000	100.000,00
130	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000000094039	1.000	100.000,00
131	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000000047019	1.000	100.000,00
132	1.000 kg de Brita 0,000000000000000000000000000000000000023509	1.000	100.000,00
133	1.000 kg de Brita		

[illegible][illegible][illegible][illegible]

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2008

Anexo 1 LDO - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão/Unidade/Descrição	Destino	Projeto	Sub-projeto	Descrição	Quantidade	Valor
10 1. SECRETARIA DO SECT. DE DESENV. ECON. TECNOL.	2	63	1	Manutenção das Atividades do Setor de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	1	R\$ 110.000,00
10 2. DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	64	3	Manutenção das Atividades do Departamento de Comércio	1	R\$ 80.000,00
10 2. DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	1	Realizar Feira de Lanches	1	R\$ 15.000,00
10 2. DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	2	Manter Centro de Eventos	1	R\$ 300.000,00
10 2. DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	3	Realizar Feiras e Exposições	1	R\$ 400.000,00
10 2. DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	5	Realizar Roteiro Cívico	1	R\$ 45.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	12	2	Implantar a estrutura de Parques Industriais	1	R\$ 55.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	13	1	Construir laboratórios para condomínios industriais	5000	R\$ 200.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	13	2	Aplicação de serviços para implantação de indústrias	15000	R\$ 110.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	14	1	Manter e melhorar Programa de Apoio Tecnológico - P.A.T.	1	R\$ 350.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	1	Capacitar trabalhadores	1	R\$ 55.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	2	Apoiar a implementação de programas no setor local	1	R\$ 150.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	3	Manter as atividades do Departamento de Indústria e Tecnologia	1	R\$ 85.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	4	Apoiar projetos de desenvolvimento de software	1	R\$ 10.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	5	Apoiar a expansão e criação de condomínios	1	R\$ 35.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	6	Implantar e manter pólos de tecnologia	1	R\$ 30.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	7	Implantar Unidade Agroindustrial	1	R\$ 10.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	67	1	Implantar e manter Fundo Municipal de Desenvolvimento	1	R\$ 115.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	67	2	Criar e Manter o Programa Pequeno Empreendedor	1	R\$ 55.000,00
10 3. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	67	3	Desenvolver Projetos e Ações para estimular o turismo no Município	1	R\$ 25.000,00
10 4. COORDENADORIA DE TURISMO	2	75	1	Apoiar a implementação de projetos que atendam o turismo rural	1	R\$ 45.000,00
10 4. COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	3	Manutenção das Atividades de Coordenação de Turismo	1	R\$ 30.000,00
TOTAL					2020	R\$ 2.463.350,00

Roberto Vignato
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2008

Anexo 1 LDO - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão/Unidade/Descrição	Destino	Projeto	Sub-projeto	Descrição	Quantidade	Valor
11 1. GABINETE DO SECR. DE AGRICULTURA	2	88	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Agricultura	1	R\$ 110.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	15	1	Participação do Município em eventos para criação de zonas de campo	1	R\$ 20.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	16	1	Convenção de Mercado do Produtor	1	R\$ 170.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	17	1	Acesso ao Fomento Municipal Rural	2	R\$ 15.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	1	Apoiar a melhoria da infraestrutura das organizações rurais visando ao acesso produtivo	1	R\$ 25.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	2	Implantar e Apoiar Agendas de Desenvolvimento e Ações	1	R\$ 30.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	3	Apoio de recursos para assistência técnica	1	R\$ 40.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	4	Realizar Assistência Técnica aos produtores rurais do Município	1	R\$ 50.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	5	Capacitação de produtores e técnicos em áreas diversas	1	R\$ 20.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	6	Manter o Sítio - Serviço de Assistência Técnica	1	R\$ 75.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	7	Manutenção de centros	1	R\$ 10.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	8	Manutenção das atividades do Departamento de Desenvolvimento Rural	1	R\$ 50.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	9	Programa de Assistência Social do Pato Branco	1	R\$ 20.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	10	Programa de Incentivo à Agricultura	1	R\$ 100.000,00
11 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	89	11	Programa de Incentivo à Produção Pecuária	1	R\$ 100.000,00
TOTAL					20	R\$ 1.038.000,00

Roberto Vignato
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2008

Anexo 1 LDO - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão/Unidade/Descrição	Destino	Projeto	Sub-projeto	Descrição	Quantidade	Valor
12 1. GABINETE SECT. DE MEIO AMBIENTE	2	70	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente	1	R\$ 110.000,00
12 1. GABINETE SECT. DE MEIO AMBIENTE	2	70	2	Implantar e manter o Fundo Municipal de Meio Ambiente - F.M.A.	1	R\$ 30.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	1	18	2	Implantação e Manutenção de projetos para a preservação ambiental	1	R\$ 250.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	1	23	1	Controlar lixo	1	R\$ 240.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	1	23	2	Manutenção das atividades de Limpeza, Coleta e Processamento de Lixo	1	R\$ 900.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	1	Manutenção das atividades operacionais do Departamento de Meio Ambiente	1	R\$ 1.170.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	2	Implementação e manutenção de áreas: verdejantes, jardins, jardins de infância e outros	1	R\$ 40.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	3	Proteção e apoio ambiental educacional ligadas ao Meio Ambiente, construção de parque ambiental	1	R\$ 100.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	4	Controlar lixo gerado nos Destacados Sólidos Urbanos	1	R\$ 160.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	5	Implementação, gestão urbana, conservação de áreas, ações e projetos	1	R\$ 200.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	6	Recuperação e apoio ambiental educacional ligadas ao Meio Ambiente, construção de parque ambiental	1	R\$ 200.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	7	Manter Cooperativas dos produtores de lixo reciclável	1	R\$ 30.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	8	Manter Museu Municipal	1	R\$ 30.000,00
12 2. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	9	Implantar e Manter o Canteiro Público - Lei Municipal nº 1692/1997	1	R\$ 30.000,00
TOTAL					14	R\$ 3.748.000,00

Roberto Vignato
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2008

Anexo 1 LDO - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão/Unidade/Descrição	Destino	Projeto	Sub-projeto	Descrição	Quantidade	Valor
13 1. UNIDADE DE PRODUÇÃO	2	75	1	Manter Atividades da Unidade de Produção	1	R\$ 150.000,00
13 1. UNIDADE DE PRODUÇÃO	2	75	2	Manutenção de Veículos	1	R\$ 30.000,00
TOTAL					2	R\$ 180.000,00

Roberto Vignato
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2008

17/07/2007 14:47

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2006 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2006 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Renda Total	77.813	13,209	69.868	11,860	(7.945)	-0,01
Renda Não-Financeira (I)	76.806	13,004	68.977	11,709	(7.829)	-0,01
Despesa Total	72.784	12,355	65.576	11,132	(7.207)	-0,01
Despesa Não-Financeira (II)	69.554	11,807	62.494	10,608	(7.060)	-0,01
Resultado Primário (I - II)	7.252	1,197	6.484	1,101	(768)	-0,01
Resultado Nominal	(582)	-0,87	6.355	10,78	6.937	-1,191,95
Dívida Pública Consolidada	6.607	1,121	6.607	1,121	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	6.658	1,164	6.658	1,164	0,00	0,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Vignato
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2008

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	%
Renda Total	76.813	71.813	4,29	82.137	5,38	81.861	1,41	165.818	35,64	116.123	6,94	8,74
Renda Não-Financeira (I)	71.150	76.806	7,87	82.137	7,18	81	-99,90	101.940	129,05,06	111.825	9,70	9,70
Despesa Total	60.787	72.784	19,74	77.555	6,36	81.861	4,44	101.554	23,38	111.825	9,92	9,92
Despesa Não-Financeira (II)	58.375	66.554	13,15	74.418	6,39	77.887	4,59	97.883	26,01	107.800	9,92	9,92
Resultado Primário (I - II)	12.734	7.962	-44,79	7.699	6,00	(7.088)	-110,25	1.467	-105,21	-4.225	-4,39	-4,39
Resultado Nominal	2.160	(862)	-89,7	(2.660)	-10,78	(7.088)	-8,05	3.900	0,081	738	0,9	0,9
Dívida Pública Consolidada	9.111	6.607	-27,46	6.600	0,06	6.600	-0,76	6.700	1,52	6.500	-2,99	-2,99
Dívida Consolidada Líquida	7.440	6.658	-7,83	4.175	-38,12	600	-51,03	4.400	633,33	5.190	13,51	13,51

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	%
Renda Total	82.020	82.015	-0,01	82.137	0,17	76.890	-6,40	96.291	23,94	89.173	-4,32	-4,32
Renda Não-Financeira (I)	78.216	80.743	3,23	82.137	1,69	77	-99,81	97.782	194,11,02	85.563	-4,98	-4,98
Despesa Total	66.824	76.714	14,80	77.555	1,10	76.890	-0,91	91.414	19,55	85.334	-4,29	-4,29
Despesa Não-Financeira (II)	64.173	73.310	14,24	74.418	1,51	73.797	-0,86	88.119	19,55	81.895	-4,29	-4,29
Resultado Primário (I - II)	14.043	7.433	-47,67	7.699	5,40	(7.088)	-107,81	3.643	-194,36	2.608	-2,96	-2,96
Resultado Nominal	2.160	(862)	-89,7	8.128	10,78	(5.078)	-61,89	3.900	0,081	700	0,9	0,9
Dívida Pública Consolidada	10.016	6.663	-33,48	6.600	-4,49	6.603	-0,05	6.700	1,52	6.500	-2,99	-2,99
Dívida Consolidada Líquida	8.179	7.228	-11,63	4.175	-49,24	568	-86,37	2.961	380,76	4.356	5,97	5,97

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Vignato
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2008

17/07/2007 14:47

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2008

Anexo 1 LDO - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão/Unidade/Descrição	Destino	Programa	Subprograma	Descrição	Quantidade	Valor
11 ADMINISTRAÇÃO DISTRICTAL	2	15	1	Manutenção da Administração Distrital de São Roque do Chapim	1	R\$ 30.000,00
TOTAL					1	R\$ 30.000,00

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2008

Anexo 1 LDO - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão/Unidade/Descrição	Destino	Programa	Subprograma	Descrição	Quantidade	Valor
13 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	2	15	1	Manutenção da Administração da Companhia de Mineralização de Pato Branco	1	R\$ 140.000,00
TOTAL					1	R\$ 140.000,00

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Projeção Atuarial do RPPS
2008

RF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS CONTRIBUTIVAS	RECEITAS PREVÍD.	DESPESAS PREVÍD.	RESULTADO PREVÍD.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a-b-c)	(f)

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Não Houve Movimentação no Período - 2008

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2008

RF, art. 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2008			2009			2010		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (d)	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (e)	Valor Constante (f)	% PIB (e/PIB) x 100
Receita Total	91.861	76.850	12,720	109.916	90.251	17,360	119.125	99.173	19,712
Receita Não-Financiera (I)	01	77	0,014	101.940	91.782	17,305	111.853	95.503	18,963
Despesa Total	77.867	76.850	13,750	101.554	91.414	17,298	111.627	95.294	18,949
Despesa Não-Financiera (II)	(77.867)	73.707	13,188	97.863	88.119	16,618	107.800	91.805	18,283
Resultado Financeiro (I - II)	(77.867)	(13.636)	-13,174	4.047	3.943	0,987	4.225	3.908	0,717
Resultado Normal	(3.793)	(3.793)	-0,001	4.050	3.900	0,991	738	700	0,900
Divida Pública Consolidada	6.900	6.262	1,170	6.700	6.201	1,137	6.500	5.351	1,103
Divida Consolidada Líquida	600	2.989	6,102	4.400	3.851	0,747	5.100	4.356	0,886

FONTE:

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

RF, art. 4º, § 2º, inciso III

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ milhares

	2006	%	2005	%	2004	%
Patrimônio/Capital	37.980	100	37.878	100	34.905	100
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	37.980	100	37.878	100	34.905	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2006	%	2005	%	2004	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2008

RF, art. 4º, § 2º, inciso III

R\$ milhares

	2006 (a)	2005 (d)	2004
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	78	60	70
Alienação de Bens Móveis	78	60	44
Alienação de Bens Imóveis	-	-	26
TOTAL (I)	78	60	70
DESPESAS LIQUIDADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	5.474	7.109	7.131
Inversões Financeiras	673	269	269
Amortização da Dívida	1.524	1.372	1.372
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL (II)	7.670	8.749	8.771
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I-II)	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	(24.983)	(17.391)	(8.701)

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2008

17/07/2007 14:48

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a R\$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2005	2006
--------------------------	------	------	------

RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2005	2006
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previd. De aposent RPPS e RGPS			
Compensação Previd. De Pensões entre RPPS e RGPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Nota:
- Saída das disponibilidades financeiras do exercício 2003.

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sparain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2008

NÃO HA PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, art 4º, § 2º, inciso V	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2008	2009	2010
TOTAL				

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

17/07/2007 14:49

META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Nominal	10.783	8.355	9.126	12.600	9.000	7.900
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (I)	9.111	8.607	6.650	6.600	6.700	6.500
Dívida Imobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	9.111	8.607	6.650	6.600	6.700	6.500
DEDUÇÕES (II)	1.671	(251)	2.475	6.000	2.300	1.400
Ativo Disponível	2.714	4.927	6.881	6.000	6.800	6.200
Haveres Financeiros	390	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	(1.432)	(5.178)	(4.405)	-	(4.500)	(4.800)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.440	8.858	4.175	600	4.400	5.100
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	7.440	8.858	4.175	600	4.400	5.100

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito

Mauro José Sparain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

17/07/2007 14:49

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

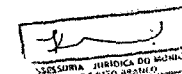
ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (I)	9.111	8.607	6.650	6.600	6.700	6.500
Dívida Imobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	9.111	8.607	6.650	6.600	6.700	6.500
DEDUÇÕES (II)	1.671	(251)	2.475	6.000	2.300	1.400
Ativo Disponível	2.714	4.927	6.881	6.000	6.800	6.200
Haveres Financeiros	390	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	(1.432)	(5.178)	(4.405)	-	(4.500)	(4.800)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.440	8.858	4.175	600	4.400	5.100
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	7.440	8.858	4.175	600	4.400	5.100
Resultado Nominal	2.185	(582)	(2.683)	(3.575)	3.800	700

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sparain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

PÁGINA: 1 DE 2
17/07/2007 14:49

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES III	74.100	76.120	83.100	91.700	101.800	111.000

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2008	2009	2010
TOTAL				

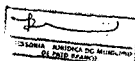
FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Não Houve Movimentação no Período 2008

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

17/07/2007 14:48

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2008

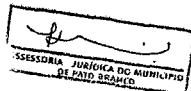
LRF, art 4º, § 2º, inciso V		R\$ milhares
EVENTO	Valor Previsto 2008	
Aumento Permanente da Receita	4.305	
(-) Transferências Constitucionais	-	
(-) Transferências ao FUNDEF	517	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.788	
Redução Permanente da Despesa (II)	-	
Margem Bruta (III) = (I + II)	3.788	
Saldo Utilizado (IV)	-	
Impacto de Novas DOCC	-	
Margem Líquida de Expansão do DOCC (III - IV)	3.788	

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

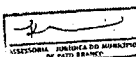
Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2008

ESPECIFICAÇÃO	2008			2009			2010		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	81.861	79.830	12,750	105.916	95.251	17,963	116.123	99.173	19,712
Receita Não-Financieira (I)	81	77	0,014	101.940	91.702	17,305	111.825	95.503	18.983
Receita Não-Financieira (II)	81.861	79.830	12,750	101.554	91.414	17,239	111.627	95.334	18.948
Despesa Total	77.867	73.787	13,186	97.893	86.119	16,818	107.806	91.805	18,295
Despesa Não-Financieira (III)	(73.806)	(73.806)	(13,174)	4.047	3.943	0,887	7.900	6.747	1,341
Resultado Primário (I - II)	12.800	11.954	2,129	9.900	8.101	1,528	6.500	5.379	1,103
Resultado Nominal	6.800	6.282	1,129	8.700	6.801	1,157	6.500	5.379	1,103
Dívida Pública Consolidada	600	569	0,102	4.400	3.961	0,747	5.100	4.258	0,886
Dívida Consolidada Líquida									

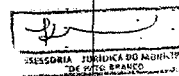
FONTE:



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	71.150	76.132	82.107	81.761	101.940	111.825
Receitas Tributárias	9.959	15.213	14.876	14.146	18.642	20.516
Impostos	7.355	9.206	9.840	10.500	12.154	13.478
Taxes	2.404	5.008	4.536	3.500	6.328	6.860
Contribuição de Melhoria	200	1.000	500	146	161	177
Receitas de Contribuições	1.580	2.768	2.380	4.300	3.473	3.720
Contribuições Sociais	80	1.169	380	2.500	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Civil	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Civil	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Pensionista Civil	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Pensionista Militar	-	-	-	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária entre Regim	40	1.117	325	1.000	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	48	52	55	1.500	-	-
Contribuições Econômicas	1.500	1.600	2.000	1.800	3.473	3.720
Receita Patrimonial Líquida	635	716	558	400	914	1.024
Receita Patrimonial	635	716	558	400	914	1.024
Receitas Imobiliárias	220	250	120	150	303	382
Receitas de Valores Mobiliários	415	466	438	250	611	643
Receitas de Concessões e Permissões	-	-	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	48	-	-	64	71
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	315	665	237	280	819	901
Transferências Correntes	47.959	49.614	60.104	58.215	68.450	75.187
Transferências Intergovernamentais	47.869	49.219	60.044	58.215	68.450	75.187
Transferências da União	28.480	29.175	33.459	32.196	41.039	45.143
Participações na Receita da União	29.480	29.175	33.459	32.196	41.039	45.143
Demais Transferências da União	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Estados	13.110	14.133	19.767	18.163	20.969	22.958
Participações na Receita do Estado	13.110	14.133	19.767	18.163	20.969	22.958
Outras Receitas do Estado	-	-	-	-	-	-
Demais Transferências do Estado	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios	5.279	5.911	6.818	7.856	6.442	7.086
Transferências do FUNDEF	5.279	5.911	6.818	7.856	6.442	7.086
Transferências Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	90	395	60	-	-	-
Demais Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	10.701	7.106	3.953	4.420	9.577	10.406
Multas e Juros de Mora	1.585	1.435	890	1.000	1.805	1.986
Indenizações e Restituições	10	150	10	20	81	89
Receita da Dívida Ativa	8.901	4.591	2.710	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Tributária	8.901	4.591	2.710	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-	-	-	-
Receitas Diversas	195	930	343	400	993	1.143
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.460	1.681	50	100	3.876	4.298
Operações de Crédito (III)	3.410	1.107	-	-	3.725	4.298
Alienação de Bens (IV)	50	100	50	100	151	-
Amortização de Empréstimos (V)	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	474	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-
Transferências Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	474	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

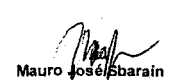
17/07/2007 14:49

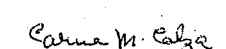
META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II)	-	474	-	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	71.150	76.608	82.107	81.761	101.940	111.825
Receita não-Financeira	3.460	1.681	50	100	3.876	4.298
DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.553	61.023	66.247	66.833	86.148	94.681
Pessoal e Encargos Sociais	22.118	25.967	29.089	30.297	37.255	40.899
Aposentadorias	560	603	660	697	770	847
Pensões	89	90	95	100	110	121
Demais Despesas com Pessoal e Encargos	21.469	25.274	28.334	29.500	36.375	39.930
Juros e Encargos da Dívida (IX)	576	550	571	603	666	733
Outras Despesas Correntes	27.859	34.506	36.587	35.933	48.227	53.049
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
Compensações Previdenciárias de Aposent	-	-	-	-	-	-
Compensações Previdenciárias de Pensão	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas com Outras Despesas C	27.859	34.506	36.587	35.933	48.227	53.049
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (49.977	60.473	65.876	66.230	85.482	93.948
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.054	11.583	11.115	13.962	15.180	16.698
Investimentos	7.477	8.424	7.838	9.277	11.356	12.492
Inversões Financeiras	722	479	710	750	829	912
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integraliza	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	722	479	710	750	829	912
Amortização da Dívida (XIV)	1.855	2.680	2.567	3.935	2.995	3.294
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) =	8.300	8.903	8.548	10.027	12.185	13.403
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	180	178	194	205	226	249
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV	58.375	69.554	74.418	76.462	97.893	107.600
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário	3.460	1.681	50	100	3.876	4.298

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade


 Roberto Viganó
 Prefeito Municipal


 Mauro José Sbarain
 Secretário de Finanças


 Carmem Maria Calza
 Contadora


17/07/2007 14:50

 Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2008

LRF, art 4º, § 3º

R\$ milhares

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações Judiciais Diversas	321	Fazer o devido remanejamento de recursos no Orçamento do Município dentro da legalidade	321
Desapropriar imóveis de interesse do Município	250	Fazer as alterações necessárias no Orçamento do Município observando a legalidade	250

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

17/07/2007 14:51

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 248/2003	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2008	2009	2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	81.761	101.940	111.825
Receitas Tributárias	14.146	18.842	20.516
Impostos	10.500	12.154	13.478
Taxas	3.500	6.328	6.860
Contribuição de Melhoria	146	161	177
Receitas de Contribuições	4.300	3.473	3.720
Contribuições Sociais	2.500	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	-	-
Contribuição de Pensionista Civil	-	-	-
Contribuição de Pensionista Militar	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Geral	-	-	-
Compensação Previdenciária entre Regime Geral e os RPPS	1.000	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	1.500	-	-
Contribuições Econômicas	1.800	3.473	3.720
Receita Patrimonial Líquida	400	914	1.024
Receita Patrimonial	400	914	1.024
Receitas Imobiliárias	150	303	382
Receitas de Valores Mobiliários	250	611	643
Receitas de Concessões e Permissões	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-
Receita Agropecuária	-	64	71
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	280	819	901
Transferências Correntes	58.215	68.450	75.187
Transferências Intergovernamentais	58.215	68.450	75.187
Transferências da União	32.196	41.039	45.143
Participações na Receita da União	32.196	41.039	45.143
Demais Transferências da União	-	-	-
Transferências dos Estados	18.163	20.969	22.958
Participações na Receita do Estado	18.163	20.969	22.958
Outras Receitas do Estado	-	-	-
Demais Transferências do Estado	-	-	-
Transferências dos Municípios	7.856	6.442	7.086
Transferências do FUNDEF	7.856	6.442	7.086
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-
Demais Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	4.420	9.577	10.406
Multas e Juros de Mora	1.000	1.805	1.986
Indenizações e Restituições	20	81	89
Receita da Dívida Ativa	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Tributária	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-
Receitas Diversas	400	993	1.143
RECEITAS DE CAPITAL (II)	100	3.876	4.298
Operações de Crédito (III)	-	3.725	4.298
Alienação de Bens (IV)	100	151	-
Amortização de Empréstimos (V)	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações Judiciais Diversas	321	Fazer o devido remanejamento de recursos no Orçamento do Município dentro da legalidade	321
Desapropriar imóveis de interesse do Município	250	Fazer as alterações necessárias no Orçamento do Município observando a legalidade	250
TOTAL	571	TOTAL	571

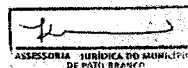
FONTE: Assessoria Jurídica

FONTE: Gabinete do Prefeito e Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos

Roberto Vigarão
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

17/07/2007 14:50

TOTAL DE DESPESAS

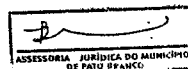
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	67.994	86.148	94.681
Pessoal e Encargos Sociais	31.158	37.255	40.699
Aposentadorias	697	770	847
Pensões	100	110	121
Demais Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	28.500	36.375	39.930
Juros e Encargos da Dívida (IX)	603	666	733
Outras Despesas Correntes	35.933	48.227	53.048
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensações Previdenciárias de Aposentadorias entre RPPS e	-	-	-
Compensações Previdenciárias de Pensões entre RPPS e o RPG	-	-	-
Demais Despesas com Outras Despesas Correntes	35.933	48.227	53.048
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	66.230	85.482	93.948
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.962	15.180	16.698
Investimentos	8.277	11.356	12.492
Inversões Financeiras	750	829	912
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	750	829	912
Amortização da Dívida (XIV)	3.935	2.995	3.294
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.027	12.185	13.403
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	205	226	249
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	76.462	97.893	107.600
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	-	-	-
TOTAL	81.861	101.554	111.627

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças - Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Vigarão
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora



Receita da Dívida Ativa Tributária	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-
Receitas Diversas	400	993	1.143
RECEITAS DE CAPITAL (II)	100	3.876	4.298
Operações de Crédito (III)	-	3.725	4.298
Alienação de Bens (IV)	100	151	-
Amortização de Empréstimos (V)	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-
Transferências para o Conselho de Fome	-	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

17/07/2007 14:51

TOTAL DAS RECEITAS

Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	81.761	101.940	111.825
TOTAL	81.861	105.816	116.123

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Vigarão
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

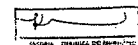
Carmem Maria Calza
Contadora



SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBRAS EM ANDAMENTO

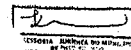
EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	Nº	VALOR CONTRATO	DT. ASSIN.	DT. INÍCIO SERVIÇO	PRazo EXECUÇÃO	VENcto CONTRATO	ADITIVO R\$ E DATA	Local da Obra	% executada	VENcto CONVEN
BNF CONSTRUTORA LTDA	ESCOLAS: CACHOEIRINHA - IRMÃ DULCE - VILA VERDE E MARIA JUREMA CEM	REFORMA BANHEIROS PORTADORES DEFICIÊNCIA ESCOLAS: CACHOEIRINHA - IRMÃ DULCE - VILA VERDE - MARIA JUREMA CEM	106/07	8,39 17,40 23,83 44,86	R\$ 42.591,39	19.04.07	27.04.07	60 DIAS	27.06.07	EM ANDAMENTO	Diversos	75%	
	CONSTRUÇÃO BANHEIROS GINÁSIO ESPORTES GRALHA AZUL	REFORMA DE BANHEIROS NO GINÁSIO GRALHA AZUL	1134/07	28,94	R\$ 16.170,00	10.07.07	13.07.07	90 DIAS	13.10.07	EM ANDAMENTO	R. JUARY SHEIOT SOUZA - B. G. AZUL	0%	
CONSTRUTORA LIBERAL	COZINHA NO PARQUE EXPOSIÇÕES	EXECUÇÃO COZINHA NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES.	1022/07	47,64	R\$ 45.959,43	31.01.07	13.02.07	60 DIAS	13.04.07	---	Parque de exposições	100%	
DARTA CONST. CIVIL	ESCOLA ROCHA POMBO	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA ROCHA POMBO	1037/07	AMP: 65,11 REFORMA 280,00	R\$ 168.991,84	15.03.07	10.04.07	120 DIAS	10.06.07	EM ANDAMENTO	Rua Paraná s/n, Com Alato Grosso	65%	dez/07
FRONTER	CENTRO SAÚDE DOUGLAS CARDOSO NASCIMENTO	CONSTRUÇÃO CENTRO SAÚDE DOUGLAS C. NASCIMENTO LOTE 02 Q. 83 COM 785,90	1018/07	785,90	R\$ 599.355,56	29.01.07	15.02.07	210 DIAS	15.09.07	EM ANDAMENTO	Lote 4, quadra 53, Rua Paraná	44,15%	07/12/2007
FATRON	CASA ABRIGO ESPERANÇA	REFORMA GLOBAL	CONTRAT. O 951/06	150,00	R\$ 64.472,81	03.10.06	06.11.06 ADIT. 30 DIAS	120 DIAS	06.04.07	---	Rua Das Garças, 70	100%	31/12/2007



EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	M²	VALOR CONTRATO	DT. ASSIN.	DT. ORDEN. SERVIÇO	PRazo EXECUÇÃO	VENCTO CONTRATO	ATIVO RS E DATA	Local de Obra	% concluída	VENCTO CONVEN
PREFEITURA	PARQUE AMBIENTAL GRALHA AZUL	CONSTRUÇÃO DO PARQUE GRALHA AZUL		101.820,01	R\$ 399.021,32	08.02.07	08.02.07	360 DIAS	08.02.07	EM ANDAMENTO	Bairro Gralha Azul	24%	
	PRÉ MOLDADOS SÃO CRISTOVÃO	COBERTURA PRÉ-MOLDADA ESCOLA GÊNESE	1044/07	200,4	R\$ 12.948,23	28.03.07	15.04.07	30 D	18.05.07			100%	
RPH	UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	REFORMA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	1027/07	1.136,75	R\$ 79.593,49	15.02.07	20.04.07	120 DIAS	20.08.07	EM ANDAMENTO	PR 493 KM 01	35%	
PREFEITURA	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, BAIRRO GRALHA AZUL, SÃO CRISTOVÃO E JARDIM PRIMAVERA	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE CALÇAMENTO	0211413-42/2006	16.318,30	R\$ 200.019,57	02/04/2007	02.04.07	90 DIAS	02.06.07	EM ANDAMENTO	Bairro Gralha Azul, São Cristovão e Jardim Primavera	50%	
C.J. MILAM	PARQUE PLANALTO	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE PLANALTO	1015/07	26.730	R\$ 35.989,22	19.01.07	13.02.07	180 DIAS	13.08.07		Rua Arapongas - Bairro Planalto	0%	
BNF CONSTRUTORA	CASA ABRIGO ESPERANÇA	REFORMA GERAL	1078/07	128,87	R\$ 6.071,87	19.01.07		30 DIAS			Rua Das Gargas, 70	100%	
DARTA CONSTRUÇÕES CIVIS	GINÁSIO SANTO ANTONIO	CONSTRUÇÃO E REFORMA DO GINÁSIO SANTO ANTONIO, SENDO 393,22M² EM PRÉ MOLDADO A SER CONCLUÍDO E 382,0 M² A SER AMPLIADO	1101/2007	393,22 A SER CONCLUÍDO E 382,0 A SER AMPLIADO	223.417,03	06.07.07	06.07.07	720 D	06.11.07		Bairro Santo Antônio	0%	

Roberto Viana
Procurador

Vladimir José Del Rosa
Secretário de Engenharia Obras e Serviços Públicos





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 80/2007

Câmara Municipal de
Pato Branco

Fl.: 426

Visto: *Morango*

Súmula: Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2008 e dá outras providências.

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2008, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

- I. ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;
- II. metas e riscos fiscais;
- III. disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IV. estrutura e organização da lei orçamentária;
- V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
- VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;
- VII. programas dos Fundos e da Companhia de Mineração de Pato Branco.

CAPÍTULO I AÇÕES PRIORITÁRIAS, FUNÇÕES DE GOVERNO, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas para o exercício de 2008, passam a partir da edição da presente lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2008, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 633, de 30 de agosto de 2006-STN. Os Demonstrativos de Metas Fiscais compreendem:

- a) Demonstrativo I – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

- c) Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f) Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Próprio de Previdência dos Servidores – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da renúncia de receita; e
- h) Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados e sua consolidação constituirá nas metas fiscais do município.

CAPÍTULO III ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2008, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente lei, em especial quanto:

- I. Às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários.
- II. À revisão da planta de valores de imóveis urbanos.
- III. À revisão de alíquotas dos tributos de competência; e,
- IV. Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos de competência do Município e da Dívida Ativa Municipal.

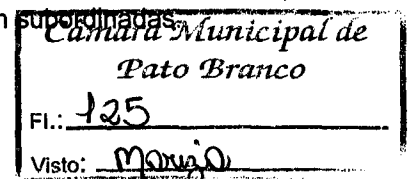
CAPÍTULO IV ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º A Proposta Orçamentária será composta pelos Anexos I, II, III e IV, que conterão:

- I. Legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;
- II. Resumos gerais da despesa referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;
- III. Orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo; e,
- IV. Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscais, próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco, discriminarão as despesas por órgãos e unidades orçamentárias, segundo as normas estabelecidas na Portaria nº 42/99 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e Portarias Interministerial nºs 163, 180 e 211/01.

Art. 7º As programações do Fundo Municipal de Desenvolvimento, da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Saúde, serão abertos como atividade nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Câmara Municipal de
Pato Branco

Fl.: 124

Visto: *Morino*

CAPÍTULO V DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º Para o exercício financeiro de 2008, fica estabelecido o montante de R\$ 81.861.000,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e sessenta e um mil reais), como limite para elaboração do Orçamento Fiscal, e de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), para o Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Parágrafo único. Dos montantes estabelecidos no *caput* deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) será consignado em Reserva de Contingência.

Art. 9º Serão classificados na programação orçamentária 99.99.04.123.9999, elemento de despesa 9.9.99.99 – Reserva de Contingência, os recursos consignados no parágrafo único do artigo 8º e no elemento de despesa 349999 – Reserva de Contingência as parcelas de dotações decorrentes de vetos por parte do Poder Executivo às emendas efetuadas à proposta orçamentária pelo Poder Legislativo.

Art. 10. A Lei Orçamentária por meio de Anexos, deverá demonstrar existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II – Metas Fiscais.

Art. 11. Na Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2007, (base de correção relativa a 30 de junho de 2007).

§ 1º. As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2007.

§ 2º. Os valores da receita e despesa apresentadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo Índice para dezembro de 2007.

§ 3º. O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Art. 12. A Lei Orçamentária para 2008 destinará recursos para atender prioritariamente:

- I. Despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;
- II. Pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;
- III. Pagamento do serviço e do principal da dívida pública;
- IV. Empréstimos e às contrapartidas de programas objeto de financiamentos e de convênios com outras esferas de governo;
- V. Manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, de acordo com a legislação vigente;
- VI. Implantação e manutenção de obras e serviços;
- VII. Implantação do programa de modernização da administração municipal;
- VIII. Implantação da política de geração de empregos e renda.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>
Fl.: 123
Visto: <i>Morão</i>

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

Art. 13. Constará da programação orçamentária da despesa, custos com juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito por antecipação de receita, com a manutenção das ações em execução, manutenção das estruturas administrativas e físicas das administrações direta e indireta, continuidade dos projetos em andamento e com a conservação do patrimônio público.

Art. 14. O Poder Legislativo, até o dia 30 do mês de setembro do presente exercício, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.645, de 8 de setembro de 1997 e a Emenda Constitucional nº 25/2000, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, limitada a 8% (oito por cento) da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. Caso o orçamento aprovado para o Poder Legislativo ultrapasse os limites estabelecidos no *caput* deste artigo, os valores excedentes serão objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo, cujo montante será incorporado na programação orçamentária da Secretaria de Finanças, elemento de despesa 413000 – Investimento em Regime de Execução Especial.

Art. 15. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesa de capital.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com a previdência social.

Art. 16. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem contratados no decorrer do exercício de 2008.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 17. Constará, na Lei Orçamentária, demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos dos Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

- I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;
- II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entendem-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. A Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens aos servidores definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo,



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Pato Branco	
Fl.: 122	
Visto: Moniz O.	

transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta e da administração indireta, além de contratação de pessoal em caráter temporário para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* neste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal e próprio da administração indireta.

Art. 20. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96.

Art. 21. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo e decorrentes de outras despesas com pessoal executadas nos últimos três anos, a prevista para o exercício corrente e para os exercícios subseqüentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente, nos termos do artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o disposto na Lei Complementar nº 101/00, estão definidos no Anexo II da presente Lei.

Art. 22. O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2008, custos com criação e ampliação de ações nas áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta, Fundo Municipal de Desenvolvimento e da administração indireta.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* deste artigo correrão a conta de recursos do orçamento fiscal e próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco, a serem consignados nas programações orçamentárias correspondentes.

Art. 23. As despesas consideradas irrelevantes serão processadas em regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o Art. 68, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 24. Poderão ser incorporadas emendas à Lei Orçamentária Anual, que:

- I. Sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;
- II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
 - a) Dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
 - b) Serviço e principal da dívida;
 - c) Dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas;
 - d) Transfiram recursos próprios de administração indireta;
 - e) Precatórios judiciais;
 - f) Dotações destinadas à educação e saúde.

Art. 25. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto na presente Lei e no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Art. 26. A Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º. Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º. Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, ficam condicionados a existência de dotação orçamentária para este fim.

§ 4º. Na Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedada à inserção de emendas que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 28. Acompanhará a Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagas no exercício seguinte.

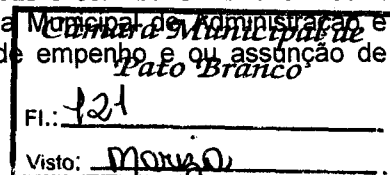
CAPÍTULO VI DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 29. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 30. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 31. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, estabelecerá o cronograma de desembolso, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 32. Para consecução das ações programáticas e com base na reestimativa da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou assunção de despesas.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratados ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 33. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2008 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, da existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 34. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 35. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 36. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, no que couber:

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

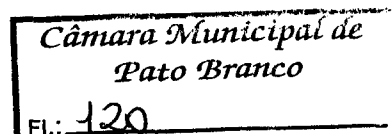
Art. 37. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 38. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 39. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

1





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

§ 3º. Das limitações de gastos estabelecidos nos parágrafos anteriores, excluem-se as obrigações constitucionais e legais que afetam ao Município, precatórios regularmente inscritos, despesas decorrentes de decisões judiciais, pagamento do serviço e do principal da dívida contratada e ou fundada.

Art. 40. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo 38 da presente lei.

CAPÍTULO VII POLÍTICAS DE APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

Art. 41. As ações de fomento e desenvolvimento de políticas de apoio à implantação de indústrias, agroindústrias, atividades agropecuárias, de apoio ao comércio e serviços, programados no Anexo I, serão efetuadas através do Fundo Municipal de Desenvolvimento, por meio da concessão de empréstimos, prorrogação de prazos, refinanciamentos e composição de dívidas a empresas e produtores.

§ 1º. As coberturas dos custos decorrentes da implementação do proposto no *caput* deste artigo serão financiados com o saldo financeiro disponível no Fundo Municipal de Desenvolvimento, oriundos do recebimento de parcelas de financiamentos e com recursos do Orçamento Fiscal a serem consignados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, para esta finalidade.

§ 2º. A participação do Município no capital social de empresas privadas somente se dará com recursos alocados no Fundo Municipal de Desenvolvimento, condicionada a existência de lei específica aprovada pela Câmara Municipal.

§ 3º. As normas necessárias à operacionalização do Fundo Municipal de Desenvolvimento serão estabelecidas em Lei Municipal específica.

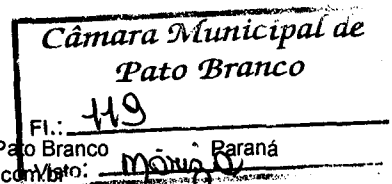
CAPÍTULO VIII PROGRAMAÇÃO DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO

Art. 42. Em obediência ao princípio da unidade orçamentária, fica o Poder Executivo incumbido de incluir no Orçamento do Executivo Municipal para o exercício de 2008, a proposta da Companhia de Mineração de Pato Branco.

§ 1º. Na estimativa das receitas, devem ser consideradas as transferências financeiras efetuadas pelo Município e as diretamente arrecadadas.

§ 2º. A programação das despesas deve considerar os custos de manutenção e decorrentes da ampliação das atividades.

9





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

§ 3º. O programa de trabalho da Companhia está definido no Anexo I – Ações Programáticas.

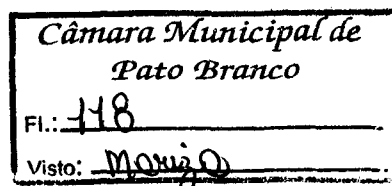
§ 4º. A Direção e os Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia ficam sujeitos à observância das normas estabelecidas nesta lei e demais legislações que disciplinam a matéria.

CAPÍTULO IX

AVALIAÇÃO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS PARA OS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES, EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, OBRAS EM ANDAMENTO, EVOLUÇÃO DA RECEITA E ANEXO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Art. 43. A avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior e das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido bem como o Anexo de Obras em Andamento e o Anexo de Evolução da Receita e das Metas Bimestrais de Arrecadação poderão ser observadas respectivamente nos Demonstrativos II, III e IV e nos Anexos IV, V e VI apensos.

Art. 44. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



ANEXO I - PPA e LDO

EMENDA ADITIVA

Acréscce o seguinte item:

Órg	Unid	Descrição	Destin	roj/At	Proj/Su	Descrição	Qu.	Valor
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE								
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE				Implantar e Manter o Canil Público – Lei Municipal nº.1682/1997	1	R\$ 50.000,00

EMENDA ADITIVA

Acréscce os seguintes itens:

Órg	Unid	Descrição	Destin	roj/At	Proj/Su	Descrição	Quant	Valor
SECR.MUN.DE ENG.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS								
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO				Construir Banheiros Públicos	1	R\$ 100.000,00
6	5	COORDENADORIA DE TRÂNSITO				Construir Sede Própria DEPATRAN	1	R\$ 150.000,00
								R\$ 250.000,00

EMENDA ADITIVA

Acréscce os seguintes itens:

Órg	Unid	Descrição	Destin	roj/At	Proj/Su	Descrição	Quant	Valor
SECR.MUN.DE ENG.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS								
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO				Construir Ponto de Chapa	5	R\$ 50.000,00

EMENDA MODIFICATIVA

Altera o valor do item abaixo:

Órg	Unid	Descrição	Destin	roj/At	Proj/Su	Descrição	Qu.	Valor	Tinha
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE									
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				Contratação de serviços de terceiros para Prótese dentária Lei municipal 60prot/mês	1	R\$ 50.000,00	R\$ 24.000,00

SOMA	R\$ 376.000,00
------	----------------

EMENDA MODIFICATIVA

Órg	Unid	Descrição	Destin	roj/At	Proj/Su	Descrição	Quant	Valor
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	1	Subsídios, Vencimentos e Obrigações	32	R\$ 1.700.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	2	Ampliar o Quadro Funcional	12	R\$ 120.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	3	Aquisição de Equipamentos	155	R\$ 300.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	6	Manter as Atividades legislativas, administrativas e financeiras	1	R\$ 430.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	8	Transmissão e Divulgação das Sessões Legislativas, Audiências Públicas e d	170	R\$ 70.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	10	Contratar Serviços Externos	6	R\$ 10.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	11	Proporcionar Treinamento a Vereadores e Servidores	50	R\$ 30.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	12	Formar Biblioteca	40	R\$ 8.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	16	Construir, reformar ou ampliar o Edifício da Câmara Municipal	1	R\$ 332.000,00
TOTAL								R\$ 3.000.000,00

SOMA	R\$ 485.000,00
TOTAL	R\$ 861.000,00

Câmara Municipal de
 Gato Branco
 Fl.: 117
 Visor: Moringo



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Pato Branco

Fl.: 416

Visto: *monio*

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 5 DE JULHO DE 2007

OBJETIVO: "DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 80/2007, DE 11 DE JUNHO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2008"

Aos 5 (cinco) dias do mês de julho de 2007, com início às 15 horas, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, audiência pública mediante participação popular, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 48, da lei complementar nº 101/2000, que diz que "A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos". A audiência pública tem o objetivo de debater sobre o projeto de lei nº 80/2007, de iniciativa do Poder Executivo, encaminhado através da mensagem nº 79/2007, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco no exercício de 2008 e dá outras providências, em conformidade com a disposição contida no parágrafo único do artigo 48 da lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências (Lei de Responsabilidade Fiscal). Participaram da Audiência Pública os seguintes vereadores: Aldir Vendruscolo - DEM, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Valmir Tasca - DEM e Volmir Sabbi - PT. Ausentes os vereadores Cilmar Francisco Pastorello - PR e Osmar Braun Sobrinho - PV. O vereador Osmar Braun Sobrinho - PV enviou ofício informando que não participará desta audiência pública, tendo em vista que estará participando da palestra sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, no Sebrae, na mesma data e horário, tendo como palestrante o senhor Cirineu do Nascimento Rodrigues. Sob a presidência do vereador Valmir Tasca, foi aberta a sessão. Dando início, o presidente Valmir Tasca, convidou os vereadores Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Vice-presidente da Câmara Municipal; Aldir Vendruscolo - DEM, 1º Secretário; e Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças; bem como o Prefeito Roberto Viganó, para comporem a Mesa que conduzirá os trabalhos. Em seguida, convidou os demais vereadores que compõem o Poder Legislativo Municipal para tomarem assento em seus lugares, convidou também os secretários municipais presentes para tomar assento junto aos vereadores. Estavam presentes os seguintes secretários municipais: Secretário Municipal de Planejamento, Frederico



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Pato Branco

Fl.: 113

Visto: Mougo

Pimpão; Secretária Municipal de Ação Social e Cidadania, Neuza Amadori Viganó; Secretário Municipal de Saúde, Flávio Angelo Ceni; Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Solange Beatriz Amadori Martins de Oliveira; Secretária Municipal de Agricultura, senhora Leunira Viganó Tesser; Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, senhor José Nilton Sanguanini; Secretário Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos, Vlademir José Dal’Ross; Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, senhor Júlio César Heberle Lattmann; Secretário Municipal de Finanças, senhor Mauro José Sbarain. Servidores da Prefeitura Municipal também se fizeram presente: Senhora Carmen Calza, Coordenadora de Contabilidade; Ivoliciano Leonarchik, Assessor Técnico I, Símbolo CC4, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento; Assessor para Assuntos Legislativos, senhor Carlinho Antonio Polazzo; Assessora Jurídica, Kátia Isabel Moretti de Almeida Ferreira; Assessor de Imprensa, Adriano Oltramari; Chefe de Gabinete, Joares Cordeiro Brasil; Carlos Lopes, Coordenador de Projetos e Convênios; Cleverson Malagi, Consultor Técnico II, Símbolo CC4, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico; Alcides Benato, Diretor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação Cultura Esportes e Lazer; Claudinei Pereira, Assessor Técnico II da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento; Sandro Luis Tioqueta, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural, da Secretaria Municipal de Agricultura; Emanuele Borsatto Baldissera, Assessora Técnica II, da Secretaria Municipal de Finanças. Dando continuidade aos trabalhos o presidente, Valmir Tasca, lembrou que além do vereador Guilherme Sebastião Silverio, fazem parte da Comissão de Orçamento e Finanças, os vereadores Cilmar Francisco Pastorello - PR e Nelson Bertani - PDT, e é esta Comissão que recebe as emendas e emite parecer relativo à matéria que será discutida nesta sessão e em seguida, passou a palavra ao Presidente da Comissão, Guilherme Sebastião Silverio, para prosseguir com os trabalhos. O vereador Guilherme Sebastião Silverio explicou aos participantes os objetivos da realização da audiência pública que é um instrumento que leva a uma decisão política ou legal com legitimidade e transparência. Portanto, explicou o vereador, este espaço é aberto a toda população, para que possam participar do processo. É através dela que o responsável pela decisão tem acesso, simultaneamente e em condições de igualdade, às mais variadas opiniões sobre a matéria debatida, em contato direto com os interessados. Disse ainda que os Poderes Executivo e Legislativo têm a missão de trabalhar com um montante de recurso e infra-estrutura para melhorar a qualidade de vida da população. “Um instrumento importante para isso é o planejamento orçamentário, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esse planejamento será decisivo para o êxito ou fracasso dos projetos da prefeitura. Nesse momento, quero convocar os vereadores, secretários e prefeitos para discutir idéias. Temos propostas divergentes, assim como temos pontos onde todos concordam. Devemos trabalhar em parceria para discutir o orçamento



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

contribuir para que ele seja executado. Sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do povo", declarou. O Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Guilherme Silverio, lamentou as poucas emendas apresentadas, se comparadas aos últimos anos. "Temos até amanhã (6 de julho de 2007) para fazer emendas no orçamento. Talvez o baixo número de emendas apresentadas seja um reflexo dos remanejamentos propostos pelo Executivo por meio dos projetos de abertura de crédito suplementar, que retiram recursos dessas emendas. Acredito que devemos trabalhar em parceria e discutir o que podemos fazer juntos", disse. Em seguida passou a palavra ao Excelentíssimo Senhor Roberto Viganó, Prefeito do Município de Pato Branco, para seu pronunciamento. O Prefeito ressaltou o empenho dos secretários e demais funcionários no planejamento do orçamento. "Pretendemos executá-lo sem precisar da abertura de créditos suplementares", afirmou. Segundo ele, as emendas podem comprometer o planejamento feito pelos secretários. O Prefeito destacou ainda que muitas coisas irão mudar, inclusive o convívio com a Câmara. Após o pronunciamento do Prefeito, deixou-se a palavra livre para manifestação dos participantes da sessão. Para finalizar, o presidente, agradeceu a presença e a participação de todos. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão. Lavramos a presente ata que depois de lida, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 5 de julho de 2007.

Valmir Tasca
Presidente da Câmara Municipal

Guilherme Sebastião Silverio
Presidente Com. Orçamento e Finanças

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>
Fl.: <u>144</u>
Visto: <u>morajo</u>



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	413
Visto:	Morão

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 80/2007

A Comissão de Finanças e Orçamento reunida analisou **Projeto de Lei nº. 80/2007**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas Administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no **exercício de 2008**, e dá outras providências.

Deve a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ser enviada anualmente pelo Prefeito Municipal ao Legislativo até o dia 30 de abril conforme determina Lei Municipal nº. 1645 de 09 de setembro de 1997 e devolvido para sanção do executivo até o encerramento do período legislativo 15 de julho, no entanto o projeto em apreço foi protocolado neste Legislativo no dia 11 de junho de 2007 às 17h55min, portanto fora do prazo estabelecido pela legislação em vigor.

Esta lei compreende as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), dispondo sobre as alterações na legislação tributária. A LDO tem também como base o Plano Plurianual.

Caso o Município tenham dívidas acumuladas no passado, a lei procura fazer com que sejam reduzidas. Para tanto o Anexo de Metas Fiscais deverá trazer informações sobre a programação do seu pagamento com o objetivo de reduzi-la constantemente, além da projeção do montante da dívida para três exercícios (ou seja, para aquele ano que se refere à LDO e os dois exercícios seguintes).

O Anexo de Riscos Fiscais traz previsões quanto aos riscos capazes de afetar as contas públicas que geralmente são despesas de difícil previsão; são as representados por decisões judiciais, que no nosso caso tratam de ações judiciais diversas e desapropriações de imóveis de interesse do município. No entanto somos sabedores que as ações judiciais perfazem um total bem maior daquele previsto.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	112
Visto:	<i>Morais</i>

A Lei Complementar nº 101/2000 orienta sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, a limitação de empenho e movimentação financeira, a não geração de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, os critérios para criação, expansão ou aperfeiçoamento das ações que acarrete aumento de despesa.

Pode-se dizer que a elaboração do Planejamento começa com o PPA, tem na LDO o seu encaminhamento e regramento, mas materializa-se com a Lei Orçamentária Anual - LOA. São leis distintas, mas indissociáveis, formam um único instrumento de planejamento, controle, reavaliação e correção.

Dessa forma deve a LDO ser compatível com o PPA e a LOA com a LDO e o PPA, justificando-se dessa forma o planejamento integrado e assim sendo, os instrumentos de planejamento passarão a ser mais efetivos e não apenas peças formais.

Essa relatoria em análise ao projeto, apresenta emenda modificativa abaixo transcrita que modifica contido no artigo 36:

EMENDA MODIFICATIVA:

Fica alterado o art.36 que passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 36. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, no que couber:"

Ainda observamos que se faz necessário emenda aditiva para contemplar a Câmara Municipal a realizar suplementações por ato próprio.

EMENDA ADITIVA:

Acresce a emenda abaixo que passa a vigorar com o seguinte teor, renumerando as demais:

"Art. 37. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, até o limite de 30% (trinta por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares."



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

EMENDA MODIFICATIVA:

Altera o artigo abaixo que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Para o exercício financeiro de 2008, fica estabelecido o montante de R\$ 81.861.000,00 (oitenta e um milhões oitocentos e sessenta e um mil reais) como limite para elaboração do Orçamento Fiscal, e de R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais), para o Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco."

As emendas apresentadas pelos senhores vereadores encontram-se dentro do que disciplina a matéria devendo ser apreciadas pelos nobres pares, conforme documento anexo.

Por se tratar de matéria diretamente vinculada à Lei Orçamentária, é de suma importância a sua apreciação, uma vez que estipula as metas e prioridades da Administração Pública para o exercício de 2008, fornecemos **PARECER FAVORÁVEL** a sua regimental tramitação e aprovação, devendo a mesma seguir o rito disposto no artigo 182 e seguintes do Regimento Interno, observadas as Emendas, de ordem técnica.

É o nosso parecer, S.M.J
Pato Branco, 6 de julho de 2007.


GUILHERME SEBASTIÃO SILVÉRIO
Presidente-Relator


CILMAR FRANCISCO PASTORELLO
Membro


NELSON BERTANI
Membro

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	44
Visto:	Movido

ANEXO I - PPA e LDO

EMENDA ADITIVA

Acresce o seguinte item:

Órg	Unid	Descrição	Destin	Proj/At	Proj/Su	Descrição	Qu.	Valor
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE								
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE				Implantar e Manter o Canil Público – Lei Municipal nº. 1682/1997	1	R\$ 50.000,00

EMENDA ADITIVA

Acresce os seguintes itens:

Órg	Unid	Descrição	Destin	Proj/At	Proj/Su	Descrição	Quant	Valor
SECR.MUN.DE ENG.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS								
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO				Construir Banheiros Públicos	1	R\$ 100.000,00
6	5	COORDENADORIA DE TRÂNSITO				Construir Sede Própria DEPATRAN	1	R\$ 150.000,00
								R\$ 250.000,00

EMENDA ADITIVA

Acresce os seguintes itens:

Órg	Unid	Descrição	Destin	Proj/At	Proj/Su	Descrição	Quant	Valor
SECR.MUN.DE ENG.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS								
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO				Construir Ponto de Chapa	5	R\$ 50.000,00

EMENDA MODIFICATIVA

Altera o valor do item abaixo:

Órg	Unid	Descrição	Destin	Proj/At	Proj/Su	Descrição	Qu.	Valor	Tinha
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE									
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				Contratação de serviços de terceiros para Prótese dentária Lei municipal 60prot/mês	1	R\$ 50.000,00	R\$ 24.000,00

SOMA	R\$	376.000,00
------	-----	------------

EMENDA MODIFICATIVA

Órg	Unid	Descrição	Destin	Proj/At	Proj/Su	Descrição	Quant	Valor
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	1	Subsídios, Vencimentos e Obrigações	32	R\$ 1.700.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	2	Ampliar o Quadro Funcional	12	R\$ 120.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	3	Aquisição de Equipamentos	155	R\$ 300.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	6	Manter as Atividades legislativas, administrativas e financeiras	1	R\$ 430.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	8	Transmissão e Divulgação das Sessões Legislativas, Audiências Públicas e c	170	R\$ 70.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	10	Contratar Serviços Externos	6	R\$ 10.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	11	Proporcionar Treinamento a Vereadores e Servidores	50	R\$ 30.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	12	Formar Biblioteca	40	R\$ 8.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	16	Construir, reformar ou ampliar o Edifício da Câmara Municipal	1	R\$ 332.000,00
TOTAL								R\$ 3.000.000,00

SOMA	R\$	485.000,00
TOTAL	R\$	861.000,00

Câmara Municipal de
 Pato Branco
 Fl.: 110
 Visão: 10/05/2010



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo.Sr.

GUILHERME SEBASTIÃO SILVERIO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

EMENDA Nº 4/2007

*Câmara Municipal de
Pato Branco*

Fl.: 409

Visto: Morango

Os vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão a seguinte emenda ao **Projeto de Lei nº. 80/2007**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas Administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, **no exercício de 2008**, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:

Acresce ao Anexo I, o item relacionado e a Descrição assim como os valores constantes do documento anexo que passa a vigorar com as informações ali constantes para o exercício financeiro de 2008.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 5 de julho de 2007.


Marco Antonio Augusto Pozza


Nelson Bertani

ANEXO I - PPA E LDO

EMENDA ADITIVA

Acréscce os seguintes itens:

Org	Unid	Descrição	Destino	Proj/Ativ	Proj/Su	Descrição	Quant	Valor
SECR.MUN.DE ENG.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS								
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO				Construir Ponto de Chapa	5	R\$ 50.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco

Fl.: 108

Visto: *Mougo*



Câmara Municipal de Pato Branco

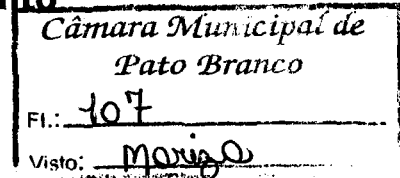
Estado do Paraná

Exmo.Sr.

GUILHERME SEBASTIÃO SILVERIO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

EMENDA Nº 3/2007



O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão as seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº. 80/2007**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas Administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, **no exercício de 2008**, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:

Acresce ao Anexo I, os itens relacionados e a Descrição assim como os valores constantes do documento anexo que passam a vigorar com as informações ali constantes para o exercício financeiro de 2008.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 3 de julho de 2007.


Laurindo Cesa

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 04-Jul-2007-09:45-000660-1/2

ANEXO I - PPA E LDO

EMENDA ADITIVA

Acresce os seguintes itens:

Org	Unid	Descrição	Destino	Proj/Ativ	Proj/Su	Descrição	Quant	Valor
SECR.MUN.DE ENG.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS								
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO				Construir Banheiros Públicos	1	R\$ 100.000,00
6	5	COORDENADORIA DE TRÂNSITO				Construir Sede Própria DEPATRAN	1	R\$ 150.000,00
								R\$ 250.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 106
Visto: Mônica



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo.Sr.

GUILHERME SEBASTIÃO SILVERIO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

EMENDA Nº 2/2007

*Câmara Municipal de
Pato Branco*

Fl.: 105

Visto: Maximo

Os vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão as seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº. 80/2007**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas Administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, **no exercício de 2008**, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA:

EMENDA ADITIVA:

Altera e Acresce ao Anexo I itens relacionados e a Descrição assim como os valores constantes do documento anexo que passam a vigorar com as informações ali constantes para o exercício financeiro de 2008.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 2 de julho de 2007.


Valmir Tasca


Aídir Vendrusculo

ANEXO I - PPA e LDO

EMENDA MODIFICATIVA

Acréscce valores nos item abaixo

Org	Unid	Descrição	Destino	Proj/Ati	Proj/Su	Descrição	Qu.	Valor	Tinha	Acresce
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE										
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				Contratação de serviços de terceiros para Prótese dentária Lei municipal 60prot/mês	1	R\$ 50.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 26.000,00

EMENDA ADITIVA

Acréscce o seguinte item:

Org	Unid	Descrição	Destino	Proj/Ati	Proj/Su	Descrição	Qu.	Valor
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE								
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE				Implantar e Manter o Canil Público – Lei Municipal nº.1682/1997	1	R\$ 50.000,00

R\$ 76.000,00

Câmara Municipal de
 Pato Branco
 Fl.: 104
 Visto: MORGADO



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo.Sr.

GUILHERME SEBASTIÃO SILVERIO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

EMENDA Nº 1/2007

*Câmara Municipal de
Pato Branco*

Fl.: 103

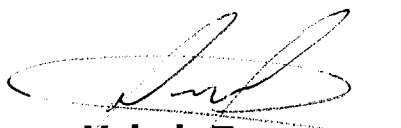
Visto: Moraga


Os vereadores infra-assinados, membros da mesa diretora, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão as seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº. 80/2007**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas Administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, **no exercício de 2008**, e dá outras providências.


EMENDA MODIFICATIVA:

Altera o Anexo I, relativo aos itens relacionados a Descrição, Quantidade e Valores da Câmara Municipal que passa a vigorar com as informações constantes do documentos anexo.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 25 de junho de 2007.


Valmir Tasca
Presidente


Márcia F.C. Kozelinski
Vice-Presidente


Aldir Vendrusculo
1º Secretário


Valmir Sabbi
2º Secretário

Protocolo Geral -27-Jun-2007-16:07-000615-1/1



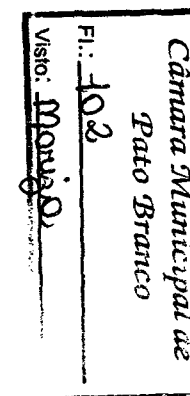
Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

ANEXO I

Emenda nº 1/2007

Órgão	Unid	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quant	Valor
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	1	Subsídios, Vencimentos e Obrigações	32	R\$ 1.700.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	2	Ampliar o Quadro Funcional	12	R\$ 120.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	3	Aquisição de Equipamentos	155	R\$ 300.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	6	Manter as Atividades legislativas, administrativas e financeiras	1	R\$ 430.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	8	Transmissão e Divulgação das Sessões Legislativas, Audiências Públicas e outros eventos	170	R\$ 70.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	10	Contratar Serviços Externos	6	R\$ 10.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	11	Proporcionar Treinamento a Vereadores e Servidores	50	R\$ 30.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	12	Formar Biblioteca	40	R\$ 8.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	16	Construir, reformar ou ampliar o Edifício da Câmara Municipal	1	R\$ 332.000,00
TOTAL								R\$ 3.000.000,00



Rua Ararigóia, 491

Fone: (46) 3224-2243

85505-030

Pato Branco

Paraná

e-mail: legislativo@wln.com.br

Editorial

Acabar com a fome

Gente catando comida no lixo, vivendo de migalhas e das sobras que recebe. Realidade cruel vista principalmente em grandes centros urbanos. Depois que os governos implementaram os projetos de cesta básica e as bolsas (principalmente no governo do presidente Lula) família, escola e alimentação, parece que o problema da fome saiu de cenário. Mas não é bem assim. Milhares de pessoas, especialmente crianças, passam fome no Brasil. O que é mais injusto é constatar que, apesar de todos esses programas, aqueles que mais necessitam nem sempre recebem a ajuda. Há entraves burocráticos, desvios de verbas. O mais preocupante ainda é saber que existe gente que não consta dos registros legais. Tais excluídos, muitas vezes nem sequer documentos têm para reivindicar seus direitos.

Quando os governos tomam para si a solução da fome e fazem do problema um cavalo de batalha político, a sociedade se enfraquece no seu dever cidadão e democrático. Ensinar a pescar é sábio, é salutar. Porém quando os indivíduos não têm condições de conseguir o seu próprio alimento é dever assisti-los, mas sempre com intuito educativo, comprometendo-os com a sua própria vida, sem que terceirizem a responsabilidade pela condição em que se encontram.

O desafio é enorme e ativistas de organizações não-governamentais (ONGs) lançam campanhas mundo afora na busca de reduzir pela metade a proporção de pessoas que passam fome. A meta é chegar em 2015 com um número bem menor que os alcançados em 1990.

Segundo essas mesmas fontes, o número de pessoas atingidas pela fome aumentou, em sete anos, de 800 milhões para 854 milhões. As ONGs responsabilizam os governantes pelo fracasso da erradicação da fome dizendo que enquanto a produção de alimentos em todo o mundo cresce e pode sustentar 12 bilhões de pessoas, centenas morrem de fome todos os dias.

No entanto a lógica da produção de alimentos no sistema capitalistas não obedece à intensidade solidária que pregam os ativistas e humanistas. Sabe-se que a produção de alimentos explodiu consideravelmente, as pessoas passaram a comer mais e melhor na medida em que foram alcançando melhores salários. Hoje, o consumo de alimentos é farto, e tanto a mesa do rico como a dos menos remediados a comida chega, no entanto a própria desigualdade social afasta a possibilidade de ter pão na mesma quantidade. Então a solução lógica passa por uma melhor distribuição de renda, de oportunidades, para que as pessoas consigam se alimentar melhor e ter qualidade de vida. Para que os projetos de solidariedade governamental não fracassem e a base da pirâmide social consiga ter sustento. É preciso ainda equilibrar os recursos e quem não pode pagar pelo seu próprio pão deve recebê-lo de graça, mas quem pode precisa saldar, nem que seja de forma proporcional. Ao contrário, a hipocrisia vai continuar imperando e ajudando a aumentar os índices de famintos. Querer mascarar a realidade dando comida indiscriminadamente a todos, num mundo que vive, se projeta, se organiza e se mantém de forma capitalista, é ajudar a criar uma sociedade de pedintes e acomodados, é formar uma coletividade paternalista sem precedentes.

Foto do Dia

FÁBIO MOTTA/AE

Notícias em

fragmentos

Dia do Cooperativismo - I

Com o tema "Cooperação e cidadania", as cooperativas de Pato Branco realizarão nesta quarta-feira, na praça Presidente Vargas, evento em comemoração ao Dia Internacional do Cooperativismo, que acontecerá no próximo dia 7. O objetivo é promover uma maior divulgação junto aos meios de comunicação e ao público em geral sobre os trabalhos realizados pelo segmento. Durante o dia haverá exposição das ações de responsabilidade social e ambiental realizadas pelas cooperativas, tendo a participação dos estudantes do Ensino Médio das escolas de Pato Branco. Vídeos institucionais e das ações realizadas estarão sendo passados para os visitantes.

Cooperativismo - II

As cooperativas que estarão na praça são a Coopertradição (agricultura), Unimed (saúde), Sicredi (crédito), Unicred (crédito), Capege (leite) e Cresol (agricultura familiar). O público em geral poderá participar das 8h30 às 15h30, e às 11h haverá coletiva com os presidentes das cooperativas

Debate sobre reserva legal

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara realizarão nesta quarta-feira audiência pública sob o tema "Eslarecimentos sobre denúncias da não-manutenção da reserva legal em projetos do Incra", com os expositores Rolfe Hackbart, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e Antônio Carlos Hummel, diretor do Uso Sustentável da Biodiversidade e Floresta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A audiência pública, requerida pelos deputados Ricardo Tripoli (PSDB/SP) e Sebastião Madeira (PSDB/MA), ocorrerá no plenário 9 do anexo II, a partir das 11h.

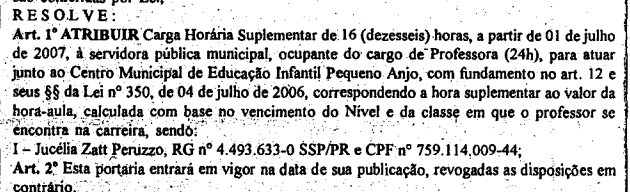
Transferência de audiência

A Câmara Municipal de Pato Branco transferiu para amanhã, às 15h, a audiência pública que seria realizada ontem. Na ocasião haverá debate sobre o projeto de lei 80, de 11 de junho de 2007, que dispõe sobre ações prioritárias da administração pública municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração financeira e políticas de fomento e desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco no exercício de 2008.

Terminal de líquidos

A Administração Nacional de Navegação e Portos do Paraguai (ANNP) protocolou toneladas de álcool, etanol e biocombustíveis paraguaios. Serão 17 tanques com capacidade

PUBLICAÇÕES LEGAIS





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Câmara Municipal
Pato Branco

Fl.: 99

Visto: *Morillo*

ASSESSORIA CONTÁBIL

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 80/2007

Busca o Executivo Municipal apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para aprovar o **Projeto de Lei nº. 80/2007**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas Administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, **no exercício de 2008**, e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentária trata da priorização das metas e das regras de orientação para a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, que o Executivo esta obrigado a elaborar anualmente, por força do que dispõe a Constituição Federal (art.65,III), cuja finalidade é permitir que o Legislativo participe, de forma atuante, da elaboração do programa de governo e da fixação de suas metas de priorização.

A Lei de Responsabilidade Fiscal elegeu a L.D.O como instrumento mais importante para a obtenção do equilíbrio nas contas públicas, a partir de um conjunto de metas que, após serem aprovadas, passam a constituir um compromisso de governo perante a sociedade, devendo conter as disposições relativas as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital, para o exercício subsequente.

Além desses assuntos deve a LDO dispor sobre normas de comportamento das quais resulte o equilíbrio entre as receitas e despesas; critérios e forma para o ato de limitação de empenho, quando ocorrer qualquer das hipóteses previstas no art.9º e no inc.II do §1º do art.31 da LRF; normas relativas ao controle de custos e de avaliação dos resultados dos programas financeiros com recursos dos orçamentos e o estabelecimento de disposições sobre as condições e exigências para as transferências de recursos e outras entidades públicas ou privadas.

As metas estabelecidas pela LDO trazem no seu conteúdo a carga de trabalho ou a quantidade física do produto a ser produzido no exercício e as prioridades devem ser estabelecidas em cada área de atuação do governo, em função da importância que os problemas têm para a comunidade e dos recursos que dispõe o Município.

ANEXO DAS METAS FISCAIS

- ✎ estabelecer metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receita e despesas, resultados nominais e primários e montante da dívida pública – triênio;
- ✎ avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- ✎ demonstrativo das metas anuais – memória e metodologia de cálculo;
- ✎ comparação das metas fixadas nos três exercícios anteriores;
- ✎ evolução do patrimônio líquido – triênio;



- ✱ avaliação da situação financeira atuarial – previdência;
- ✱ demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- ✱ demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

- ✱ Avaliação dos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Dessa forma ficou reforçada a importância do planejamento na administração pública, vinculando e integrando os processos de planejamento e orçamento, onde o Plano Plurianual - PPA define as grandes metas para um horizonte de quatro anos, enquanto que a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO tem, entre outras, a função de detalhar essas metas para o orçamento do exercício financeiro seguinte.

A Constituição Federal, a Lei Complementar nº.101/2000, a Lei Orgânica do Município de Pato Branco e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná determinam o que segue sobre a matéria:

Constituição Federal

"Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias;

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento."

Lei Complementar nº. 101 de 04/05/2000

"Art. 4º - A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165, da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

§ 1º - Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º - O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes gerais de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 3º - A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

§ 4º - A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetárias, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente."

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 97
Visto: Morizo

Lei Orgânica do Município de Pato Branco

"Art. 95 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - ...

II - as diretrizes orçamentárias;

III - ...

§ 2º - As diretrizes orçamentárias compreenderão:

I - prioridades da Administração Pública Municipal, quer de órgãos da administração direta, quer da administração indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente;"

Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Provimento nº. 02/2000

"Artigo 1º - Os municípios do Estado do Paraná adequarão suas Leis de Diretrizes Orçamentárias, inclusive para o exercício de 2001, caso a respectiva LDO não tenha sido devidamente aprovada em 05 de maio de 2000, visando o cumprimento das disposições da Lei Complementar nº 101/00, mediante a inclusão, nas respectivas leis, dos seguintes dispositivos:

I - Anexo de Metas Fiscais;

II - Anexo de Riscos Fiscais;



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

III – Critérios para limitação de empenho, incluindo a definição das despesas irrelevantes para este efeito;

IV – Mecanismos que impeçam a abertura de créditos orçamentários imprecisos, até mesmo mediante a vedação para abertura de créditos adicionais suplementares em percentual do orçamento global e transposição de recursos de uma categoria de programação para outra;

V – Critérios para controle de custos e avaliação de desempenho da execução orçamentária mediante estabelecimento de parâmetros para mensuração dos resultados dos programas orçamentários, sendo a segregação do orçamento, segundo as unidades de alocação dos dispêndios, condição mínima para este efeito;

VI – Definição do montante da Reserva de Contingência em percentual da Receita Corrente Líquida;

VII – Estabelecimento das condições para utilização da Reserva de Contingência;

IX – Estabelecimento da metodologia para elaboração da programação financeira e cronograma mensal de desembolso;

X – Critérios para concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária, em face do contido no art. 14 e parágrafos da L.C.101/00;

XI – Condições para destinação de recursos a pessoas físicas e jurídicas, incluída a administração indireta, e concessão de subvenções;

XII – Relatório dos projetos em andamento e condições para inclusão de novos na Lei Orçamentária, de modo a prevenir o início de empreendimentos sem o adequado atendimento dos anteriores, mesmo no que se refere à conservação do patrimônio público;

XIII – Especificação das despesas de outras esferas de governo que poderão ser custeadas pelo município, desde que precedidas de convênio, acordo, ajuste ou instrumentos congêneres.”

O projeto em apreço é de grande importância no processo orçamentário, definindo o equilíbrio entre as receitas e despesas, priorizando para o exercício financeiro de 2008, as metas do Plano de Governo da Administração Pública Municipal, encontram-se dessa forma dentro do que disciplina os parâmetros contábeis pertinentes à matéria, assim como o que determina a legislação municipal e federal em vigor estabelecendo para o para o orçamento do exercício financeiro de 2008 um montante de R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões).

Lembramos ainda que será realizada audiência pública com o objetivo de discutir e analisar as proposições contidas na L.D.O para o exercício financeiro de 2008, com a presença de secretários municipais, os quais esclarecerão a proposta de governo, atendendo dessa forma o contido no parágrafo único do artigo 48 da lei complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal - Lei de Responsabilidade Fiscal, quando trata das audiências públicas.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Relembrando a Comissão de Finanças e Orçamentos e demais Edis, a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno tratam sobre o tramite da matéria e aprovação, nos seguintes termos:

Lei Orgânica Municipal

"Art. 25 - Independentemente de convocação, a Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, de 1º de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

Parágrafo único. A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de diretrizes orçamentárias."

"Art. 97 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual."

Regimento Interno

"Art. 182 - Recebida do Prefeito a proposta Orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará lê-la em Plenário e distribuir cópia aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Orçamento e Finanças para parecer, que o emitirá dentro dos 10 (dez) dias seguintes.

§ 1º - No decêndio, os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão lidas em Plenário.

§ 2º - No prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Contadoria da Câmara emitirá parecer técnico-contábil sobre a Proposta Orçamentária, o qual será apenso ao projeto.

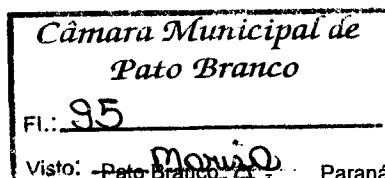
Art. 183 - A Comissão de Orçamento e Finanças pronunciar-se-á em 15 (quinze) dias, findo os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão seguinte.

Art. 184 - Na primeira discussão será assegurada preferência, no caso da palavra, ao relator da Comissão de Orçamento e Finanças e aos autores das emendas.

Art. 185 - Se forem aprovadas as emendas, dentro de 03 (três) dias, a matéria retornará à Comissão de Orçamento e Finanças para incorporá-las ao texto, para o que disporá do prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo único. Devolvido o processo pela comissão, ou avocado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 186 - Aplicam-se às normas desta seção à proposta do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias."

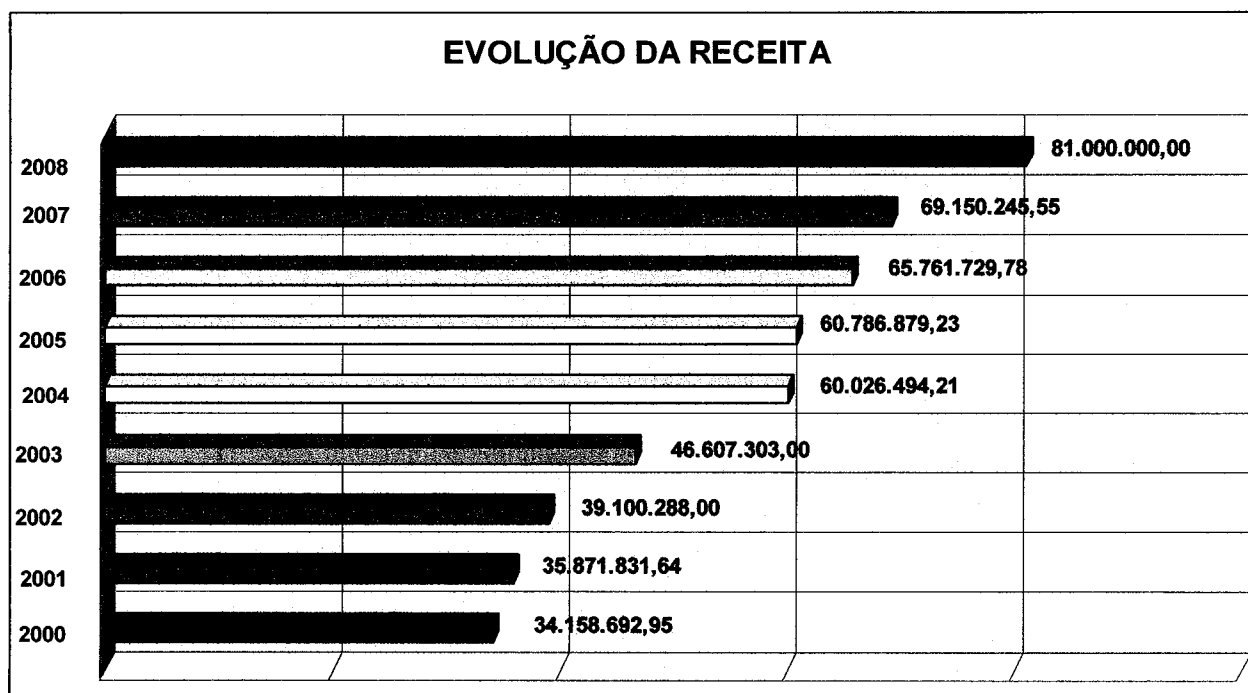




Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Para conhecimento dos nobres vereadores apresentamos a evolução da receita dos últimos anos, utilizando a projeção de receita para 2007 e a projetada para 2008.



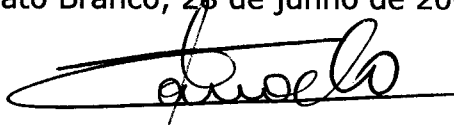
* 2007 - Baseada na Arrecadação dos 4 primeiros meses dos ano (Relatórios Audiência Pública)

Deve ainda a Comissão de Finanças e Orçamento analisar as emendas apresentadas pelos vereadores, emitindo parecer pela sua aprovação ou não dentro do preceitua a legislação em vigor estando em conformidade com a o Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2006/2009, observado o Projeto de Lei nº 79/2007 em tramite neste Legislativo que altera o Plano Plurianual para 2006/2009.

O Projeto encontrando-se dentro do que disciplina a Constituição Federal art. 165, §2º, o que preceitua a Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, art. 4º (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei Orgânica do Município de Pato Branco nos art.25, Parágrafo Único e Art.95, § 2º, bem como com o que instituiu o Tribunal de Contas do Estado do Paraná em seu Provimento nº. 02/2000, além das modificações trazidas pela Portaria nº. 633 de 30 de agosto de 2006 da Secretaria do Tesouro Nacional, estando apta à matéria para seguir seu tramite normal.

Somos de **PARECER FAVORÁVEL** a regimental tramitação da matéria.

É o nosso parecer, S.M.J.
Pato Branco, 28 de junho de 2007.


Márcia Regina Zanoelo
ASSESSORIA CONTÁBIL
CO-CRC-PR Nº. 027.823/0-3

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	94
Visto:	Morilo

04 Pato Branco, 27 de junho 2007

PUBLICAÇÕES LEGAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Estado do Paraná

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Vereador Valmir Tasca, juntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças, conforme dispõe o art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convida para a audiência pública que será realizada às 15 (quinze) horas, do dia 3 de julho de 2007, nas dependências da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Araribóia, 491, em Pato Branco - Paraná.

Na ocasião será debatido sobre o projeto de lei nº 80, de 11 de junho de 2007, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco no exercício de 2008.

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

A empresa abaixo, torna público que recebeu do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), Licença Prévia para o empreendimento a seguir especificado:
Empresa: Verginaci e Oliveira Ltda.
Atividade: Depósito e Comércio de Agrotóxicos
Endereço: PRT - 280, KM-64, Nº- 10
Cidade: Palmas - PR.

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A empresa Horizonte Agronegócios, inscrita na razão social como Verginaci e Oliveira Ltda. Torna público que requereu junto ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná), o pedido de Licença de Instalação, para a atividade de Depósito e Comércio de Agrotóxicos a ser implantado na PRT-280, Km 64, nº 10, Palmas - Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIDA - ESTADO DO
PARANÁ
RESUMO DE CONTRATOS

Contrato nº 64/2007 - Convite nº 24/2007 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vívda/PR - Contratada: Conebrás Constr. Brasileira Ltda - CNPJ nº 76.269.752/0001-14. Objeto: Construção de um Centro de Geração de Renda. Valor total R\$ 106.771,94. Prazo: 90 dias. Data: 04.06.07. Pedro Mezzomo - Prefeito Municipal.

Contrato nº 65/2007 - Convite nº 25/2007 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vívda/PR - Contratada: Junkes Máquinas de Costura Ltda - CNPJ nº 02.426.952/0001-05. Objeto: aquisição de máquinas de costura industrial. Valor total R\$ 54.493,00. Prazo: 05 dias. Data: 13.06.07. Pedro Mezzomo - Prefeito Municipal.

Contrato nº 66/2007 - Convite nº 25/2007 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vívda/PR - Contratada: Belmaq comércio de Máquinas de Costura Ltda - CNPJ nº 07.891.747/0001-26. Objeto: aquisição de máquinas de costura industrial. Valor total R\$ 23.990,00. Prazo: 05 dias. Data: 13.06.07. Pedro Mezzomo - Prefeito Municipal.

Contrato nº 73/2007 - Convite nº 25/2007 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vívda/PR - Contratada: Ingrax Ind. & Com. De Graxas S/A - CNPJ nº 77.575.330/0001-30. Objeto: aquisição de óleo lubrificante para diversas máquinas e caminhões. Valor total R\$ 42.292,00. Prazo: 15 dias. Data: 19.06.07. Pedro Mezzomo - Prefeito Municipal.

Contrato nº 74/2007 - Convite nº 25/2007 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vívda/PR - Contratada: RW Comércio de lubrificantes Ltda. - CNPJ nº 02.677.453/0001-82. Objeto: aquisição de óleo lubrificante, fluido e graxa. Valor total R\$ 3.190,20. Prazo: 15 dias. Data: 19.06.07. Pedro Mezzomo - Prefeito Municipal.

Contrato nº 75/2007 - Pregão Presencial nº 12/2007 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vívda/PR - Contratada: Arrozeira Santa Lucia Ltda - CNPJ nº 48.347.777/0001-53. Objeto: aquisição de pneus para o depto de Obras e Viação. Valor total R\$ 10.410,00. Prazo: 15 dias. Data: 20.06.07. Pedro Mezzomo - Prefeito Municipal.

Contrato nº 76/2007 - Pregão Presencial nº 12/2007 - Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vívda/PR - Contratada: Recapadora Ppneus Ltda - CNPJ nº 78.710.606/0001-70. Objeto: serviços de recapagem de pneus para o depto de

LEI Nº 22/2007
26/06/2007

SÚMULA: "Declara de Utilidade Pública a MARIÓPOLIS - CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS - PR - MARCAP".

Faço saber que a Câmara Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a MARIÓPOLIS - CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS - PR - MARCAP, sociedade civil sem fins lucrativos, político à partidária, sem discriminação racial ou religiosa, com sede à Rua 3, nº 767, na cidade de Mariópolis, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.835.305/0001-74, com Estatuto registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Clevelândia, Paraná, sob nº 439/1, Livro 001, Fls. 055, em 17/12/2001.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 26 de junho de 2007.

BENIGNO JOSÉ TAFFAREL
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PORTAL DE COMPRAS CAIXA

PARTES	MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OBJETO:	Instrumento de Cooperação Técnica tem por finalidade dispor condições de utilização pelo COOPERADO do sistema informalizado desenvolvido pela CAIXA, denominado, PORTAL DE COMPRAS CAIXA, que possibilita realizar, por intermédio Internet, processos licitatórios de bens e serviços comuns podendo, ainda, auxiliar nas aquisições de bens e contratação de obras e serviços definidos no artigo 24, incisos I e II da Lei Licitações, junto a fornecedores previamente cadastrados.
VIGÊNCIA:	Sessenta meses a partir da data de 19 de março de 2007, Comarca de Pato Branco
FORO:	Pato Branco, 19 de março de 2007.

ROBERTO VIGANÓ - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF. Pregão Presencial Nº 3/2007

A Comissão de Licitação constituída pela pregoeiro(a) Senhora Lurdes Dal Agnol Stiz e equipe de apoio, Carlos Alberto Nardi, Alberto Nerci Muller, Lurdes Southier Rissi e Liliane Candiott, comunica aos interessados na Aquisição de quatro colhedoras de forragem com plataforma para colher capim com acionamento tratorizado, objeto do pregão presencial nº 3/2007 de 15 de junho de 2007, que após análise e verificação das propostas ofertadas, decidiu classificá-las seguintes proponentes:

Lote	Proponente	Valor Unit. R\$	Classificação
01	Agronômica Negócios Rurais Ltda	R\$ 15.890,00	1º
	Silva Máquinas Agrícolas Ltda	R\$ 15.930,00	2º

Comunica outrossim, que adjudica o objeto da licitação, sendo que nada houve. Renascença, 26 de junho de 2007.

Pregoeiro(a):

Lurdes Dall Agnol Stiz

Equipe de Apoio/ Técnica:

Carlos Alberto Nardi

Alberto Nerci Muller

Lurdes Southier Rissi

Liliane Candiott

PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
PORTARIA Nº 086/2007.

O Prefeito Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas

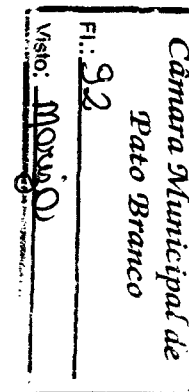
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Paraná



O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Vereador Valmir Tasca, juntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças, conforme dispõe o art. 48, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convida para a audiência pública que será realizada às **15 (quinze)** horas, do dia **3 de julho de 2007**, nas dependências da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Araribóia, 491, em Pato Branco – Estado do Paraná.

Na ocasião será debatido sobre o projeto de lei n° 80, de 11 de junho de 2007, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco no exercício de 2008.



Repassamos aos Vereadores na data abaixo indicada, cópia do Projeto de Lei nº 80/2007, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, exercício financeiro de 2008, enviado à esta Casa de Leis, pelo Executivo Municipal, no dia 11 de junho de 2007, através da Mensagem nº 79/2007

Aldir Vendruscolo-DEM

15-06-07

Cilmar Francisco Pastorello-PR

13/06/07

Guilherme Sebastião Silverio-PMDB

21/6/07

Laurindo Cesa-PSDB

13/06/07

Márcia Kozelinski-PPPS

13-06-07

Marco Antonio Augusto Pozza-PMDB

15/06/07

Nelson Bertani-PDT

18/06/07

Osmar Braun Sobrinho-PV

13/06/07

Valmir Tasca-DEM

12.06.07

Volmir Sabbi-PT

12/06/2007



Protocolo Geral 11-Jun-2007-17155-000502-2/2
Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

MENSAGEM Nº 079/2007

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 90
Visto: Morio

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

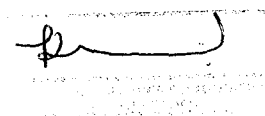
Fazemos uso da presente Mensagem para encaminhar a essa Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2008 e dá outras providências.

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, antecipamos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná
em, 11 de junho de 2007.


Roberto Viganó

Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

PROJETO DE LEI Nº 80/2007

Câmara Municipal de Pato Branco
Fl.: <u>89</u>
Visto: <u>Morão</u>

Súmula: Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2008 e dá outras providências.

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2008, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

I. ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;

II. metas e riscos fiscais;

III. disposições sobre alterações na legislação tributária;

IV. estrutura e organização da lei orçamentária;

V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;

VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;

VII. programas dos Fundos e da Companhia de Mineração de Pato Branco.

CAPÍTULO I AÇÕES PRIORITÁRIAS, FUNÇÕES DE GOVERNO, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As ações prioritárias, funções de governo, objetivos e metas para o exercício de 2008, passam a partir da edição da presente lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2008, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 633, de 30 de agosto de 2006-STN. Os Demonstrativos de Metas Fiscais compreendem:

- Demonstrativo I – Metas Anuais;
- Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Próprio de Previdência dos Servidores – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da renúncia de receita; e



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

Fl.: 88
Visto: <i>monigo</i>

h) Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados e sua consolidação constituirá nas metas fiscais do município.

CAPÍTULO III ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2008, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente lei, em especial quanto:

- I. Às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários.
- II. À revisão da planta de valores de imóveis urbanos.
- III. À revisão de alíquotas dos tributos de competência; e,
- IV. Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos de competência do Município e da Dívida Ativa Municipal.

CAPÍTULO IV ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º A Proposta Orçamentária será composta pelos Anexos I, II, III e IV, que conterão:

- I. Legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;
- II. Resumos gerais da despesa referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;
- III. Orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo; e,
- IV. Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscais, próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco, discriminarão as despesas por órgãos e unidades orçamentárias, segundo as normas estabelecidas na Portaria nº 42/99 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e Portarias Interministerial nºs 163, 180 e 211/01.

Art. 7º As programações do Fundo Municipal de Desenvolvimento, da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Saúde, serão abertos como atividade nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.

CAPÍTULO V DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º Para o exercício financeiro de 2008, fica estabelecido o montante de R\$ 81.000.000,00 (Oitenta e Um Milhões de Reais), como limite para elaboração do Orçamento Fiscal, e de R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais), para o Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

Parágrafo único. Dos montantes estabelecidos no *caput* deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) será consignado em Reserva de Contingência.

Art. 9º Serão classificados na programação orçamentária 99.99.04.123.9999, elemento de despesa 9.9.99.99 – Reserva de Contingência, os recursos consignados no parágrafo único do artigo 8º e no elemento de despesa 349999 – Reserva de Contingência as parcelas de dotações decorrentes de vetos por parte do Poder Executivo às emendas efetuadas à proposta orçamentária pelo Poder Legislativo.

Art. 10. O Projeto de Lei do Orçamento, por meio de Anexos, deverá demonstrar existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II – Metas Fiscais.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.: 87	Visto: Moniz O.

Art. 11. No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2007, (base de correção relativa a 30 de junho de 2007).

§ 1º. As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2007.

§ 2º. Os valores da receita e despesa apresentadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo índice para dezembro de 2007.

§ 3º. O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Art. 12. O Projeto de Lei do Orçamento para 2008 destinará recursos para atender prioritariamente:

- I. Despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;
- II. Pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;
- III. Pagamento do serviço e do principal da dívida pública;
- IV. Empréstimos e às contrapartidas de programas objeto de financiamentos e de convênios com outras esferas de governo;
- V. Manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, de acordo com a legislação vigente;
- VI. Implantação e manutenção de obras e serviços;
- VII. Implantação do programa de modernização da administração municipal;
- VIII. Implantação da política de geração de empregos e renda.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

Art. 13. Constará da programação orçamentária da despesa, custos com juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito por antecipação de receita, com a manutenção das ações em execução, manutenção das estruturas administrativas e físicas das administrações direta e indireta, continuidade dos projetos em andamento e com a conservação do patrimônio público.

Art. 14. O Poder Legislativo, até o dia 30 do mês de setembro do presente exercício, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.645, de 8 de setembro de 1997 e a Emenda Constitucional nº 25/2000, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, limitada a 8% (oito por cento) da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. Caso o orçamento aprovado para o Poder Legislativo extrapole os limites estabelecidos no *caput* deste artigo, os valores excedentes serão objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo, cujo montante será incorporado na programação orçamentária da Secretaria de Finanças, elemento de despesa 413000 – Investimento em Regime de Execução Especial.

Art. 15. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesa de capital.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com a previdência social.

Art. 16. O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem contratados no decorrer do exercício de 2008.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

Câmara Municipal de Pato Branco
Fl.: <u>86</u>
Visto: <u>Março</u>

Art. 17. Constará do Projeto de Lei Orçamentária demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos dos Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

- 6% (seis por cento) para o Legislativo;
- 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entendem-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens aos servidores definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta e da administração indireta, além de contratação de pessoal em caráter temporário para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* neste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal e próprio da administração indireta.

Art. 20. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº14/96.

Art. 21. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo e decorrentes de outras despesas com pessoal executadas nos últimos três anos, a prevista para o exercício corrente e para os exercícios subseqüentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente, nos termos do artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o disposto na Lei Complementar nº 101/00, estão definidos no Anexo II da presente Lei.

Art. 22. O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2008, custos com criação e ampliação de ações nas áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta, Fundo Municipal de Desenvolvimento e da administração indireta.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* deste artigo correrão a conta de recursos do orçamento fiscal e próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco, a serem consignados nas programações orçamentárias correspondentes.

Art. 23. As despesas consideradas irrelevantes serão processadas em regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o Art. 68, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 24. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas, que:

- I. Sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;
- II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
 - a) Dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
 - b) Serviço e principal da dívida;
 - c) Dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas;



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

- d) Transfiram recursos próprios de administração indireta;
- e) Precatórios judiciais;
- f) Dotações destinadas à educação e saúde.

<i>Câmara Municipal de</i> <i>Pato Branco</i>
Fl.: <u>85</u>
Visto: <u>Morino</u>

Art. 25. É vedada a inclusão no projeto de lei orçamentária de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto na presente Lei e no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 26. O Projeto de Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º. Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º. Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, ficam condicionados a existência de dotação orçamentária para este fim.

§ 4º. No Projeto de Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedado à inserção de emendas que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 28. Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagas no exercício seguinte.

CAPÍTULO VI DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 29. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 30. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 31. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, estabelecerá o cronograma de desembolso, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 32. Para consecução das ações programáticas e com base na reestimativa da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e ou assunção de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratados ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

Pato Branco	
Fl.: 84	
Visto: <i>Morilo</i>	

Art. 33. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2008 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, da existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 34. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 35. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 36. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2008, no que couber:

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

Art. 37. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 38. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subseqüentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

§ 2º. Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

§ 3º. Das limitações de gastos estabelecidos nos parágrafos anteriores, excluem-se as obrigações constitucionais e legais que afetam ao Município, precatórios regularmente inscritos, despesas decorrentes de decisões judiciais, pagamento do serviço e do principal da dívida contratada e ou fundada.

Art. 39. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo 38 da presente lei.



ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
DE PATO BRANCO



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

Pato Branco	
Fl.: 83	
Visto: Moniz	

CAPÍTULO VII POLÍTICAS DE APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

Art. 40. As ações de fomento e desenvolvimento de políticas de apoio à implantação de indústrias, agroindústrias, atividades agropecuárias, de apoio ao comércio e serviços, programados no Anexo I, serão efetuadas através do Fundo Municipal de Desenvolvimento, por meio da concessão de empréstimos, prorrogação de prazos, refinanciamentos e composição de dívidas a empresas e produtores.

§ 1º. As coberturas dos custos decorrentes da implementação do proposto no caput deste artigo serão financiados com o saldo financeiro disponível no Fundo Municipal de Desenvolvimento, oriundos do recebimento de parcelas de financiamentos e com recursos do Orçamento Fiscal a serem consignados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, para esta finalidade.

§ 2º. A participação do Município no capital social de empresas privadas somente se dará com recursos alocados no Fundo Municipal de Desenvolvimento, condicionada a existência de lei específica aprovada pela Câmara Municipal.

§ 3º. As normas necessárias à operacionalização do Fundo Municipal de Desenvolvimento serão estabelecidas em Lei Municipal específica.

CAPÍTULO VIII PROGRAMAÇÃO DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO

Art. 41. Em obediência ao princípio da unidade orçamentária, fica o Poder Executivo incumbido de incluir no Orçamento do Executivo Municipal para o exercício de 2008, a proposta da Companhia de Mineração de Pato Branco.

§ 1º. Na estimativa das receitas, devem ser consideradas as transferências financeiras efetuadas pelo Município e as diretamente arrecadadas.

§ 2º. A programação das despesas deve considerar os custos de manutenção e decorrentes da ampliação das atividades.

§ 3º. O programa de trabalho da Companhia está definido no Anexo I – Ações Programáticas.

§ 4º. A Direção e os Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia ficam sujeitos à observância das normas estabelecidas nesta lei e demais legislações que disciplinam a matéria.

CAPÍTULO IX AVALIAÇÃO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS PARA OS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES, EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, OBRAS EM ANDAMENTO, EVOLUÇÃO DA RECEITA E ANEXO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Art. 42. A avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior e, das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido bem como o Anexo de Obras em Andamento e o Anexo de Evolução da Receita e das Metas Bimestrais de Arrecadação poderão ser observadas respectivamente nos Demonstrativos II, III e IV e nos Anexos IV, V e VI apensos.

Art. 43. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

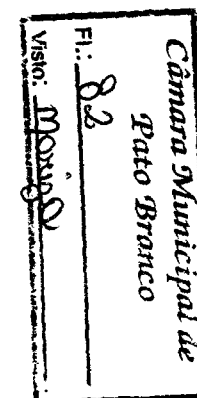
Roberto Viganó
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

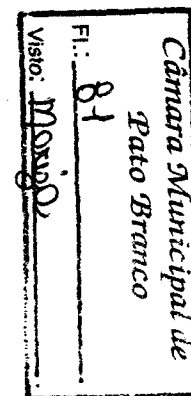
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	1	Subsídios, Vencimentos e Obrigações	32	R\$ 1.926.736,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	2	Ampliar o Quadro Funcional	8	R\$ 45.689,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	3	Aquisição de Equipamentos	55	R\$ 37.170,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	6	Manter as Atividades legislativas, administrativas e financeiras	1	R\$ 269.138,99
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	8	Transmissão e Divulgação das Sessões Legislativas, Audiências Públicas e outros eventos	170	R\$ 55.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	10	Contratar Serviços Externos	6	R\$ 18.300,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	11	Proporcionar Treinamento a Vereadores e Servidores	30	R\$ 20.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	12	Formar Biblioteca	32	R\$ 5.100,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	16	Efetuar reformas internas e externas no edifício da Câmara	1	R\$ 137.667,00
						TOTAL	335	R\$ 2.515.000,99



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

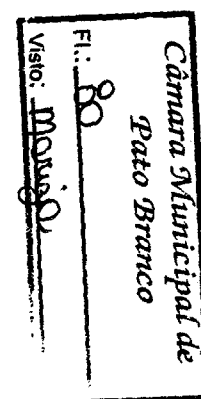
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
2	1	GABINETE DO PREFEITO	2	2	1	Coordenação e Supervisão dos Órgãos da Administração	1	R\$ 890.000,00
						TOTAL	1	R\$ 890.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
2	2	COORDENAD.DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	2	3	3	Manutenção das atividades da Coordenadoria de Controle Interno	1	R\$ 270.000,00
						TOTAL	1	R\$ 270.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
2	3	DELEGACIA E JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	2	4	1	Manter as Atividades da Delegacia e da Junta de Alistamento Militar	1	R\$ 50.000,00
						TOTAL	1	R\$ 50.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 79
Visto: Maio

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
3	1	ASSESSORIA JURIDICA	2	5	1	Manutenção das atividades da Assessoria Jurídica	1	R\$ 450.000,00
						TOTAL	1	R\$ 450.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 78
 Visto: Maringá

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

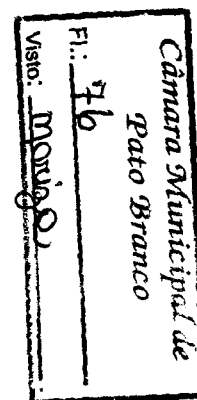
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
3	2	ASSESSORIA DE IMPRENSA	2	6	1	Manutenção das atividades da Assessoria de Imprensa	1	R\$ 510.000,00
						TOTAL	1	R\$ 510.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 17
 Visto: *Maria*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

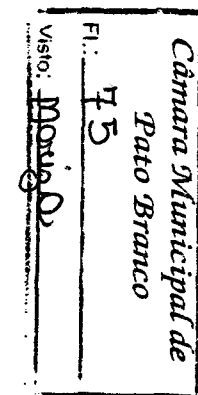
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
4	1	GABINETE SECR.DE ADMINST.E PLANEJAMENTO	2	7	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento	1	R\$ 110.000,00
						TOTAL	1	R\$ 110.000,00



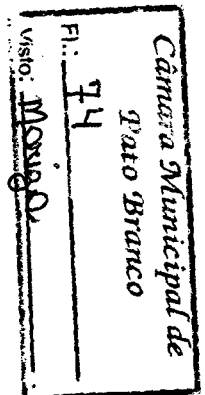
Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
4	2	SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2	8	2	Elaboração e Acompanhamento do Planejamento Orçamentário do Município	1	R\$ 20.000,00
4	2	SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2	8	3	Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento	1	R\$ 1.800.000,00
4	2	SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2	8	8	Manutenção das atividades da Unidade do Corpo de Bombeiros	1	R\$ 332.850,00
						TOTAL	3	R\$ 2.152.850,00



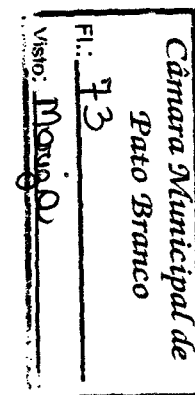
Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
4	4	ENCARGOS GERAIS	2	11	1	Custear Inativos e Pensionistas	1	R\$ 793.000,00
						TOTAL	1	R\$ 793.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
4	3	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2	10	2	Promover avaliação e capacitação dos Servidores	1	R\$ 50.000,00
4	3	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2	10	4	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	1	R\$ 135.000,00
						TOTAL	2	R\$ 185.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

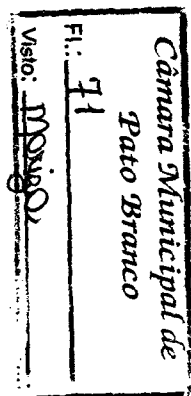
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
5	1	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANÇAS	2	12	1	Manutenção do Gabinete do Secretário de Finanças	1	R\$ 110.000,00
						TOTAL	1	R\$ 110.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 72
Visto: *Maringá*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

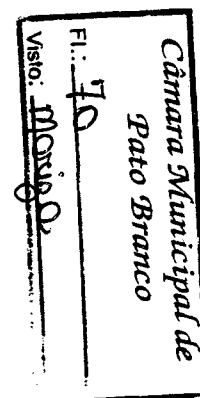
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
5	2	COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2	13	1	Manutenção da Coordenadoria de Compras, Licitações e Almoxarifado	1	R\$ 232.000,00
						TOTAL	1	R\$ 232.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

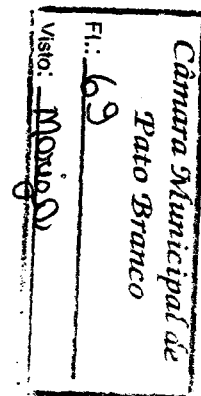
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
5	3	COORDENADORIA DE TESOUREARIA	2	14	1	Manutenção do Departamento de Tesouraria	1	R\$ 160.000,00
5	3	COORDENADORIA DE TESOUREARIA	2	999	0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1	R\$ 202.500,00
						TOTAL	2	R\$ 362.500,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

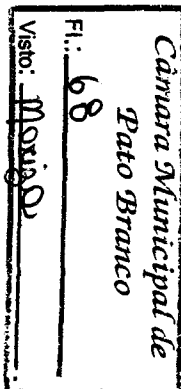
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
5	4	COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	2	15	1	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Contabilidade	1	R\$ 200.000,00
5	4	COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	2	15	2	Elaboração do SIM-AM	6	R\$ 30.000,00
						TOTAL	7	R\$ 230.000,00



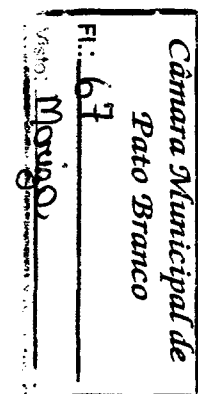
Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
5	5	COORD. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2	16	1	Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização	1	R\$ 820.000,00
5	5	COORD. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2	16	3	Aquisição de Veículo	1	R\$ 30.000,00
						TOTAL	2	R\$ 850.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

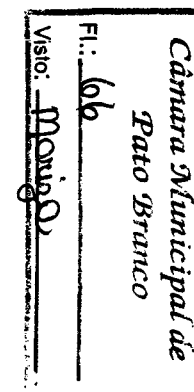
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
5	6	ENCARGOS GERAIS	2	18	1	Refinanciamento da Dívida Interna	1	R\$ 170.000,00
5	6	ENCARGOS GERAIS	2	18	2	Amortização da Dívida Interna	12	R\$ 4.300.000,00
5	6	ENCARGOS GERAIS	2	19	1	Encargos Especiais	12	R\$ 3.000.000,00
						TOTAL	25	R\$ 7.470.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
6	1	GABINETE DO SECRETARIO DE ENG.E OBRAS	2	20	1	Manutenção do Gabinete do Secretário de Engenharia Obras e Serviços Públicos	1	R\$ 110.000,00
						TOTAL	1	R\$ 110.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

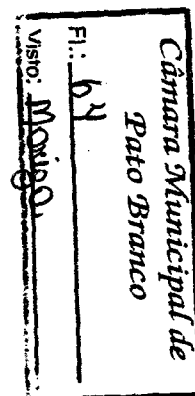
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
6	2	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E OBRAS	2	21	1	Manutenção do Departamento de Engenharia e Obras	1	R\$ 800.000,00
						TOTAL	1	R\$ 800.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 65
Visão: Março

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	2	1	Pavimentação de Vias Urbanas	1	R\$ 300.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	5	1	Construir Casa Mortuária	1	R\$ 70.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	7	1	Apoiar e/ou construir unidades habitacionais	130	R\$ 500.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	20	2	Aquisição de Terreno para o Cemitério Municipal	1	R\$ 160.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	27	1	Conservação de Vias Urbanas	1	R\$ 280.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	28	1	Ampliação da rede de esgoto	1	R\$ 600.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	1	Construir e conservar passeios, atendendo o Programa Calçadas nos Bairros	1	R\$ 450.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	2	Ampliar e Conservar Cemitérios	1	R\$ 200.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	3	Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Urbanos	1	R\$ 1.000.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	8	Dragar Rios e Córregos	1	R\$ 60.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	9	Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública	1	R\$ 2.800.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	10	Manter fábrica de tubos, britador e usina de asfalto	1	R\$ 570.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	11	Manutenção e atualização do Plano Diretor e implantação do SIG	1	R\$ 80.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	12	Desapropriar área para implantação de conjunto	1	R\$ 280.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	13	Manter e Ampliar sinalização Urbana	1	R\$ 250.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	15	Construir galerias pluviais	1	R\$ 300.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	17	Reformar Ampliar e manter prédios públicos	1	R\$ 100.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	18	Construir parque infantil nos bairros	1	R\$ 50.000,00
						TOTAL	147	R\$ 8.050.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Orgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	1	8	1	Adquirir máquinas rodoviárias e Veículos	1	R\$ 100.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	1	9	1	Pavimentação, cascalhamento e readequação de estradas vicinais	50	R\$ 250.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2	26	1	Manter Aeroporto	1	R\$ 150.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2	26	2	Construir e reformar pontes	1	R\$ 200.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2	26	3	Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Rodoviários	1	R\$ 1.900.000,00
						TOTAL	54	R\$ 2.600.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 63
 Visto: Morag

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
6	5	COORDENADORIA DE TRÂNSITO	2	85	1	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Trânsito	1	R\$ 350.000,00
6	5	COORDENADORIA DE TRÂNSITO	2	85	2	Aquisição de Veículo	2	R\$ 80.000,00
						TOTAL	3	R\$ 430.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 62
 Visto: Mouço

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

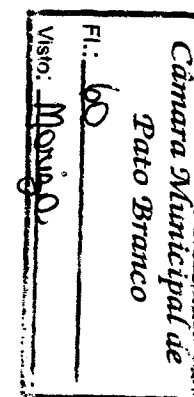
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
7	1	GABINETE DO SECRET.DE EDUCAÇÃO,CUL ESPOR	2	84	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer □□□	1	R\$ 110.000,00
						TOTAL	1	R\$ 110.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 61
 Visto: Maringá

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

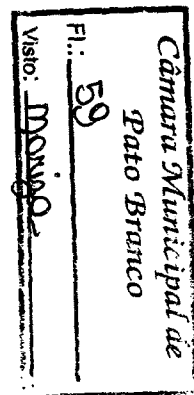
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	1	29	1	Construir ginásios de Esporte	2	R\$ 600.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	40	1	Manter equipes de rendimento	32	R\$ 200.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	40	2	Participar de jogos oficiais	17	R\$ 100.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	1	Adquirir e manter equipamentos	100	R\$ 50.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	2	Manutenção de Ginásio de Esporte	1	R\$ 250.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	3	Promover o esporte e o lazer local	1	R\$ 130.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	4	Manutenção do Departamento de Esporte e Lazer	1	R\$ 280.000,00
						TOTAL	154	R\$ 1.610.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
8	1	GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE	2	42	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Saúde	1	R\$ 110.000,00
						TOTAL	1	R\$ 110.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1	24	1	Construção do Centro de Atenção Psico-Social - CAPS II	1	R\$ 150.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	43	6	Execução de atividades estratégicas desencadeadas pelo governo federal	1	R\$ 7.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	43	9	Manter o Conselho Municipal de Saúde	1	R\$ 10.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	43	10	Manutenção dos serviços administrativos	1	R\$ 2.200.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	43	11	Manutenção de serviços de transporte	1	R\$ 220.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	43	14	Manutenção das atividades de coordenação, supervisão e execução dos serviços de assistência à	1	R\$ 400.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	43	15	Manutenção das atividades de coordenação, supervisão, execução de serviços de vigilância em saúde	1	R\$ 215.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	44	2	Manutenção das atividades do Sistema Municipal de Auditoria	1	R\$ 280.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	45	5	Contratação de serviços de terceiros para Prótese dentária Lei municipal 30prot/mês	1	R\$ 24.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	46	4	Manutenção das atividades ambulatoriais na US Central	1	R\$ 1.700.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	46	7	Manutenção das atividades ambulatoriais no Interior	1	R\$ 120.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	46	8	Manutenção dos serviços do COAS	1	R\$ 60.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	46	9	Contratação de serviços de terceiros ambulatoriais (consultas e SAD)	1	R\$ 3.000.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	46	10	Manutenção das atividades ambulatoriais nos bairros	1	R\$ 500.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	47	6	Manutenção das atividades de serviço social	1	R\$ 43.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	47	7	Manutenção dos serviços de urgência e emergência	1	R\$ 2.110.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	47	8	Execução de atividades estratégicas desencadeadas pelo governo federal	1	R\$ 2.130.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	48	1	Instituir e manter Programa de Planejamento Familiar	1	R\$ 150.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	48	7	Manutenção das atividades do programa mãe patobranquense	1	R\$ 100.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	48	8	Instituição e manutenção do programa ACS	1	R\$ 210.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	48	9	Instituição e manutenção de equipes	1	R\$ 2.200.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	48	14	Ações estratégicas desencadeadas pelo governo federal e municipal	1	R\$ 340.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	49	5	Contratação de serviços de terceiros para atendimento em cardiologia na média complexidade para m	1	R\$ 185.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	49	9	Contratação de serviços de alta complexidade em oncologia	1	R\$ 1.140.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	49	10	Contratação de serviços de terceiros para realização de laqueadura tubárea Lei Municipal 2259/03	1	R\$ 60.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	49	11	Contratação de serviços de terceiros para realização vasectomia Lei Municipal 2259/03	1	R\$ 36.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	49	12	Contratação de serviços de terceiros HOSPEDAGEM	1	R\$ 50.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	50	4	Manutenção das atividades do CAPS ad	1	R\$ 58.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	50	6	Manutenção das atividades do CAPS II	1	R\$ 66.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	51	4	Manutenção das atividades do Centro de Reabilitação Física	1	R\$ 353.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	51	4	Manutenção das atividades do Centro de Reabilitação Física	1	R\$ 349.514,89
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	52	2	Manutenção dos serviços de imagenologia	1	R\$ 520.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	53	3	Manutenção dos serviços, distribuição e dispensação de medicação básica	1	R\$ 480.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	53	4	Aquisição de medicação de alto custo	1	R\$ 320.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	54	3	Manutenção dos serviços de análises clínicas	1	R\$ 600.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	55	6	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária e Ambiental	1	R\$ 240.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	55	7	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária em Saúde do Trabalhador	1	R\$ 85.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	55	8	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária na média e alta complexidade	1	R\$ 150.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	56	7	Manutenção das atividades de epidemiologia e controle de doenças	1	R\$ 160.000,00
TOTAL							39	R\$ 21.021.514,89

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 58
Visão: Mônica

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	1	Manter ampliar e fornecer alimentação escolar nas escolas de ens fun. da Rede Pública Mun. e ent fi	1	R\$ 500.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	3	Construir Reformar, ampliar e gerenciar unidades escolares e Centros de Educação Infantil	1	R\$ 1.500.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	7	Estabelecer e instituir programas de Educação, Saúde e Assistência Social	1	R\$ 20.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	8	Organizar o Sistema Mun de Ensino, definir programas, acompanhar, avalaiar objetivos, metas e qua	1	R\$ 50.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	10	Manter o Conselho Municipal de Educação	1	R\$ 15.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	11	Adquirir e Manter mobiliário e equipamentos de informática e multimídia	1	R\$ 200.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	12	Adquirir materiais pedagógicos, esportivos e recreativos	1	R\$ 200.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	13	Fornecer material escolar aos alunos que necessitam	1	R\$ 35.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	14	Promover cursos e eventos de capacitação	1	R\$ 130.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	15	Adquirir livros para as Bibliotecas das Escolas	1	R\$ 50.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	20	Manutenção do Ensino Fundamental	1	R\$ 3.500.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	21	Manutenção do Transporte Escolar	1	R\$ 1.250.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	27	Promover o Congresso Internacional de Educação	1	R\$ 150.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	31	2	Reformar e adequar veículos para o transporte escolar	1	R\$ 200.000,00
						TOTAL	14	R\$ 7.800.000,00

Câmara Municipal de
 Pato Branco
 Fl.: 57
 Visão: *Morag*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

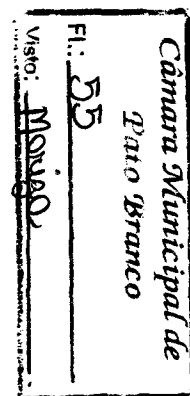
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	30	1	Adquirir e manter mobiliários e equipamentos	1	R\$ 100.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	30	4	Manter progr e projetos complementares, definir progr. de acomp. e aval dos obj, met qual apr	1	R\$ 60.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	32	1	Manutenção das atividades do FUNDEB 60%	1	R\$ 5.500.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	33	1	Manutenção das atividades do FUNDEB 40%	1	R\$ 1.862.800,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	34	3	Manutenção das Atividades do Ensino Superior	1	R\$ 300.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	36	5	Manutenção da Educação Infantil	1	R\$ 1.200.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	37	1	Manter programa de alfabetização de jovens e adultos	1	R\$ 40.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	37	3	Adquirir materiais pedagógicos, recreativos e equipamentos	1	R\$ 38.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	38	1	Adquirir aparelhos para o atendimento de programas às necessidades especiais	1	R\$ 80.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	38	2	Manutenção das atividades da Educação Especial	1	R\$ 300.000,00
						TOTAL	10	R\$ 9.480.800,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 56
Voto: *Mouge*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	2	Difusão da Cultura	1	R\$ 80.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	3	Promover palestras de formação profissional	1	R\$ 20.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	7	Adquirir livros, periódicos, videotecas, equ de som e informática p/ a Biblioteca Púb Mun.	1	R\$ 100.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	9	Manutenção da Companhia de Teatro e Dança com alunos da rede pública municipal	1	R\$ 40.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	10	Manutenção do Departamento de Cultura	1	R\$ 250.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	12	Manter Fundo Municipal de Cultura	1	R\$ 30.000,00
						TOTAL	6	R\$ 520.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
9	1	GABINETE DO SEC.DE AÇÃO SOCIAL E CIDAD.	2	57	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Ação Social e Cidadania	1	R\$ 110.000,00
						TOTAL	1	R\$ 110.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 54
Visto: Maringá

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	1	Manutenção e implementação do Programa Bolsa Família	1	R\$ 60.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	2	Manutenção do Centro de Promoção Humana Infanto-Juvenil	1	R\$ 50.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	3	Atenção à criança e ao adolescente vítima da violência (Sentinela)	1	R\$ 95.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	5	Implantação do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	1	R\$ 83.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	7	Aquisição de veículo	1	R\$ 60.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	9	Manutenção das atividades do Departamento da Criança e Adolescente	1	R\$ 700.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	10	Manutenção do Programa Menor Aprendiz	1	R\$ 260.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	13	Manter o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente implementando suas ações	1	R\$ 20.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	59	1	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	1	R\$ 400.000,00
						TOTAL	9	R\$ 1.728.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 53
 Visto: *Momgo*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	58	11	Doação de cestas básicas	1	R\$ 120.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	59	3	Manter o Conselho Municipal dos direitos dos Idosos	1	R\$ 15.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	59	5	Implantação do CRAS	1	R\$ 50.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	60	8	Manutenção do Centro Dia	1	R\$ 30.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	5	Apoio aos catadores de papel bem como padronização de seus carrinhos	1	R\$ 35.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	6	Atendimento às pessoas carentes de forma geral	1	R\$ 170.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	11	Manutenção das atividades do Departamento de Assistência Comunitária	1	R\$ 900.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	16	Subvenções à entidades	1	R\$ 155.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	62	1	Manutenção das Atividades da Marcenaria	1	R\$ 250.000,00
						TOTAL	9	R\$ 1.725.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 52
 Visto: *Maria D.*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

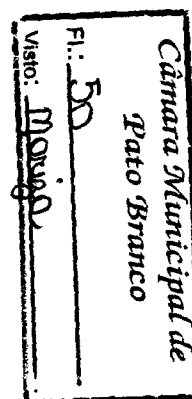
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
10	1	GABINETE DO SECRET.DE DESENV.ECON.TECNOL	2	63	1	Manutenção das Atividades do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	1	R\$ 110.000,00
						TOTAL	1	R\$ 110.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 51
 Visto: *Morag*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

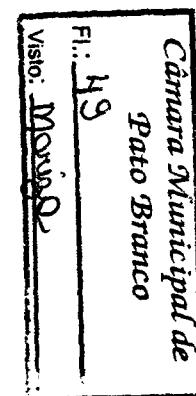
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	64	3	Manutenção das Atividades do Departamento de Comércio	1	R\$ 90.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	1	Realizar Festa da Laranja	1	R\$ 15.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	2	Manter Centro de Eventos	1	R\$ 300.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	3	Realizar Feiras e Exposições	1	R\$ 400.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	5	Realizar Rodeio Crioulo	1	R\$ 45.000,00
						TOTAL	5	R\$ 850.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	12	2	Infra-estrutura de Parques Industriais	1	R\$ 55.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	13	1	Construir barracões para condomínios industriais	5000	R\$ 230.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	13	2	Aquisição de terrenos para implantação de indústrias	15000	R\$ 110.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	14	1	Manter e aprimorar Programa de Auto Emprego - PAE	1	R\$ 350.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	1	Capacitar trabalhadores	1	R\$ 55.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	2	Apoiar e desenvolver programas no setor têxtil	1	R\$ 85.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	3	Manter as atividades do Departamento de Indústria e Tecnologia	1	R\$ 150.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	4	Apoiar projetos de desenvolvimento de softwares	1	R\$ 70.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	5	Apoiar e estimular a criação de cooperativas	1	R\$ 35.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	6	Implantar e manter pólos de tecnologia	1	R\$ 30.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	7	Implantar Unidade Agroindustrial	1	R\$ 10.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	67	1	Implantar e manter Fundo Municipal de Desenvolvimento	1	R\$ 115.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	67	2	Criar e Manter o Programa Primeiro Emprego	1	R\$ 55.000,00
						TOTAL	20011	R\$ 1.350.000,00



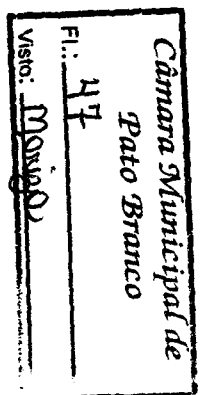
Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
10	4	COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	1	Desenvolver Projetos e Ações para estimular o turismo no Município	1	R\$ 68.334,12
10	4	COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	2	Apoiar e desenvolver projetos que atendam o turismo rural	1	R\$ 45.000,00
10	4	COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	3	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo	1	R\$ 60.000,00
						TOTAL	3	R\$ 173.334,12

Câmara Municipal
Pato Branco
Fl.: 48
Visor: M. M. M. M.

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
11	1	GABINETE DO SECR.DE AGRICULTURA	2	68	1	Manutenção das atividades do Gabinete da Secretaria de Agricultura	1	R\$ 110.000,00
						TOTAL	1	R\$ 110.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

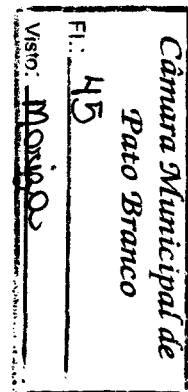
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	15	1	Participação do Município na infra-estrutura para construção de casas no campo	1	R\$ 50.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	16	1	Construção do Mercado do Produtor	1	R\$ 170.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	17	1	Aquisição de Patrulha Mecanizada Rural	2	R\$ 180.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	26	1	Apoio à melhoria de infraestrutura nas propriedades rurais viabilizando as cadeias produtivas	5	R\$ 25.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	1	Implantar e Apoiar Agroindústrias de origem vegetal e animal	1	R\$ 30.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	3	Aquisição de veículo para assistência Técnica	1	R\$ 40.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	4	Prestar Assistência Técnica aos produtores rurais do Município	1	R\$ 50.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	5	Capacitação de produtores e técnicos em áreas diversas	1	R\$ 20.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	6	Manter o SIM - Serviço de Inspeção Municipal	1	R\$ 20.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	8	Aquisição de calcário	1	R\$ 75.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	9	Manutenção das atividades do Departamento de Desenvolvimento Rural	1	R\$ 95.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	10	Programa Mulheres Rurais de Pato Branco	1	R\$ 20.000,00
						TOTAL	17	R\$ 775.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 46
 Viso: *Moraga*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

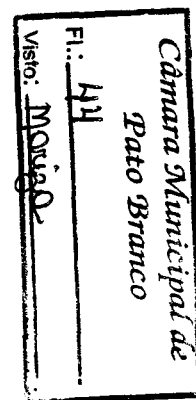
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
11	3	DEPARTAMENTO AGRÍCOLA	2	77	1	Programa de Incrementação Agrícola	1	R\$ 100.000,00
						TOTAL	1	R\$ 100.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
11	4	DEPARTAMENTO PECUÁRIO	2	78	1	Programa de Incrementação da Produção Pecuária	1	R\$ 100.000,00
						TOTAL	1	R\$ 100.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
12	1	GABINETE SECR.DE MEIO AMBIENTE	2	70	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente	1	R\$ 110.000,00
12	1	GABINETE SECR.DE MEIO AMBIENTE	2	70	2	Implantar e manter o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA	1	R\$ 32.000,00
						TOTAL	2	R\$ 142.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 43
 Visto: *Maria A.*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	1	18	2	Implantação e Manutenção de imóvel para aterro sanitário	1	R\$ 250.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	23	1	Coletar lixo	1	R\$ 240.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	23	2	Manutenção das Atividades de Limpeza, Coleta e Processamento de Lixo	1	R\$ 900.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	2	Manutenção das atividades operacionais do Departamento de Meio Ambiente	1	R\$ 1.170.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	3	Implementação e Recuperação de áreas degradadas (saibreiras, jazidas de basalto e argila)	1	R\$ 100.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	4	Promover e apoiar eventos educativos ligados ao Meio Ambiente, construção de maquete ambiental	1	R\$ 64.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	6	Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos	1	R\$ 160.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	7	Arborização, poda urbana, conservação de trevos, praças e jardins	1	R\$ 300.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	8	Recuperar fundos de vales e matas ciliares, implantar e reestruturar parques municipais	1	R\$ 200.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	9	Manter Cooperativas dos catadores de lixo reciclável	1	R\$ 90.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	72	1	Manter Viveiro Municipal	1	R\$ 80.000,00
						TOTAL	11	R\$ 3.554.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 42
 Visto: *Morag*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
13	1	UNIDADE DO PROCON	2	73	1	Manter Atividades da Unidade do Procon	1	R\$ 150.000,00
13	1	UNIDADE DO PROCON	2	73	2	Aquisição de Veículos	1	R\$ 30.000,00
						TOTAL	2	R\$ 180.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 41
 Visto: *Morag*

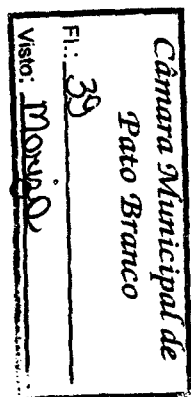
Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
14	1	ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	2	74	1	Manter Atividades da Administração Distrital do São Roque do Chopim	1	R\$ 30.000,00
						TOTAL	1	R\$ 30.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 40
 Visão: Março

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
15	1	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	2	75	1	Manter Atividades da Companhia de Mineração de Pato Branco	1	R\$ 140.000,00
						TOTAL	1	R\$ 140.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	1	Subsídios, Vencimentos e Obrigações	32	R\$ 1.926.736,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	2	Ampliar o Quadro Funcional	8	R\$ 45.889,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	3	Aquisição de Equipamentos	55	R\$ 37.170,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	6	Manter as Atividades legislativas, administrativas e financeiras	1	R\$ 269.138,99
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	8	Transmissão e Divulgação das Sessões Legislativas, Audiências Públicas e outros eventos	170	R\$ 55.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	10	Contratar Serviços Externos	6	R\$ 18.300,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	11	Proporcionar Treinamento a Vereadores e Servidores	30	R\$ 20.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	12	Formar Biblioteca	32	R\$ 5.100,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	16	Efetuar reformas internas e externas no edifício da Câmara	1	R\$ 137.667,00
2	1	GABINETE DO PREFEITO	2	2	1	Coordenação e Supervisão dos Órgãos da Administração	1	R\$ 890.000,00
2	2	COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	2	3	3	Manutenção das atividades da Coordenadoria de Controle Interno	1	R\$ 270.000,00
2	3	DELEGACIA E JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	2	4	1	Manter as Atividades da Delegacia e da Junta de Alistamento Militar	1	R\$ 50.000,00
3	1	ASSESSORIA JURÍDICA	2	5	1	Manutenção das atividades da Assessoria Jurídica	1	R\$ 450.000,00
3	2	ASSESSORIA DE IMPRENSA	2	6	1	Manutenção das atividades da Assessoria de Imprensa	1	R\$ 510.000,00
4	1	GABINETE SECR. DE ADMINST. E PLANEJAMENTO	2	7	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento	1	R\$ 110.000,00
4	2	SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2	8	2	Elaboração e Acompanhamento do Planejamento Orçamentário do Município	1	R\$ 20.000,00
4	2	SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2	8	3	Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento	1	R\$ 1.800.000,00
4	2	SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2	8	8	Manutenção das atividades da Unidade do Corpo de Bombeiros	1	R\$ 332.850,00
4	3	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2	10	2	Promover avaliação e capacitação dos Servidores	1	R\$ 50.000,00
4	3	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2	10	4	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	1	R\$ 135.000,00
4	4	ENCARGOS GERAIS	2	11	1	Custear Inativos e Pensionistas	1	R\$ 793.000,00
5	1	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANÇAS	2	12	1	Manutenção do Gabinete do Secretário de Finanças	1	R\$ 110.000,00
5	2	COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2	13	1	Manutenção da Coordenadoria de Compras, Licitações e Almoxnifado	1	R\$ 232.000,00
5	3	COORDENADORIA DE TESOUREARIA	2	14	1	Manutenção do Departamento de Tesouraria	1	R\$ 160.000,00
5	3	COORDENADORIA DE TESOUREARIA	2	999	0	RESERVA DE CONTINGENCIA	1	R\$ 202.500,00
5	4	COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	2	15	1	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Contabilidade	1	R\$ 200.000,00
5	4	COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	2	15	2	Elaboração do SIM-AM	6	R\$ 30.000,00
5	5	COORD. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2	16	1	Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização	1	R\$ 820.000,00
5	5	COORD. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2	16	3	Aquisição de Veículo	1	R\$ 30.000,00
5	6	ENCARGOS GERAIS	2	18	1	Refinanciamento da Dívida Interna	1	R\$ 170.000,00
5	6	ENCARGOS GERAIS	2	18	2	Amortização da Dívida Interna	12	R\$ 3.935.000,00
5	6	ENCARGOS GERAIS	2	19	1	Encargos Especiais	12	R\$ 3.365.000,00
6	1	GABINETE DO SECRETARIO DE ENG. E OBRAS	2	20	1	Manutenção do Gabinete do Secretário de Engenharia Obras e Serviços Públicos	1	R\$ 110.000,00
6	2	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E OBRAS	2	21	1	Manutenção do Departamento de Engenharia e Obras	1	R\$ 800.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	2	1	Pavimentação de Vias Urbanas	1	R\$ 300.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	5	1	Construir Casa Mortuária	1	R\$ 70.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	7	1	Apoiar e/ou construir unidades habitacionais	130	R\$ 500.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	20	2	Aquisição de Terreno para o Cemitério Municipal	1	R\$ 160.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	27	1	Conservação de Vias Urbanas	1	R\$ 280.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	28	1	Ampliação da rede de esgoto	1	R\$ 600.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	1	Construir e conservar passeios, atendendo o Programa Calçadas nos Bairros	1	R\$ 450.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	2	Ampliar e Conservar Cemitérios	1	R\$ 200.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	3	Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Urbanos	1	R\$ 1.000.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	8	Dragar Rios e Córregos	1	R\$ 60.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	9	Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública	1	R\$ 2.800.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	10	Manter fábrica de tubos, britador e usina de asfalto	1	R\$ 570.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	11	Manutenção e atualização do Plano Diretor e implantação do SIG	1	R\$ 80.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	12	Desapropriar área para implantação de conjunto	1	R\$ 280.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	13	Manter e Ampliar sinalização Urbana	1	R\$ 250.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	15	Construir galerias pluviais	1	R\$ 300.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	17	Reformar Ampliar e manter prédios públicos	1	R\$ 100.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	18	Construir parque infantil nos bairros	1	R\$ 50.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	1	8	1	Adquirir máquinas rodoviárias e Veículos	1	R\$ 100.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	1	9	1	Pavimentação, cascalhamento e readequação de estradas vicinais	50	R\$ 250.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2	26	1	Manter Aeroporto	1	R\$ 150.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2	26	2	Construir e reformar pontes	1	R\$ 200.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2	26	3	Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Rodoviários	1	R\$ 1.900.000,00
6	5	COORDENADORIA DE TRÂNSITO	2	85	1	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Trânsito	1	R\$ 350.000,00
6	5	COORDENADORIA DE TRÂNSITO	2	85	2	Aquisição de Veículo	2	R\$ 80.000,00
7	1	GABINETE DO SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULT. ESPOR	2	84	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	1	R\$ 110.000,00

*Câmara Municipal de
Pato Branco*
Fl.: 38
Mês: Novembro

7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	1	Manter ampliar e fornecer alimentação escolar nas escolas e em fun. da Rede Pública Mun. e ent f	1	R\$	500.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	3	Construir Reformar, ampliar e gerenciar unidades escolares e Centros de Educação Infantil	1	R\$	1.500.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	7	Estabelecer e instituir programas de Educação, Saúde e Assistência Social	1	R\$	20.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	8	Organizar o Sistema Mun de Ensino, definir programas, acompanhar, avaliar objetivos, metas e qual	1	R\$	50.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	10	Manter o Conselho Municipal de Educação	1	R\$	15.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	11	Adquirir e Manter mobiliário e equipamentos de informática e multimídia	1	R\$	200.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	12	Adquirir materiais pedagógicos, esportivos e recreativos	1	R\$	200.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	13	Fornecer material escolar aos alunos que necessitam	1	R\$	35.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	14	Promover cursos e eventos de capacitação	1	R\$	130.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	15	Adquirir livros para as Bibliotecas das Escolas	1	R\$	50.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	20	Manutenção do Ensino Fundamental	1	R\$	3.500.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	21	Manutenção do Transporte Escolar	1	R\$	1.250.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	27	Promover o Congresso Internacional de Educação	1	R\$	150.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	31	2	Reformar e adequar veículos para o transporte escolar	1	R\$	200.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	30	1	Adquirir e manter mobiliários e equipamentos	1	R\$	100.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	30	4	Manter progr e projetos complementares, definir progr. de acomp. e aval dos obj, met qual apr	1	R\$	60.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	32	1	Manutenção das atividades do FUNDEB 60%	1	R\$	5.500.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	33	1	Manutenção das atividades do FUNDEB 40%	1	R\$	1.862.800,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	34	3	Manutenção das Atividades do Ensino Superior	1	R\$	300.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	36	5	Manutenção da Educação Infantil	1	R\$	1.200.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	37	1	Manter programa de alfabetização de jovens e adultos	1	R\$	40.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	37	3	Adquirir materiais pedagógicos, recreativos e equipamentos	1	R\$	38.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	38	1	Adquirir aparelhos para o atendimento de programas às necessidades especiais	1	R\$	80.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	38	2	Manutenção das atividades da Educação Especial	1	R\$	300.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	2	Difusão da Cultura	1	R\$	80.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	3	Promover palestras de formação profissional	1	R\$	20.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	7	Adquirir livros, periódicos, videotecas, equ de som e informática p/ a Biblioteca Púb Mun.	1	R\$	100.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	9	Manutenção da Companhia de Teatro e Dança com alunos da rede pública municipal	1	R\$	40.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	10	Manutenção do Departamento de Cultura	1	R\$	250.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	12	Manter Fundo Municipal de Cultura	1	R\$	30.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	1	29	1	Construir ginásios de Esporte	2	R\$	600.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	40	1	Manter equipes de rendimento	32	R\$	200.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	40	2	Participar de jogos oficiais	17	R\$	100.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	1	Adquirir e manter equipamentos	100	R\$	50.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	2	Manutenção de Ginásio de Esporte	1	R\$	250.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	3	Promover o esporte e o lazer local	1	R\$	130.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	4	Manutenção do Departamento de Esporte e Lazer	1	R\$	280.000,00
8	1	GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE	2	42	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Saúde	1	R\$	110.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1	24	1	Construção do Centro de Atenção Psico-Social - CAPS II	1	R\$	150.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	6	Execução de atividades estratégicas desencadeadas pelo governo federal	1	R\$	7.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	9	Manter o Conselho Municipal de Saúde	1	R\$	10.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	10	Manutenção dos serviços administrativos	1	R\$	2.200.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	11	Manutenção de serviços de transporte	1	R\$	220.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	14	Manutenção das atividades de coordenação, supervisão e execução dos serviços de assistência à s	1	R\$	400.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	15	Manutenção das atividades de coordenação, supervisão, execução de serviços de vigilância em saúd	1	R\$	215.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	44	2	Manutenção das atividades do Sistema Municipal de Auditoria	1	R\$	280.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	45	5	Contratação de serviços de terceiros para Prótese dentária Lei municipal 30prot/mês	1	R\$	24.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	4	Manutenção das atividades ambulatoriais na US Central	1	R\$	1.700.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	7	Manutenção das atividades ambulatoriais no Interior	1	R\$	120.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	8	Manutenção dos serviços do COAS	1	R\$	60.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	9	Contratação de serviços de terceiros ambulatoriais (consultas e SAD)	1	R\$	3.000.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	10	Manutenção das atividades ambulatoriais nos bairros	1	R\$	500.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	47	6	Manutenção das atividades de serviço social	1	R\$	43.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	47	7	Manutenção dos serviços de urgência e emergência	1	R\$	2.110.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	47	8	Execução de atividades estratégicas desencadeadas pelo governo federal	1	R\$	2.130.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	1	Instituir e manter Programa de Planejamento Familiar	1	R\$	150.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	7	Manutenção das atividades do programa mãe patobranquense	1	R\$	100.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	8	Instituição e manutenção do programa ACS	1	R\$	210.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	9	Instituição e manutenção de equipes	1	R\$	2.200.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	14	Ações estratégicas desencadeadas pelo governo federal e municipal	1	R\$	340.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	5	Contratação de serviços de terceiros para atendimento em cardiologia na média complexidade para m	1	R\$	185.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	9	Contratação de serviços de alta complexidade em oncologia	1	R\$	1.140.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	10	Contratação de serviços de terceiros para realização de Jaqueadura tubárea Lei Municipal 2259/03	1	R\$	60.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	11	Contratação de serviços de terceiros para realização de vasectomia Lei Municipal 2259/03	1	R\$	36.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	12	Contratação de serviços de terceiros HOSPEDAGEM	1	R\$	50.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	50	4	Manutenção das atividades do CAPS ad	1	R\$	58.000,00

Camara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 37
Visto: *Marcio*

8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	50	6	Manutenção das atividades do CAPS II	1	R\$	66.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	51	4	Manutenção das atividades do Centro de Reabilitação Física	1	R\$	353.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	51	4	Manutenção das atividades do Centro de Reabilitação Física	1	R\$	349.514,89
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	52	2	Manutenção dos serviços de imagenologia	1	R\$	520.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	53	3	Manutenção dos serviços, distribuição e dispensação de medicação básica	1	R\$	480.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	53	4	Aquisição de medicação de alto custo	1	R\$	320.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	54	3	Manutenção dos serviços de análises clínicas	1	R\$	600.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	55	6	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária e Ambiental	1	R\$	240.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	55	7	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária em Saúde do Trabalhador	1	R\$	85.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	55	8	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária na média e alta complexidade	1	R\$	150.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2	56	7	Manutenção das atividades de epidemiologia e controle de doenças	1	R\$	160.000,00
9	1	GABINETE DO SEC.DE AÇÃO SOCIAL E CIDAD.	2	57	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Ação Social e Cidadania	1	R\$	110.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	1	Manutenção e implementação do Programa Bolsa Família	1	R\$	60.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	2	Manutenção do Centro de Promoção Humana Infanto-Juvenil	1	R\$	50.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	3	Atenção à criança e ao adolescente vítima da violência (Sentinela)	1	R\$	95.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	5	Implantação do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	1	R\$	83.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	7	Aquisição de veículo	1	R\$	60.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	9	Manutenção das atividades do Departamento da Criança e Adolescente	1	R\$	700.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	10	Manutenção do Programa Menor Aprendiz	1	R\$	260.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	13	Manter o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente implementando suas ações	1	R\$	20.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	59	1	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	1	R\$	400.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	58	11	Doação de cestas básicas	1	R\$	120.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	59	3	Manter o Conselho Municipal dos direitos dos idosos	1	R\$	15.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	59	5	Implantação do CRAS	1	R\$	50.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	60	8	Manutenção do Centro Dia	1	R\$	30.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	5	Apoio aos catadores de papel bem como padronização de seus carrinhos	1	R\$	35.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	6	Atendimento às pessoas carentes de forma geral	1	R\$	170.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	11	Manutenção das atividades do Departamento de Assistência Comunitária	1	R\$	900.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	16	Subvenções a entidades	1	R\$	155.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	62	1	Manutenção das Atividades da Marcenaria	1	R\$	250.000,00
10	1	GABINETE DO SECRET. DE DESENV. ECON. TECNOL	2	63	1	Manutenção das Atividades do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	1	R\$	110.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	64	3	Manutenção das Atividades do Departamento de Comércio	1	R\$	90.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	1	Realizar Festa da Laranja	1	R\$	15.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	2	Manter Centro de Eventos	1	R\$	300.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	3	Realizar Feiras e Exposições	1	R\$	400.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	5	Realizar Rodeio Crioulo	1	R\$	45.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	12	2	Infra-estrutura de Parques Industriais	1	R\$	55.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	13	1	Construir barracões para condomínios industriais	5000	R\$	230.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	13	2	Aquisição de terrenos para implantação de indústrias	15000	R\$	110.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	14	1	Manter e aprimorar Programa de Auto Emprego - PAE	1	R\$	350.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	1	Capacitar trabalhadores	1	R\$	55.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	2	Apoiar e desenvolver programas no setor têxtil	1	R\$	85.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	3	Manter as atividades do Departamento de Indústria e Tecnologia	1	R\$	150.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	4	Apoiar projetos de desenvolvimento de softwares	1	R\$	70.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	5	Apoiar e estimular a criação de cooperativas	1	R\$	35.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	6	Implantar e manter pólos de tecnologia	1	R\$	30.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	7	Implantar Unidade Agroindustrial	1	R\$	10.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	67	1	Implantar e manter Fundo Municipal de Desenvolvimento	1	R\$	115.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	67	2	Criar e Manter o Programa Primeiro Emprego	1	R\$	55.000,00
10	4	COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	1	Desenvolver Projetos e Ações para estimular o turismo no Município	1	R\$	68.344,12
10	4	COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	2	Apoiar e desenvolver projetos que atendam o turismo rural	1	R\$	45.000,00
10	4	COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	3	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo	1	R\$	60.000,00
11	1	GABINETE DO SECR.DE AGRICULTURA	2	68	1	Manutenção das atividades do Gabinete da Secretaria de Agricultura	1	R\$	110.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	15	1	Participação do Município na infra-estrutura para construção de casas no campo	1	R\$	50.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	16	1	Construção do Mercado do Produtor	1	R\$	170.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	17	1	Aquisição de Patrulha Mecanizada Rural	2	R\$	180.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	26	1	Apoio à melhoria de infraestrutura nas propriedades rurais viabilizando as cadeias produtivas	5	R\$	25.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	1	Implantar e Apoiar Agroindústrias de origem vegetal e animal	1	R\$	30.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	3	Aquisição de veículo para assistência Técnica	1	R\$	40.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	4	Prestar Assistência Técnica aos produtores rurais do Município	1	R\$	50.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	5	Capacitação de produtores e técnicos em áreas diversas	1	R\$	20.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	6	Manter o SIM - Serviço de Inspeção Municipal	1	R\$	20.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	8	Aquisição de calcário	1	R\$	75.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	9	Manutenção das atividades do Departamento de Desenvolvimento Rural	1	R\$	95.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	10	Programa Mulheres Rurais de Pato Branco	1	R\$	20.000,00
11	3	DEPARTAMENTO AGRICOLA	2	77	1	Programa de Incrementação Agrícola	1	R\$	100.000,00

Fl.: 36
Câmara Municipal de Pato Branco

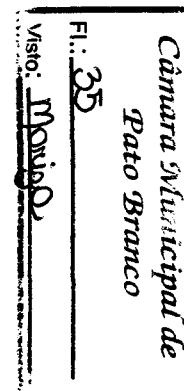
11	4	DEPARTAMENTO PECUÁRIO	2	78	1	Programa de Incrementação da Produção Pecuária	1	R\$	100.000,00
12	1	GABINETE SECR.DE MEIO AMBIENTE	2	70	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente	1	R\$	110.000,00
12	1	GABINETE SECR.DE MEIO AMBIENTE	2	70	2	Implantar e manter o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA	1	R\$	32.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	1	18	2	Implantação e Manutenção de imóvel para aterro sanitário	1	R\$	250.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	23	1	Coletar lixo	1	R\$	240.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	23	2	Manutenção das Atividades de Limpeza, Coleta e Processamento de Lixo	1	R\$	900.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	2	Manutenção das atividades operacionais do Departamento de Meio Ambiente	1	R\$	1.170.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	3	Implementação e Recuperação de áreas degradadas (saibreiras, jazidas de basalto e argila)	1	R\$	100.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	4	Promover e apoiar eventos educativos ligados ao Meio Ambiente, construção de maquete ambiental	1	R\$	64.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	6	Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos	1	R\$	160.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	7	Arborização, poda urbana, conservação de trevos, praças e jardins	1	R\$	300.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	8	Recuperar fundos de vales e matas ciliares, implantar e reestruturar parques municipais	1	R\$	200.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	9	Manter Cooperativas dos catadores de lixo reciclável	1	R\$	90.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	72	1	Manter Viveiro Municipal	1	R\$	80.000,00
13	1	UNIDADE DO PROCON	2	73	1	Manter Atividades da Unidade do Procon	1	R\$	150.000,00
13	1	UNIDADE DO PROCON	2	73	2	Aquisição de Veículos	1	R\$	30.000,00
14	1	ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	2	74	1	Manter Atividades da Administração Distrital do São Roque do Chopim	1	R\$	30.000,00
15	1	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	2	75	1	Manter Atividades da Companhia de Mineração de Pato Branco	1	R\$	140.000,00
						TOTAL	20892	R\$	81.000.000,00

FONTE: Secretarias do Município


Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

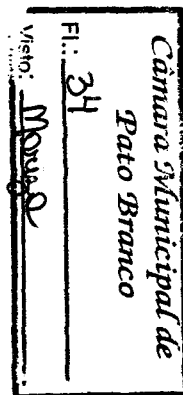
Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

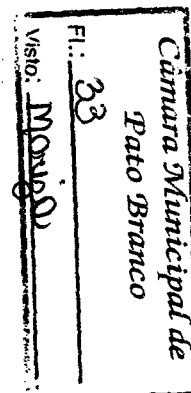
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	1	Subsídios, Vencimentos e Obrigações	32	R\$ 1.926.736,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	2	Ampliar o Quadro Funcional	8	R\$ 45.889,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	3	Aquisição de Equipamentos	55	R\$ 37.170,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	6	Manter as Atividades legislativas, administrativas e financeiras	1	R\$ 269.138,99
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	8	Transmissão e Divulgação das Sessões Legislativas, Audiências Públicas e outros eventos	170	R\$ 55.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	10	Contratar Serviços Externos	6	R\$ 18.300,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	11	Proporcionar Treinamento a Vereadores e Servidores	30	R\$ 20.000,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	12	Formar Biblioteca	32	R\$ 5.100,00
1	1	CAMARA DE VEREADORES	2	1	16	Efetuar reformas internas e externas no edificio da Câmara	1	R\$ 137.667,00
						TOTAL	335	R\$ 2.515.000,99



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
2	1	GABINETE DO PREFEITO	2	2	1	Coordenação e Supervisão dos Órgãos da Administração	1	R\$ 890.000,00
2	2	COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	2	3	3	Manutenção das atividades da Coordenadoria de Controle Interno	1	R\$ 270.000,00
2	3	DELEGACIA E JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	2	4	1	Manter as Atividades da Delegacia e da Junta de Alistamento Militar	1	R\$ 50.000,00
						TOTAL	3	R\$ 1.210.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
3	1	ASSESSORIA JURIDICA	2	5	1	Manutenção das atividades da Assessoria Jurídica	1	R\$ 450.000,00
3	2	ASSESSORIA DE IMPRENSA	2	6	1	Manutenção das atividades da Assessoria de Imprensa	1	R\$ 510.000,00
						TOTAL	2	R\$ 960.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 32
 Visto: *Morag*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
4	1	GABINETE SECR.DE ADMINST.E PLANEJAMENTO	2	7	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento	1	R\$ 110.000,00
4	2	SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2	8	2	Elaboração e Acompanhamento do Planejamento Orçamentário do Município	1	R\$ 20.000,00
4	2	SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2	8	3	Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento	1	R\$ 1.800.000,00
4	2	SECR. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2	8	8	Manutenção das atividades da Unidade do Corpo de Bombeiros	1	R\$ 332.850,00
4	3	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2	10	2	Promover avaliação e capacitação dos Servidores	1	R\$ 50.000,00
4	3	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2	10	4	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	1	R\$ 135.000,00
4	4	ENCARGOS GERAIS	2	11	1	Custear Inativos e Pensionistas	1	R\$ 793.000,00
						TOTAL	7	R\$ 3.240.850,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 31
 Visto: *Mosquito*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

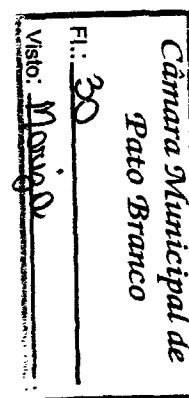
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
5	1	GABINETE DO SECRETARIO DE FINANÇAS	2	12	1	Manutenção do Gabinete do Secretário de Finanças	1	R\$ 110.000,00
5	2	COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2	13	1	Manutenção da Coordenadoria de Compras, Licitações e Almoxarifado	1	R\$ 232.000,00
5	3	COORDENADORIA DE TESOUREARIA	2	14	1	Manutenção do Departamento de Tesouraria	1	R\$ 160.000,00
5	3	COORDENADORIA DE TESOUREARIA	2	999	0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1	R\$ 202.500,00
5	4	COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	2	15	1	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Contabilidade	1	R\$ 200.000,00
5	4	COORDENADORIA DE CONTABILIDADE	2	15	2	Elaboração do SIM-AM	6	R\$ 30.000,00
5	5	COORD. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2	16	1	Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização	1	R\$ 820.000,00
5	5	COORD. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2	16	3	Aquisição de Veículo	1	R\$ 30.000,00
5	6	ENCARGOS GERAIS	2	18	1	Refinanciamento da Dívida Interna	1	R\$ 170.000,00
5	6	ENCARGOS GERAIS	2	18	2	Amortização da Dívida Interna	12	R\$ 3.935.000,00
5	6	ENCARGOS GERAIS	2	19	1	Encargos Especiais	12	R\$ 3.365.000,00
TOTAL							38	R\$ 9.254.500,00


Roberto Viganó
 Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
 Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
 Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
6	1	GABINETE DO SECRETARIO DE ENG.E OBRAS	2	20	1	Manutenção do Gabinete do Secretário de Engenharia Obras e Serviços Públicos	1	R\$ 110.000,00
6	2	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E OBRAS	2	21	1	Manutenção do Departamento de Engenharia e Obras	1	R\$ 800.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	2	1	Pavimentação de Vias Urbanas	1	R\$ 300.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	5	1	Construir Casa Mortuária	1	R\$ 70.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	7	1	Apoiar e/ou construir unidades habitacionais	130	R\$ 500.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	20	2	Aquisição de Terreno para o Cemitério Municipal	1	R\$ 160.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	27	1	Conservação de Vias Urbanas	1	R\$ 280.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	1	28	1	Ampliação da rede de esgoto	1	R\$ 600.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	1	Construir e conservar passeios, atendendo o Programa Calçadas nos Bairros	1	R\$ 450.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	2	Ampliar e Conservar Cemitérios	1	R\$ 200.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	3	Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Urbanos	1	R\$ 1.000.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	8	Dragar Rios e Córregos	1	R\$ 60.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	9	Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública	1	R\$ 2.800.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	10	Manter fábrica de tubos, britador e usina de asfalto	1	R\$ 570.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	11	Manutenção e atualização do Plano Diretor e implantação do SIG	1	R\$ 80.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	12	Desapropriar área para implantação de conjunto	1	R\$ 280.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	13	Manter e Ampliar sinalização Urbana	1	R\$ 250.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	15	Construir galerias pluviais	1	R\$ 300.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	17	Reformar Ampliar e manter prédios públicos	1	R\$ 100.000,00
6	3	DPTO DE DESENV URBANO E GEOPROCESSAMENTO	2	22	18	Construir parque infantil nos bairros	1	R\$ 50.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	1	8	1	Adquirir máquinas rodoviárias e Veículos	1	R\$ 100.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	1	9	1	Pavimentação, cascalhamento e readequação de estradas vicinais	50	R\$ 250.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2	26	1	Manter Aeroporto	1	R\$ 150.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2	26	2	Construir e reformar pontes	1	R\$ 200.000,00
6	4	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2	26	3	Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Rodoviários	1	R\$ 1.900.000,00
6	5	COORDENADORIA DE TRÂNSITO	2	85	1	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Trânsito	1	R\$ 350.000,00
6	5	COORDENADORIA DE TRÂNSITO	2	85	2	Aquisição de Veículo	2	R\$ 80.000,00
						TOTAL	206	R\$ 11.990.000,00

Câmbio de Pato Branco
 Fl.: 29
 Mônica

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Orgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
7	1	GABINETE DO SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULT. ESPOR	2	84	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	1	R\$ 110.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	1	Manter ampliar e fornecer alimentação escolar nas escolas de ens fun. da Rede Pública Mun. e ent f	1	R\$ 500.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	3	Construir Reformar, ampliar e gerenciar unidades escolares e Centros de Educação Infantil	1	R\$ 1.500.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	7	Estabelecer e instituir programas de Educação, Saúde e Assistência Social	1	R\$ 20.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	8	Organizar o Sistema Mun de Ensino, definir programas, acompanhar, avalaiar objetivos, metas e qua	1	R\$ 50.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	10	Manter o Conselho Municipal de Educação	1	R\$ 15.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	11	Adquirir e Manter mobiliário e equipamentos de informática e multimídia	1	R\$ 200.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	12	Adquirir materiais pedagógicos, esportivos e recreativos	1	R\$ 200.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	13	Fornecer material escolar aos alunos que necessitam	1	R\$ 35.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	14	Promover cursos e eventos de capacitação	1	R\$ 130.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	15	Adquirir livros para as Bibliotecas das Escolas	1	R\$ 50.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	20	Manutenção do Ensino Fundamental	1	R\$ 3.500.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	21	Manutenção do Transporte Escolar	1	R\$ 1.250.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	29	27	Promover o Congresso Internacional de Educação	1	R\$ 150.000,00
7	2	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	2	31	2	Reformar e adequar veículos para o transporte escolar	1	R\$ 200.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	30	1	Adquirir e manter mobiliários e equipamentos	1	R\$ 100.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	30	4	Manter progr e projetos complementares, definir progr. de acomp. e aval dos obj. met qual apr	1	R\$ 60.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	32	1	Manutenção das atividades do FUNDEB 60%	1	R\$ 5.500.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	33	1	Manutenção das atividades do FUNDEB 40%	1	R\$ 1.862.800,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	34	3	Manutenção das Atividades do Ensino Superior	1	R\$ 300.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	36	5	Manutenção da Educação Infantil	1	R\$ 1.200.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	37	1	Manter programa de alfabetização de jovens e adultos	1	R\$ 40.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	37	3	Adquirir materiais pedagógicos, recreativos e equipamentos	1	R\$ 38.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	38	1	Adquirir aparelhos para o atendimento de programas às necessidades especiais	1	R\$ 80.000,00
7	3	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2	38	2	Manutenção das atividades da Educação Especial	1	R\$ 300.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	2	Difusão da Cultura	1	R\$ 80.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	3	Promover palestras de formação profissional	1	R\$ 20.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	7	Adquirir livros, periódicos, videotecas, equ de som e informática p/a Biblioteca Púb Mun.	1	R\$ 100.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	9	Manutenção da Companhia de Teatro e Dança com alunos da rede pública municipal	1	R\$ 40.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	10	Manutenção do Departamento de Cultura	1	R\$ 250.000,00
7	4	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2	39	12	Manter Fundo Municipal de Cultura	1	R\$ 30.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	1	29	1	Construir ginásios de Esporte	2	R\$ 600.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	40	1	Manter equipes de rendimento	32	R\$ 200.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	40	2	Participar de jogos oficiais	17	R\$ 100.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	1	Adquirir e manter equipamentos	100	R\$ 50.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	2	Manutenção de Ginásio de Esporte	1	R\$ 250.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	3	Promover o esporte e o lazer local	1	R\$ 130.000,00
7	5	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	2	41	4	Manutenção do Departamento de Esporte e Lazer	1	R\$ 280.000,00
						TOTAL	185	R\$ 19.520.800,00

Câmara Municipal de
 Pato Branco
 Fl.: 28
 Viso: *Mosy*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

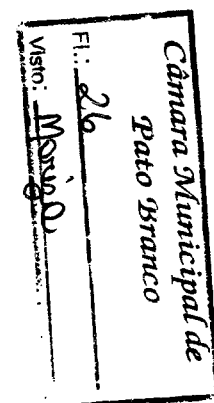
Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
8	1	GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE	2	42	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Saúde	1	R\$ 110.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1	24	1	Construção do Centro de Atenção Psico-Social - CAPS II	1	R\$ 150.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	6	Execução de atividades estratégicas desencadeadas pelo governo federal	1	R\$ 7.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	9	Manter o Conselho Municipal de Saúde	1	R\$ 10.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	10	Manutenção dos serviços administrativos	1	R\$ 2.200.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	11	Manutenção de serviços de transporte	1	R\$ 220.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	14	Manutenção das atividades de coordenação, supervisão e execução dos serviços de assistência à	1	R\$ 400.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	43	15	Manutenção das atividades de coordenação, supervisão, execução de serviços de vigilância em saúde	1	R\$ 215.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	44	2	Manutenção das atividades do Sistema Municipal de Auditoria	1	R\$ 280.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	45	5	Contratação de serviços de terceiros para Prótese dentária Lei municipal 30prot/mês	1	R\$ 24.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	4	Manutenção das atividades ambulatoriais na US Central	1	R\$ 1.700.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	7	Manutenção das atividades ambulatoriais no Interior	1	R\$ 120.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	8	Manutenção dos serviços do COAS	1	R\$ 60.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	9	Contratação de serviços de terceiros ambulatoriais (consultas e SAD)	1	R\$ 3.000.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	46	10	Manutenção das atividades ambulatoriais nos bairros	1	R\$ 500.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	47	6	Manutenção das atividades de serviço social	1	R\$ 43.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	47	7	Manutenção dos serviços de urgência e emergência	1	R\$ 2.110.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	47	8	Execução de atividades estratégicas desencadeadas pelo governo federal	1	R\$ 2.130.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	1	Instituir e manter Programa de Planejamento Familiar	1	R\$ 150.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	7	Manutenção das atividades do programa mãe patobranquense	1	R\$ 100.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	8	Instituição e manutenção do programa ACS	1	R\$ 210.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	9	Instituição e manutenção de equipes	1	R\$ 2.200.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	48	14	Ações estratégicas desencadeadas pelo governo federal e municipal	1	R\$ 340.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	5	Contratação de serviços de terceiros para atendimento em cardiologia na média complexidade para m	1	R\$ 185.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	9	Contratação de serviços de alta complexidade em oncologia	1	R\$ 1.140.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	10	Contratação de serviços de terceiros para realização de laqueadura tubárea Lei Municipal 2259/03	1	R\$ 60.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	11	Contratação de serviços de terceiros para realização vasectomia Lei Municipal 2259/03	1	R\$ 36.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	49	12	Contratação de serviços de terceiros HOSPEDAGEM	1	R\$ 50.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	50	4	Manutenção das atividades do CAPS ad	1	R\$ 58.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	50	6	Manutenção das atividades do CAPS II	1	R\$ 66.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	51	4	Manutenção das atividades do Centro de Reabilitação Física	1	R\$ 353.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	51	4	Manutenção das atividades do Centro de Reabilitação Física	1	R\$ 349.514,89
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	52	2	Manutenção dos serviços de imagenologia	1	R\$ 520.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	53	3	Manutenção dos serviços, distribuição e dispensão de medicação básica	1	R\$ 480.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	53	4	Aquisição de medicação de alto custo	1	R\$ 320.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	54	3	Manutenção dos serviços de análises clínicas	1	R\$ 600.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	55	6	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária e Ambiental	1	R\$ 240.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	55	7	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária em Saúde do Trabalhador	1	R\$ 85.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	55	8	Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária na média e alta complexidade	1	R\$ 150.000,00
8	2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2	56	7	Manutenção das atividades de epidemiologia e controle de doenças	1	R\$ 160.000,00
						TOTAL	40	R\$ 21.131.514,89

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 27
Visto: *Mouge*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
9	1	GABINETE DO SEC.DE AÇÃO SOCIAL E CIDAD.	2	57	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Ação Social e Cidadania	1	R\$ 110.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	1	Manutenção e implementação do Programa Bolsa Família	1	R\$ 60.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	2	Manutenção do Centro de Promoção Humana Infanto-Juvenil	1	R\$ 50.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	3	Atenção à criança e ao adolescente vítima da violência (Sentinela)	1	R\$ 95.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	5	Implantação do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	1	R\$ 83.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	7	Aquisição de veículo	1	R\$ 60.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	9	Manutenção das atividades do Departamento da Criança e Adolescente	1	R\$ 700.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	10	Manutenção do Programa Menor Aprendiz	1	R\$ 260.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	58	13	Manter o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente implementando suas ações	1	R\$ 20.000,00
9	2	DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	2	59	1	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	1	R\$ 400.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	58	11	Doação de cestas básicas	1	R\$ 120.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	59	3	Manter o Conselho Municipal dos direitos dos Idosos	1	R\$ 15.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	59	5	Implantação do CRAS	1	R\$ 50.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	60	8	Manutenção do Centro Dia	1	R\$ 30.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	5	Apoio aos catadores de papel bem como padronização de seus carrinhos	1	R\$ 35.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	6	Atendimento às pessoas carentes de forma geral	1	R\$ 170.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	11	Manutenção das atividades do Departamento de Assistência Comunitária	1	R\$ 900.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	61	16	Subvenções à entidades	1	R\$ 155.000,00
9	3	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI	2	62	1	Manutenção das Atividades da Marcenaria	1	R\$ 250.000,00
						TOTAL	19	R\$ 3.563.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
10	1	GABINETE DO SECRET. DE DESENV. ECON. TECNOL	2	63	1	Manutenção das Atividades do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	1	R\$ 110.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	64	3	Manutenção das Atividades do Departamento de Comércio	1	R\$ 90.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	1	Realizar Festa da Laranja	1	R\$ 15.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	2	Manter Centro de Eventos	1	R\$ 300.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	3	Realizar Feiras e Exposições	1	R\$ 400.000,00
10	2	DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO	2	65	5	Realizar Rodeio Crioulo	1	R\$ 45.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	12	2	Infra-estrutura de Parques Industriais	1	R\$ 55.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	13	1	Construir barracões para condomínios industriais	5000	R\$ 230.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	13	2	Aquisição de terrenos para implantação de indústrias	15000	R\$ 110.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	1	14	1	Manter e aprimorar Programa de Auto Emprego - PAE	1	R\$ 350.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	1	Capacitar trabalhadores	1	R\$ 55.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	2	Apoiar e desenvolver programas no setor têxtil	1	R\$ 85.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	3	Manter as atividades do Departamento de Indústria e Tecnologia	1	R\$ 150.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	4	Apoiar projetos de desenvolvimento de softwares	1	R\$ 70.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	5	Apoiar e estimular a criação de cooperativas	1	R\$ 35.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	6	Implantar e manter pólos de tecnologia	1	R\$ 30.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	66	7	Implantar Unidade Agroindustrial	1	R\$ 10.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	67	1	Implantar e manter Fundo Municipal de Desenvolvimento	1	R\$ 115.000,00
10	3	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E TECNOLOGIA	2	67	2	Criar e Manter o Programa Primeiro Emprego	1	R\$ 55.000,00
10	4	COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	1	Desenvolver Projetos e Ações para estimular o turismo no Município	1	R\$ 68.334,12
10	4	COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	2	Apoiar e desenvolver projetos que atendam o turismo rural	1	R\$ 45.000,00
10	4	COORDENADORIA DE TURISMO	2	76	3	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo	1	R\$ 60.000,00
						TOTAL	20020	R\$ 2.483.334,12

Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 25
Viso: Maria O.

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

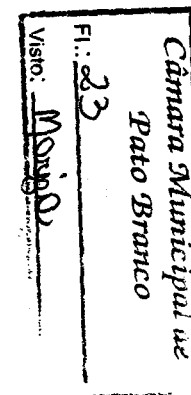
Orgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
11	1	GABINETE DO SECR.DE AGRICULTURA	2	68	1	Manutenção das atividades do Gabinete da Secretaria de Agricultura	1	R\$ 110.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	15	1	Participação do Município na infra-estrutura para construção de casas no campo	1	R\$ 50.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	16	1	Construção do Mercado do Produtor	1	R\$ 170.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	17	1	Aquisição de Patrulha Mecanizada Rural	2	R\$ 180.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	26	1	Apoio à melhoria de infraestrutura nas propriedades rurais viabilizando as cadeias produtivas	5	R\$ 25.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	1	Implantar e Apoiar Agroindústrias de origem vegetal e animal	1	R\$ 30.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	3	Aquisição de veículo para assistência Técnica	1	R\$ 40.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	4	Prestar Assistência Técnica aos produtores rurais do Município	1	R\$ 50.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	5	Capacitação de produtores e técnicos em áreas diversas	1	R\$ 20.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	6	Manter o SIM - Serviço de Inspeção Municipal	1	R\$ 20.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	8	Aquisição de calcário	1	R\$ 75.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	9	Manutenção das atividades do Departamento de Desenvolvimento Rural	1	R\$ 95.000,00
11	2	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2	69	10	Programa Mulheres Rurais de Pato Branco	1	R\$ 20.000,00
11	3	DEPARTAMENTO AGRÍCOLA	2	77	1	Programa de Incrementação Agrícola	1	R\$ 100.000,00
11	4	DEPARTAMENTO PECUARIO	2	78	1	Programa de Incrementação da Produção Pecuária	1	R\$ 100.000,00
						TOTAL	20	R\$ 1.085.000,00

Câmara Municipal de
 Pato Branco
 Fl.: 24
 Visto: 10/09/08

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009

Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
12	1	GABINETE SECR.DE MEIO AMBIENTE	2	70	1	Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente	1	R\$ 110.000,00
12	1	GABINETE SECR.DE MEIO AMBIENTE	2	70	2	Implantar e manter o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA	1	R\$ 32.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	1	18	2	Implantação e Manutenção de imóvel para aterro sanitário	1	R\$ 250.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	23	1	Coletar lixo	1	R\$ 240.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	23	2	Manutenção das Atividades de Limpeza, Coleta e Processamento de Lixo	1	R\$ 900.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	2	Manutenção das atividades operacionais do Departamento de Meio Ambiente	1	R\$ 1.170.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	3	Implementação e Recuperação de áreas degradadas (saibreiras, jazidas de basalto e argila)	1	R\$ 100.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	4	Promover e apoiar eventos educativos ligados ao Meio Ambiente, construção de maquete ambiental	1	R\$ 64.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	6	Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos	1	R\$ 160.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	7	Arborização, poda urbana, conservação de trevos, praças e jardins	1	R\$ 300.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	8	Recuperar fundos de vales e matas ciliares, implantar e reestruturar parques municipais	1	R\$ 200.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	71	9	Manter Cooperativas dos catadores de lixo reciclável	1	R\$ 90.000,00
12	2	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	2	72	1	Manter Viveiro Municipal	1	R\$ 80.000,00
						TOTAL	13	R\$ 3.696.000,00



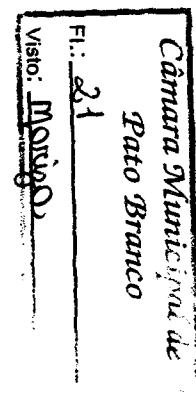
Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
13	1	UNIDADE DO PROCON	2	73	1	Manter Atividades da Unidade do Procon	1	R\$ 150.000,00
13	1	UNIDADE DO PROCON	2	73	2	Aquisição de Veículos	1	R\$ 30.000,00
						TOTAL	2	R\$ 180.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 222
 Visto: *Maringá*

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
14	1	ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	2	74	1	Manter Atividades da Administração Distrital do São Roque do Chopim	1	R\$ 30.000,00
						TOTAL	1	R\$ 30.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco
Plano Plurianual - Quadriênio 2006 a 2009
Anexo 1 PPA - Ações por Órgão/Unidade Executor - 2008

Órgão	Unidade	Descrição	Destino	Proj/Ativ	SubProj/SubAtiv	Descrição	Quantidade	Valor
15	1	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	2	75	1	Manter Atividades da Companhia de Mineração de Pato Branco	1	R\$ 140.000,00
						TOTAL	1	R\$ 140.000,00

Câmara Municipal de
Pato Branco
 Fl.: 20
 Visto: *Mougo*

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	71.150	76.132	82.107	80.900	101.940	111.825
Receitas Tributárias	9.959	15.213	14.876	14.146	18.642	20.516
Impostos	7.355	9.206	9.840	10.500	12.154	13.478
Taxas	2.404	5.008	4.536	3.500	6.328	6.860
Contribuição de Melhoria	200	1.000	500	146	161	177
Receitas de Contribuições	1.580	2.769	2.380	4.300	3.473	3.720
Contribuições Sociais	80	1.169	380	2.500	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Civil	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Civil	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Pensionista Civil	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Pensionista Militar	-	-	-	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária entre Regim	40	1.117	325	1.000	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	40	52	55	1.500	-	-
Contribuições Econômicas	1.500	1.600	2.000	1.800	3.473	3.720
Receita Patrimonial Líquida	635	716	558	400	914	1.024
Receita Patrimonial	635	716	558	400	914	1.024
Receitas Imobiliárias	220	250	120	150	303	382
Receitas de Valores Mobiliários	415	466	438	250	611	643
Receitas de Concessões e Permissões	-	-	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	48	-	-	64	71
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	315	665	237	280	819	901
Transferências Correntes	47.959	49.614	60.104	57.354	68.450	75.187
Transferências Intergovernamentais	47.869	49.219	60.044	57.354	68.450	75.187
Transferências da União	29.480	29.175	33.459	31.335	41.039	45.143
Participações na Receita da União	29.480	29.175	33.459	31.335	41.039	45.143
Demais Transferências da União	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Estados	13.110	14.133	19.767	18.163	20.969	22.958
Participações na Receita do Estado	13.110	14.133	19.767	18.163	20.969	22.958
Outras Receitas do Estado	-	-	-	-	-	-
Demais Transferências do Estado	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios	5.279	5.911	6.818	7.856	6.442	7.086
Transferências do FUNDEF	5.279	5.911	6.818	7.856	6.442	7.086
Transferências Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	90	395	60	-	-	-
Demais Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	10.701	7.106	3.953	4.420	9.577	10.406
Multas e Juros de Mora	1.595	1.435	890	1.000	1.805	1.986
Indenizações e Restituições	10	150	10	20	81	89
Receita da Dívida Ativa	8.901	4.591	2.710	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Tributária	8.901	4.591	2.710	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-	-	-	-
Receitas Diversas	195	930	343	400	993	1.143
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.460	1.681	50	100	3.876	4.298
Operações de Crédito (III)	3.410	1.107	-	-	3.725	4.298
Alienação de Bens (IV)	50	100	50	100	151	-
Amortização de Empréstimos (V)	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	474	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-
Transferências Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	474	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-

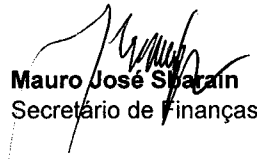
Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II)	-	474	-	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	71.150	76.606	82.107	80.900	101.940	111.825
Receita não-Financeira	3.460	1.681	50	100	3.876	4.298
DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.553	61.023	66.247	66.833	86.148	94.681
Pessoal e Encargos Sociais	22.118	25.967	29.089	30.297	37.255	40.899
Aposentadorias	560	603	660	697	770	847
Pensões	89	90	95	100	110	121
Demais Despesas com Pessoal e Encargos	21.469	25.274	28.334	29.500	36.375	39.930
Juros e Encargos da Dívida (IX)	576	550	571	603	666	733
Outras Despesas Correntes	27.859	34.506	36.587	35.933	48.227	53.049
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
Compensações Previdenciária de Aposent	-	-	-	-	-	-
Compensações Previdenciária de Pensão	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas com Outras Despesas C	27.859	34.506	36.587	35.933	48.227	53.049
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII + IX)	49.977	60.473	65.676	66.230	85.482	93.948
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.054	11.583	11.115	13.962	15.180	16.698
Investimentos	7.477	8.424	7.838	9.277	11.356	12.492
Inversões Financeiras	722	479	710	750	829	912
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integraliza	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	722	479	710	750	829	912
Amortização da Dívida (XIV)	1.855	2.680	2.567	3.935	2.995	3.294
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI + XIV)	8.300	8.903	8.548	10.027	12.185	13.403
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	180	178	194	205	226	249
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	58.375	69.554	74.418	76.462	97.893	107.600
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário	3.460	1.681	50	100	3.876	4.298

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

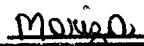

Roberto Viganó
Prefeito Municipal


Mauro José Sparain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora

Câmara Municipal de
Pato Branco

Fl.: 18

Visto: 

TOTAL DAS RECEITAS

Fl.: 17

moisés

ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 248/2003	2008	2009	2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	80.900	101.940	111.825
Receitas Tributárias	14.146	18.642	20.516
Impostos	10.500	12.154	13.478
Taxas	3.500	6.328	6.860
Contribuição de Melhoria	146	161	177
Receitas de Contribuições	4.300	3.473	3.720
Contribuições Sociais	2.500	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	-	-
Contribuição de Pensionista Civil	-	-	-
Contribuição de Pensionista Militar	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Geral	-	-	-
Compensação Previdenciária entre Regime Geral e os RPPS	1.000	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	1.500	-	-
Contribuições Econômicas	1.800	3.473	3.720
Receita Patrimonial Líquida	400	914	1.024
Receita Patrimonial	400	914	1.024
Receitas Imobiliárias	150	303	382
Receitas de Valores Mobiliários	250	611	643
Receitas de Concessões e Permissões	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-
Receita Agropecuária	-	64	71
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	280	819	901
Transferências Correntes	57.354	68.450	75.187
Transferências Intergovernamentais	57.354	68.450	75.187
Transferências da União	31.335	41.039	45.143
Participações na Receita da União	31.335	41.039	45.143
Demais Transferências da União	-	-	-
Transferências dos Estados	18.163	20.969	22.958
Participações na Receita do Estado	18.163	20.969	22.958
Outras Receitas do Estado	-	-	-
Demais Transferências do Estado	-	-	-
Transferências dos Municípios	7.856	6.442	7.086
Transferências do FUNDEF	7.856	6.442	7.086
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-
Demais Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	4.420	9.577	10.406
Multas e Juros de Mora	1.000	1.805	1.986
Indenizações e Restituições	20	81	89
Receita da Dívida Ativa	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Tributária	3.000	6.699	7.189
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-
Receitas Diversas	400	993	1.143
RECEITAS DE CAPITAL (II)	100	3.876	4.298
Operações de Crédito (III)	-	3.725	4.298
Alienação de Bens (IV)	100	151	-
Amortização de Empréstimos (V)	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-

TOTAL DAS RECEITAS

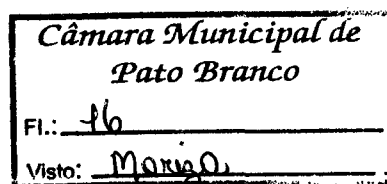
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	80.900	101.940	111.825
TOTAL	81.000	105.816	116.123

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade


Roberto Vigano
Prefeito Municipal


Carmem Maria Calza
Contadora


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

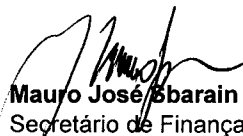


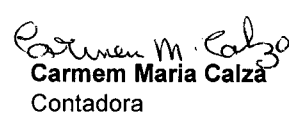
TOTAL DE DESPESAS

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	66.833	86.148	94.681
Pessoal e Encargos Sociais	30.297	37.255	40.899
Aposentadorias	697	770	847
Pensões	100	110	121
Demais Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	29.500	36.375	39.930
Juros e Encargos da Dívida (IX)	603	666	733
Outras Despesas Correntes	35.933	48.227	53.049
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensações Previdenciária de Aposentadorias entre RPPS e	-	-	-
Compensações Previdenciária de Pensões entre RPPS e o RPG	-	-	-
Demais Despesas com Outras Despesas Correntes	35.933	48.227	53.049
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	66.230	85.482	93.948
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.962	15.180	16.698
Investimentos	9.277	11.356	12.492
Inversões Financeiras	750	829	912
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	750	829	912
Amortização da Dívida (XIV)	3.935	2.995	3.294
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.027	12.185	13.403
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	205	226	249
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	76.462	97.893	107.600
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	-	-	-
TOTAL	81.000	101.554	111.627

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças - Coordenadoria de Contabilidade


Roberto Viganó
Prefeito Municipal


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora


Câmara Municipal de
Pato Branco
Fl.: 15
Visto: Moxigó

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

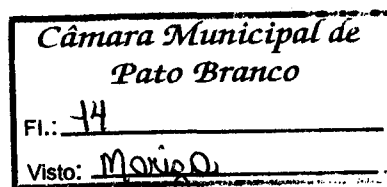
R\$ milhares						
ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (I)	9.111	6.607	6.650	6.600	6.700	6.500
Dívida Imobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	9.111	6.607	6.650	6.600	6.700	6.500
DEDUÇÕES (II)	1.671	(251)	2.475	6.000	2.300	1.400
Ativo Disponível	2.714	4.927	6.881	6.000	6.800	6.200
Haveres Financeiros	390	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	(1.432)	(5.178)	(4.405)	-	(4.500)	(4.800)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	7.440	6.858	4.175	600	4.400	5.100
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	7.440	6.858	4.175	600	4.400	5.100
Resultado Nominal	2.185	(582)	(2.683)	(3.575)	3.800	700

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade


Roberto Migano
Prefeito Municipal


Mauro José Sharain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora

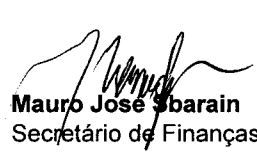


META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Nominal	10.783	6.355	9.126	12.600	9.000	7.900
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (I)	9.111	6.607	6.650	6.600	6.700	6.500
Dívida Imobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	9.111	6.607	6.650	6.600	6.700	6.500
DEDUÇÕES (II)	1.671	(251)	2.475	6.000	2.300	1.400
Ativo Disponível	2.714	4.927	6.881	6.000	6.800	6.200
Haveres Financeiros	390	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	(1.432)	(5.178)	(4.405)	-	(4.500)	(4.800)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	7.440	6.858	4.175	600	4.400	5.100
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	7.440	6.858	4.175	600	4.400	5.100

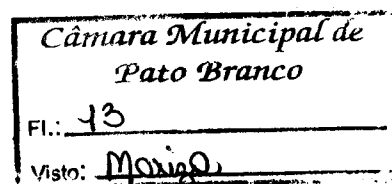
FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade


Roberto Viganó
Prefeito


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora

✓



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2008

LRF, art 4º, § 3º


R\$ milhares


RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações Judiciais Diversas	321	Fazer o devido remanejamento de recursos no Orçamento do Município dentro da legalidade	321
Desapropriar imóveis de interesse do Município	250	Fazer as alterações necessárias no Orçamento do Município observando a legalidade	250
TOTAL	571	TOTAL	571

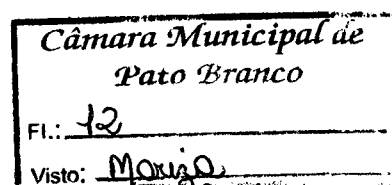
FONTE: Assessoria Jurídica

FONTE: Gabinete do Prefeito e Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos


Roberto Vigano
Prefeito Municipal


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2008

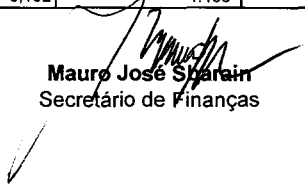
LRF, art 4º, § 1º


R\$ milhares

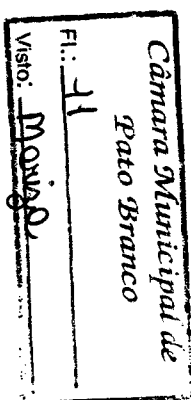
ESPECIFICAÇÃO	2008			2009			2010		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	81.000	76.850	13,750	105.816	95.251	17,963	116.123	99.173	19,712
Receita Não-Financeira (I)	81	77	0,014	101.940	91.762	17,305	111.825	95.503	18,983
Despesa Total	81.000	76.850	13,750	101.554	91.414	17,239	111.627	95.334	18,949
Despesa Não-Financeira (II)	77.687	73.707	13,188	97.893	88.119	16,618	107.600	91.895	18,265
Resultado Primário (I - II)	(77.606)	(73.630)	-13,174	4.047	3.643	0,687	4.225	3.608	0,717
Resultado Nominal	(3.765)	(3.575)	-0,001	4.005	3.800	0,001	738	700	0,000
Dívida Pública Consolidada	6.600	6.262	1,120	6.700	6.031	1,137	6.500	5.551	1,103
Dívida Consolidada Líquida	600	569	0,102	4.400	3.961	0,747	5.100	4.356	0,866

FONTE:


Roberto Viganó
Prefeito Municipal


Mauro José Sparain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora



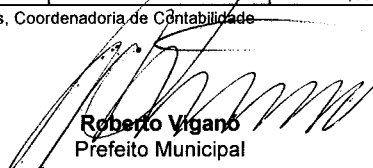
Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2008

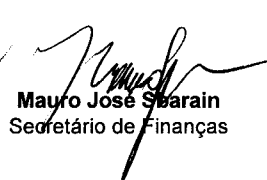
LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ milhares

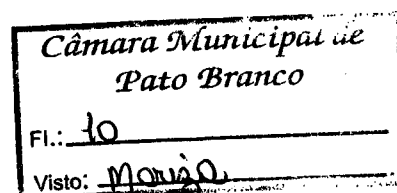
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2006 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2006 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	77.813	13,209	69.868	11,860	(7.945)	-0,01
Receita Não-Financeira (I)	76.606	13,004	68.977	11,709	(7.628)	-0,01
Despesa Total	72.784	12,355	65.576	11,132	(7.207)	-0,01
Despesa Não-Financeira (II)	69.554	11,807	62.494	10,608	(7.060)	-0,01
Resultado Primário (I - II)	7.052	1,197	6.484	1,101	(568)	-0,01
Resultado Nominal	(582)	-9,87	6.355	10,78	6.937	-1.191,95
Dívida Pública Consolidada	6.607	1,121	6.607	1,121	-	0,00
Dívida Consolidada Líquida	6.858	1,164	6.858	1,164	-	0,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade


Roberto Vigaró
Prefeito Municipal


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2008

LRF, art 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Receita Total	74.610	77.813	4,29	82.157	5,58	81.000	-1,41	105.816	30,84	116.123	9,74
Receita Não-Financeira (I)	71.150	76.606	7,67	82.107	7,18	81	-99,90	101.940	125906,88	111.825	9,70
Despesa Total	60.787	72.784	19,74	77.555	6,56	81.000	4,44	101.554	25,38	111.627	9,92
Despesa Não-Financeira (II)	58.375	69.554	19,15	74.418	6,99	77.687	4,39	97.893	26,01	107.600	9,92
Resultado Primário (I - II)	12.774	7.052	-44,79	7.689	9,03	(77.606)	-1109,32	4.047	-105,21	4.225	4,39
Resultado Nominal	2.185	(582)	-9,87	(2.683)	10,78	(3.768)	-0,001	3.800	0,001	738	0
Dívida Pública Consolidada	9.111	6.607	-27,49	6.650	0,66	6.600	-0,76	6.700	1,52	6.500	-2,99
Dívida Consolidada Líquida	7.440	6.858	-7,83	4.175	-39,12	600	-85,63	4.400	633,33	5.100	15,91

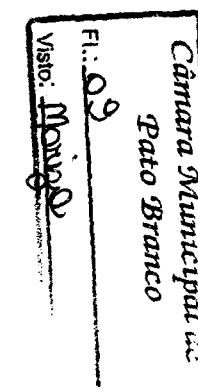
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Receita Total	82.020	82.015	-0,01	82.157	0,17	76.850	-6,46	95.251	23,94	99.173	4,12
Receita Não-Financeira (I)	78.216	80.743	3,23	82.107	1,69	77	-99,91	91.762	119451,12	95.503	4,08
Despesa Total	66.824	76.714	14,80	77.555	1,10	76.850	-0,91	91.414	18,95	95.334	4,29
Despesa Não-Financeira (II)	64.173	73.310	14,24	74.418	1,51	73.707	-0,96	88.119	19,55	91.895	4,29
Resultado Primário (I - II)	14.043	7.433	-47,07	7.689	3,44	(73.630)	-1057,61	3.643	-104,95	3.608	-0,96
Resultado Nominal	2.185	(582)	-9,87	9.126	10,78	(3.575)	-0,001	3.800	0,001	700	0
Dívida Pública Consolidada	10.016	6.963	-30,48	6.650	-4,49	6.262	-5,84	6.031	-3,69	5.551	-7,96
Dívida Consolidada Líquida	8.179	7.228	-11,63	4.175	-42,24	569	-86,37	3.961	595,76	4.356	9,97

FONTE: Secretária Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças

Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2008

LRF, art 4º, § 2º, inciso III

R\$ milhares


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	%	2005	%	2004	%
Patrimônio/Capital	37.980	100	37.878	100	34.905	100
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	37.980	100	37.878	100	34.905	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

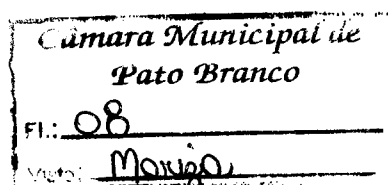
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	%	2005	%	2004	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade


Roberto Viganó
Prefeito Municipal


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2008


LRF, art 4º, § 2º, inciso III

R\$ milhares

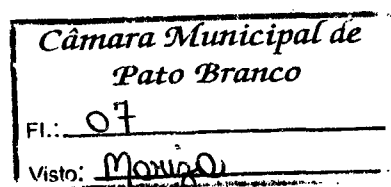
RECEITAS REALIZADAS	2006 (a)	2005 (d)	2004
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	78	60	70
Alienação de Bens Móveis	78	60	44
Alienação de Bens Imóveis	-	-	26
TOTAL (I)	78	60	70
DESPESAS LIQUIDADAS	2006 (b)	2005 (e)	2004
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	5.474	7.109	7.131
Inversões Financeiras	673	269	269
Amortização da Dívida	1.524	1.372	1.372
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL (II)	7.670	8.749	8.771
	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I-II)	(24.983)	(17.391)	(8.701)

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade


Roberto Vígano
Prefeito Municipal


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2008

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2005	2006
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2005	2006
ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. De aposent RPPS E RGPS	-	-	-
Compensação Previd. De Pensões entre RPPS e RGPS	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-

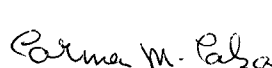
FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

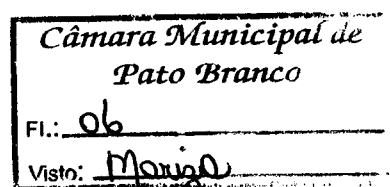
Nota:

- Saldo das disponibilidades financeiras do exercício 2003: -


Roberto Vigaró
Prefeito Municipal


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Projeção Atuarial do RPPS
2008

LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a

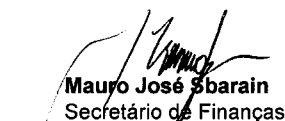
R\$ milhares

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	

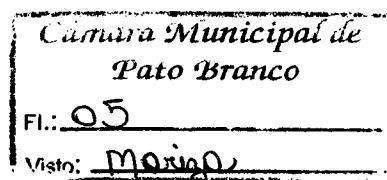
FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Não Houve Movimentação no Período - 2008


Roberto Viganó
Prefeito Municipal


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2008

NÃO HÁ PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ milhares

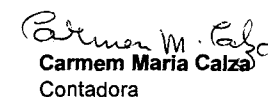
SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2008	2009	2010	
TOTAL					

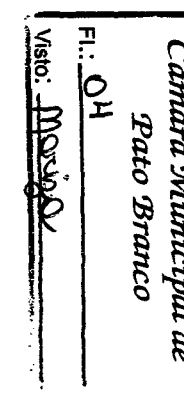
FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade

Não Houve Movimentação no Período 2008


Roberto Viganó
Prefeito Municipal


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora




Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2008

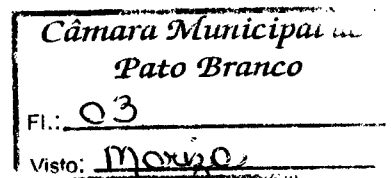
LRF, art 4º, § 2º, inciso V	R\$ milhares
EVENTO	Valor Previsto 2008
Aumento Permanente da Receita	3.445
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEF	517
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.928
Redução Permanente da Despesa(II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	2.928
Saldo Utilizado(IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão do DOCC (III - IV)	2.928

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças, Coordenadoria de Contabilidade


Roberto Viganó
Prefeito Municipal


Mauro José Sbarain
Secretário de Finanças


Carmem Maria Calza
Contadora



SECRETARIA ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBRAS EM ANDAMENTO EM 30/04/2007

EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	M²	VALOR CONTRATO	DT. ASSIN.	DT. ORDEM SERVIÇO	PRAZO EXECUÇÃO	VENCTO CONTRATO	ADITIVO R\$ E DATA	Local da Obra	% executada	VENC. CONVEN
BNF CONSTRUTORA LTDA	ESCOLAS: CACHOEIRINHA - IRMÃ DULCE - VILA VERDE E MARIA JUREMA CENI	REFORMA BANHEIROS PORTADORES DEFICIÊNCIA ESCOLAS: CACHOEIRINHA IRMÃ DULCE VILA VERDE MARIA JUREMA CENI	1060/07	6,39 17,40 23,63 44,86	R\$ 42.591,39	19.04.07	27.04.07	60 DIAS	27.06.07	***	Diversos	0%	
CONSTRUTORA LIBERAL	COZINHA NO PARQUE EXPOSIÇÕES	EXECUÇÃO COZINHA NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES.	1022/07	47,64	R\$ 45.959,43	31.01.07	13.02.07	60 DIAS	13.04.07	***	Parque de exposições	100%	
DARTA CONST. CIVIL	ESCOLA ROCHA POMBO	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA ROCHA POMBO	1037/07	AMP. 65,11 REFORMA 260,00	R\$ 168.991,84	15.03.07	10.04.07	120 DIAS	10.08.07	EM ANDAMENTO	Rua Paraná esq. Com Mato Grosso.	0%	dez/07
FRONTER	CENTRO SAÚDE DOUGLAS CARDOSO NASCIMENTO	CONSTRUÇÃO CENTRO SAÚDE DOUGLAS C. NASCIMENTO LOTE 02 Q. 83 COM 785,90	1018/07	785,90	R\$ 599.355,56	29.01.07	15.02.07	210 DIAS	15.09.07	EM ANDAMENTO	Lote 4 quadra 63, Rua Paraná	19,76%	07/12/2007
FATRON	CASA ABRIGO ESPERANÇA	REFORMA GLOBAL	CONTRATO 981/06	150,00	R\$ 64.472,81	03.10.06	06.11..06 ADIT. 30 DIAS	120 DIAS	06.04.07	***	Rua Das Garças, 70	100%	31/12/2007
EMPRESA	OBRA	SERVIÇOS	Nº CONTR.	M²	VALOR CONTRATO	DT. ASSIN.	DT. ORDEM SERVIÇO	PRAZO EXECUÇÃO	VENCTO CONTRATO	ADITIVO R\$ E DATA	Local da Obra	% executada	VENC. CONVEN

Visão: *Morango* *Detalhe*
 Fl.: *01*
Pato Branco
Câmara Municipal

PREFEITURA	PARQUE AMBIENTAL GRALHA AZUL	CONSTRUÇÃO DO PARQUE GRALHA AZUL		101.620,01	R\$ 399.021,32	08.02.07	08.02.07	360 DIAS	dez/07	EM ANDAMENTO	Bairro Gralha Azul	0%	
	PRÉ MOLDADOS SÃO CRISTOVÃO	COBERTURA PRÉ-MOLDADO ESCOLA GÊNESIS	1044/07	200,4	R\$ 13.948,23	28.03.07	16.04.07	30 D	16.05.07	***		100%	
RPN	UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	REFORMA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	1027/07	1.136,75	R\$ 79.593,49	15.02.07	20.04.07	120 DIAS	20.08.07	EM ANDAMENTO	PR 493 KM 01	0%	
PREFEITURA	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, BAIRRO GRALHA AZUL, SÃO CRISTOVÃO E JARDIM PRIMAVERA	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE CALÇAMENTO	0211413-42/2006	16.218,30	R\$ 260.819,57	02/04/2007	02.04.07	60 DIAS	02.06.07	EM ANDAMENTO	Bairro Gralha Azul, São Cristovão e Jardim Primavera	8%	
TOTAL					R\$ 1.674.753,64								

Roberto Vigano
 Roberto Vigano
 Prefeito Municipal

Vlademir Dal Ross
 Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos